

COMENTÁRIO PRÉVIO

De acordo com a Lei nº 38/94 de 21 de Novembro, o processo de avaliação dos estabelecimentos de Ensino Superior envolve, em cada uma das suas modalidades, uma fase de Auto-Avaliação. Esta corresponde a um auto-estudo, de âmbito institucional, elaborado com base num Guião organizado para o efeito e sujeito a apreciação pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

No caso do Ensino Superior Politécnico, a Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (ADISPOR) promoveu, através do seu Conselho de Avaliação, o 1º Ciclo de Avaliação de Cursos que corresponde ao horizonte temporal (2000/2001, 2004/2005). Nesta fase prevê-se a elaboração dos relatórios de Auto-Avaliação dos cursos a avaliar em 2004-2005 até 31 de Dezembro de 2004.

No que diz respeito ao Instituto Politécnico de Tomar, adiante designado por IPT, os cursos a avaliar no período 2004-2005 são os de bacharelato em *Gestão do Território* e em *Engenharia Informática* da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, os bacharelatos em *Engenharia Mecânica* e em *Comunicação Social* da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e ainda o curso de bacharelato em *Gestão de Comércio e Serviços* da Escola Superior de Gestão de Tomar. Estes cursos correspondem ao primeiro ciclo de licenciaturas bietápicas que, em Junho de 2004, ainda não tinham qualquer diplomado com o segundo ciclo.

Este relatório, elaborado em conformidade com o Guião de Auto-Avaliação proposto pela ADISPOR, é o resultado do auto-estudo do curso de bacharelato em *Gestão do Território* relativo à situação verificada até ao fim do ano lectivo de 2003/2004.

Na realização deste estudo esteve presente a importância crucial do processo de avaliação em relação ao desenvolvimento futuro do Curso e respectiva Instituição. Uma exposição desta natureza serve vários propósitos, como sejam a reflexão do percurso adoptado, a avaliação da situação presente, com a detecção de virtudes e defeitos, bem como o perspectivar da evolução futura, com as eventuais correcções.

Este relatório foi elaborado por uma Comissão constituída pelos seguintes elementos:

- Coordenadora Interna Executiva da Avaliação dos cursos do IPT, Professora Coordenadora Maria Helena Morgado Monteiro;
- Docentes do Departamento de Gestão do Território nomeados pelo Conselho Científico da Escola Superior de Tecnologia de Tomar:
 - Professor Doutor Pierluigi Rosina;
 - Dr. Luís Filipe Neves Carreira Dos Santos
 - Dr. Sérgio Paulo Leal Nunes

Além da colaboração do Director da Escola, a Comissão contou com a ajuda do director do Departamento de Gestão do Território, assim como da secretária do Curso.

O presente relatório foi discutido e aprovado em reunião do Conselho de Departamento de Gestão do Território, em 15 de Dezembro de 2004.

Este relatório foi discutido e aprovado em reunião do Conselho Científico da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, em 21 de Dezembro de 2004.

Tomar, 22 de Dezembro de 2004.

ÍNDICE GERAL :

1ª PARTE (REGISTO DESCRITIVO)4

I	CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	1
1.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	1
1.1.	<i>Memória Descritiva</i>	1
1.2.	<i>Momentos de Cooperação</i>	2
1.3.	<i>Situação Estatutária</i>	2
2.	COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL	2
2.1.	<i>Unidades Orgânicas de Ensino</i>	2
o	Escola Superior de Tecnologia de Tomar	2
o	Escola Superior de Gestão de Tomar.....	3
o	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.....	3
2.2.	<i>Outras Unidades</i>	3
3.	ORGANIZAÇÃO INTERNA	3
3.1.	<i>Órgãos de Gestão</i>	3
3.2.	<i>Serviços</i>	4
3.3.	<i>Modelo de Articulação Funcional</i>	4
4.	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	5
II	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE TOMAR	6
1.	MISSÃO INSTITUCIONAL.....	6
2.	MEMÓRIA HISTÓRICA	7
3.	PERCURSO INSTITUCIONAL	8
3.1.	<i>Identificação dos Cursos Ministrados</i>	8
3.2.	<i>Evolução Quantitativa da Frequência</i>	11
3.3.	<i>Evolução Quantitativa do Corpo Docente, Técnico e Administrativo</i>	17
3.4.	<i>Evolução Quantitativa dos Orçamentos de Despesa</i>	18
4.	ORGANIZAÇÃO INTERNA ACTUAL.....	19
4.1.	<i>Órgãos de Gestão Administrativa, científica, pedagógica e académica estatutariamente consagrados</i>	19
4.2.	<i>Serviços Organizados</i>	21
4.3.	<i>Estruturas Informais</i>	23
5.	RECURSOS DISPONÍVEIS	23
5.1.	<i>Recursos Materiais</i>	23
5.1.1.	Instalações da Escola	23
5.1.2.	Equipamentos	26
5.1.2.1.	Equipamento Documental e Bibliográfico	26
5.1.2.2.	Equipamento Audiovisual	26
5.1.2.3.	Equipamento Informático e de Comunicação	27

5.2. Recursos Humanos.....	28
5.2.1. Pessoal Docente	29
5.2.2. Pessoal Técnico e Administrativo.....	31
6. RECURSOS FINANCEIROS	32
7. OUTROS INDICADORES DE CONSISTÊNCIA CIENTÍFICA, TÉCNICA E PEDAGÓGICA	32
7.1. Concessão de Graus Académicos.....	32
7.2. Atribuição de Certificados	34
7.3. Projectos Desenvolvidos na Instituição e em Cooperação	35
7.4. Produção Científica.....	35
8. INDICADORES DE DINÂMICA DE FORMAÇÃO INTERNA	36
9. INDICADORES DE INTERNACIONALIZAÇÃO	37
9.1. Protocolos e Projectos	37
9.2. Mobilidade de docentes e estudantes.....	39
10. INDICADORES DE RELAÇÃO COM A SOCIEDADE	40
• Actividades e Serviços Prestados à Comunidade.....	40
• Actividades de Formação.....	41
11. INDICADORES RELATIVOS À ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR	42
III - ANÁLISE DESCRITIVA DO CURSO E RESPECTIVO FUNCIONAMENTO	44
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	44
1.1. Descrição sumária do contexto em que o curso foi criado, com referência aos objectivos prosseguidos e aos estudos determinantes do seu lançamento.	44
1.2. Justificação científica, técnica e /ou profissional da designação do curso.	49
1.4. Referência à eventual colaboração de outras entidades no desenvolvimento do curso.	53
2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ACTUAL.....	54
2.1. Referência ao processo seguido na sua elaboração, com identificação générica dos diversos participantes, a título institucional, representativo ou pessoal.....	54
2.2. Apresentação da solução curricular actual, com identificação das unidades que a integram, qualquer que seja a modalidade que revistam.	55
2.3. Eventualidade de diferenciação curricular para trabalhadores- estudantes.	59
2.4. Referência a casos de precedência.....	59
2.5. Antevisão do tempo de vigência vital da estrutura curricular e expectativas da sua evolução.	59

3. UNIDADES CURRICULARES	62
3.1. <i>Caracterização das unidades curriculares</i>	62
3.1.1 Plano curricular actual	62
3.1.2. Enquadramento do currículo actual em áreas disciplinares	64
3.1.3. Classificação curricular	66
3.1.4. Regime de frequência	66
3.2. <i>Conteúdos e programas de realização do curso</i>	66
3.3. <i>Aproveitamento</i>	67
3.4. <i>Número de aulas previstas e efectivamente leccionadas</i>	71
3.5. <i>Docentes que ministram as diferentes unidades curriculares</i>	73
3.6. <i>Ligações exteriores no apoio à realização da docência</i>	74
4. ACTIVIDADES ASSOCIADAS AO FUNCIONAMENTO DO CURSO	75
4.1. <i>Projectos desenvolvidos no âmbito de actividades de investigação</i>	75
4.2. <i>Conferências, Colóquios, Encontros temáticos e Seminários</i>	78
5. DESENVOLVIMENTO SEQUENCIAL DO CURSO (REALIZADO NO ÚLTIMO ANO ESCOLAR)	79
5.1 <i>Licenciatura bi-etápica</i>	79
5.1.1. Cursos de pós-graduação	79
5.1.2. Cursos de Mestrado	79
5.2. <i>Ligações protocolares</i>	80
6. RECURSOS AFECTOS AO CURSO	82
6.1 <i>Espaços</i>	82
6.2. <i>Recursos humanos</i>	83
6.2.1. Docentes afectos ao Curso de Gestão do Território.....	83
6.2.2. Pessoal não Docente	85
7. INDICADORES DE PROCURA DO CURSO (NO HORIZONTE TEMPORAL DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS)	86
8. INDICADORES DE SUCESSO EDUCATIVO NO CURSO (NO HORIZONTE TEMPORAL DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS)	89
8.1. <i>Formula de cálculo da classificação final</i>	89
8.2. <i>Número de anos para a conclusão do curso</i>	89
9. FREQUÊNCIA ACTUAL DO CURSO.....	90
10. INDICADORES RELATIVOS À INSERÇÃO PROFISSIONAL DE DIPLOMADOS.....	92
2ª PARTE (APRECIACÃO CRÍTICA.....)	93
I - OBJECTIVOS	94
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	94

2. ORGANIZAÇÃO DO CURSO	95
2.1. Adequação dos objectivos definidos	95
2.2. Base conceptual da organização curricular	96
2.3. Metodologia de concepção curricular.....	96
2.4. Consistência científica dos conteúdos das unidades curriculares	96
3. REALIZAÇÃO DO CURSO	97
3.1. Estratégias de realização curricular	97
3.2. Metodologias de acção pedagógica.....	97
3.3. Trabalho científico associado.....	98
4. RECURSOS DISPONÍVEIS	98
4.1. Recursos humanos	98
4.2. Instalações.....	106
4.3. Equipamentos	107
4.4. Recursos financeiros.....	107
5. RESULTADOS OBTIDOS	108
5.1. Inquéritos de opinião dos docentes afectos ao Curso	108
5.2. Inquéritos aos alunos	110
5.2.1. Análise Global.....	110
5.2.1.1. Condições disponibilizadas aos alunos	111
5.2.1.2. Organização e funcionamento do curso	112
5.2.1.3. Expectativas iniciais e grau de satisfação	112
5.2.1.4. Opiniões pessoais: análise global e por ano escolar.....	113
5.2.2. Análise Temática	116
5.2.2.1. Condições disponibilizadas aos alunos	116
5.2.2.2. Organização e funcionamento do curso	124
5.2.2.3. Expectativas iniciais e grau de satisfação	130
5.2.3. Conclusões	131
5.2.3.1. Condições disponibilizadas aos alunos	131
5.2.3.2. Organização e funcionamento do curso	133
5.2.3.3. expectativas iniciais e grau de satisfação	134
5.2.4. Medidas a adoptar.....	135
5.2.4.1. Condições disponibilizadas aos alunos	135
5.2.4.2. Organização e funcionamento do curso	136
5.2.4.3. Expectativas iniciais e grau de satisfação	137
6. AMBIENTE DE TRABALHO	137
7. CULTURA DE QUALIDADE.....	138
8. DIFUSÃO E IMAGEM SOCIAL DO CURSO	138
II - METODOLOGIA	139
1. RECOLHA DE OPINIÕES.....	139
III – CONCLUSÕES	140
1. PONTOS FORTES	140
2. PONTOS FRACOS.....	141

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1 – Sequência cronológica da entrada em funcionamento dos cursos.....	10
Quadro 2 – Evolução Quantitativa da Frequência (86-95).....	11
Quadro 3 – Evolução Quantitativa da Frequência (96-03).....	12
Quadro 4 – Vagas, Candidatos e Matriculados no 1º Ano (2001-2003).....	14
Quadro 5 – Vagas, Candidatos e Ingressos na ESTT (2001-2003)	15
Quadro 6 – Distribuição dos Alunos da ESTT em função da Idade e do Sexo.....	15
Quadro 7 – Distribuição dos Alunos Matriculados por Ano Curricular (2003/2004)	16
Quadro 8 – Distritos de Proveniência dos Alunos da ESTT.....	16
Quadro 9 – Evolução Quantitativa do Corpo Docente	17
Quadro 10 – Evolução Quantitativa do Corpo Técnico e Administrativo	17
Quadro 11 - Orçamento de Despesa (em Euros) da ESTT.....	18
Quadro 12 - Evolução Quantitativa e Distribuição do OGE (em Euros) da ESTT	19
Quadro 13 – Composição dos Conselhos Científico e Pedagógico	20
Quadro 14 – Composição dos Departamentos e Áreas Interdepartamentais	22
Quadro 15 – Número e Capacidade das Salas de Aula da ESTT e da ESGT.....	25
Quadro 16 – Equipamento Audiovisual.....	26
Quadro 17 – Equipamento Informático	28
Quadro 18 – Qualificação Académica e Regime de Prestação de Serviço.....	29
Quadro 19 – Categoria e Regime de Prestação de Serviço.....	29
Quadro 20 – Docentes ETI por Categoria.....	30
Quadro 21 – Distribuição por Categoria, Idade e Sexo.....	30
Quadro 22 – Categoria e Qualificação Académica	31
Quadro 23 – Distribuição por categoria, idade e sexo	31
Quadro 24 - Graus Académicos Concedidos por Curso e por Ano	33
Quadro 25 – Dinâmica de qualificação do pessoal docente	36
Quadro 26 – Dinâmica de qualificação do pessoal não docente.....	36
Quadro 27 – Mobilidade de estudantes e docentes bolseiros ERASMUS	40
Quadro 28 – Bolseiros e Alunos em Residência de Estudantes	43
Quadro 29 - 1.º ciclo; Grau - bacharel - 1.º ano	63
Quadro 30 - 1.º ciclo; Grau - bacharel - 2.º ano	63
Quadro 31 - 1.º ciclo; Grau - bacharel - 3.º ano	64
Quadro 32 - Análise das taxas de aprovação e aproveitamento do 1º Ano	68
Quadro 33 - Análise das taxas de aprovação e aproveitamento do 2º Ano	69
Quadro 34 - Análise das taxas de aprovação e aproveitamento do 3º Ano	70
Quadro 35 - Aulas previstas e aulas efectivamente realizadas por ano	71
Quadro 36 - Docentes que ministram as unidades curriculares no 1º Ano.....	73
Quadro 37 - Docentes que ministram as unidades curriculares no 2º Ano.....	73
Quadro 38 - Docentes que ministram as unidades curriculares no 3º Ano.....	74
Quadro 39 - Projectos desenvolvidos com a participação do Curso	75
Quadro 40 - Ligações protocolares do Curso de Gestão do Território	80
Quadro 41 - Espaços utilizados pelo curso de Gestão do Território.....	82
Quadro 42 - Características do corpo docente do Curso de Gestão do Território	83
Quadro 43 - Caracterização do pessoal não docente afecto ao curso.....	85
Quadro 44 - Número de vagas, número de candidatos, número de ingressos e relação vagas/ingressos, no curso.....	86
Quadro 44 (a) – Cálculo da atractividade e motivação.	86
Quadro 45 - Proveniência dos alunos	87
Quadro 46 - Proveniência de acordo com divisão em zonas.....	88

Quadro 47 – <i>N.º de bacharéis formados , nos últimos 5 anos, e tempo de conclusão do curso</i>	89
Quadro 48 - <i>Alunos colocados no Curso no horizonte temporal dos últimos três anos</i>	91
Quadro 49 (a) – <i>Número de aluno por ano no curso.</i>	91
Quadro 49 (b) - <i>Número de estudantes/trabalhadores por ano e por sexo, no curso.</i>	92
Quadro 50 – <i>Qualificação académica do corpo docente afecto ao BGT da ESTT (2003-04)</i>	98
Quadro 50 (a) – <i>Processos de formação Académica no Ano 2003/2004</i>	98
Quadro 51 – <i>Distribuição dos docentes por categorias (2003-04)</i>	99
Quadro 52– <i>Distribuição dos docentes de carreira por categorias (2003-04)</i>	100
Quadro 53– <i>Regime de prestação de serviço docente (2003-04)</i>	100
Quadro 54 – <i>Distribuição do corpo docente afecto ao BGT (2003-04)</i>	101
Quadro 55 – <i>Pessoal não docente do DGT</i>	102
Quadro 56 – <i>Distribuição etária do pessoal não docente do DGT</i>	102
Quadro 57– <i>Taxas de aprovação nas disciplinas (2003-2004)</i>	103
Quadro 58– <i>Diferença Percentual entre Aproveitamento e Aprovação</i>	104
Quadro 59- <i>Espaços utilizados pelo Departamento de Gestão do Território</i>	106
Quadro 60 - <i>Origem e distribuição do Orçamento, na Escola e no Curso</i>	107
Quadro 61 - <i>Análise das respostas ao inquérito de opinião do corpo docente (Secção 1)</i>	108
Quadro 62 - <i>Análise das respostas ao inquérito de opinião do corpo docente (Secção 2)</i>	109
Quadro 63 - <i>Análise das respostas ao inquérito de opinião do corpo docente (Secção 3)</i>	110
Quadro 64 – <i>Representatividade dos Inquéritos</i>	110
Quadro 65 - <i>Valores médios globais</i>	111
Quadro 66 – <i>Coeficientes De Variação Globais</i>	111
Quadro 67 – <i>Valores Médios Globais</i>	112
Quadro 68 – <i>Coeficientes De Variação Globais</i>	112
Quadro 69 – <i>Valores Médios Globais</i>	113
Quadro 70 – <i>Coeficientes De Variação Globais</i>	113
Quadro 71– <i>Aspectos Positivos E Negativos</i>	114
Quadro 72 – <i>Preparação Anterior Vs. Média Temática</i>	117
Quadro 73– <i>Apoio Dos Professores Vs. Média Temática</i>	117
Quadro 74 – <i>Acessibilidade À Documentação Vs. Média Temática</i>	118
Quadro 75 – <i>Disponibilidade De Locais De Trabalho Na Escola Vs. Média Temática</i> ...	119
Quadro 76 – <i>Acesso A Equipamentos E Estúdios Vs. Média Temática</i>	119
Quadro 77 – <i>Acesso A Equipamentos E Meios Informáticos Vs. Média Temática</i>	120
Quadro 78 – <i>Acesso A Equipamentos E Meios Audiovisuais Vs. Média Temática</i>	120
Quadro 79 – <i>Assiduidade Pessoal Às Aulas Vs. Média Temática</i>	121
Quadro 80 – <i>Assiduidade Dos Professores Vs. Média Temática</i>	122
Quadro 81 – <i>Apoio Informativo Que Lhes É Facultado Vs. Média Temática</i>	123
Quadro 82 – <i>Apoio Logístico À Sua Vida Quotidiana Vs. Média Temática</i>	123
Quadro 83 – <i>Apoio Social Disponível Vs. Média Temática</i>	124
Quadro 84 – <i>Carga Horária Global Do Curso Vs. Média Temática</i>	124
Quadro 85 – <i>Dimensão Teorizante Do Curso Vs. Média Temática</i>	125
Quadro 86 – <i>Componente Prática Do Curso Vs. Média Temática</i>	125
Quadro 87 – <i>Grau De Exigência Dos Professores Vs. Média Temática</i>	126
Quadro 88 – <i>Articulação Entre Matérias Vs. Média Temática</i>	127
Quadro 89 – <i>Ligação Do Curso À Vida Real Vs. Média Temática</i>	127
Quadro 90– <i>Atitude Pedagógica Dos Professores Vs. Média Temática</i>	128
Quadro 91 – <i>Preparação Científica Dos Professores Vs. Média Temática</i>	128
Quadro 92 – <i>Regime De Frequência Praticado Vs. Média Temática</i>	129
Quadro 93 – <i>Regime De Avaliação Adoptado Vs. Média Temática</i>	129

Quadro 94 – <i>Grau De Satisfação Com O Curso Vs. Média Temática</i>	130
Quadro 95 – <i>Expectativas Iniciais O Curso Vs. Média Temática</i>	130
Quadro 96 - <i>Contribuição para a média temática (condições disponibilizadas)</i>	131
Quadro 97 - <i>Contribuição para a média temática (organização do curso)</i>	133
Quadro 98 : <i>Contribuição para a média temática (expectativas iniciais)</i>	134

ÍNDICE DE FIGURAS :

Figura n.º 1 - <i>Campus da Quinta do Contador</i>	23
--	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS :

Gráfico 1 - <i>Evolução quantitativa da frequência(n.º alunos)</i>	13
Gráfico 2 – <i>Evolução da Concessão dos Graus Académicos</i>	33
Gráfico 3 - <i>Taxas de aprovação e aproveitamento do 1º Ano</i>	68
Gráfico 4 - <i>Taxas de aprovação e aproveitamento do 2º Ano</i>	69
Gráfico 5 - <i>Taxas de aprovação e aproveitamento do 3º Ano</i>	70
Gráfico 6 - <i>Proveniência de acordo com divisão por áreas</i>	88

1ª Parte

Registo Descritivo

I CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

1. Evolução Histórica

1.1. Memória Descritiva

O Instituto Politécnico de Tomar, criado pelo Decreto-Lei 96/96 de 17 de Julho para funcionar a partir de 1 de Janeiro de 1997, sucedeu à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar. Esta Escola, que por sua vez sucedeu à Escola Superior de Tecnologia de Tomar, esteve integrada no Instituto Politécnico de Santarém desde Janeiro de 1986 até Junho de 1996 e foi Escola não integrada de 26 de Outubro de 1982 até finais de 1985 e de Julho a Dezembro de 1996.

As actividades deste Instituto remontam efectivamente a Outubro de 1982, de acordo com a seguinte evolução:

- a) O Decreto-Lei 402/73 de 11 de Agosto criou o Instituto Politécnico de Tomar para o qual não foi nomeada uma Comissão Instaladora; em 1979 foi criada a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, Escola não integrada, cuja Comissão Instaladora, presidida pelo Professor Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim, tomou posse em 26 de Outubro de 1982;
- b) O Decreto-Lei 46/85 integrou a Escola Superior de Tecnologia de Tomar no Instituto Politécnico de Santarém;
- c) O Decreto-Lei 304/94 criou a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar, do Instituto Politécnico de Santarém, que sucedeu, para todos os efeitos legais, à então extinta Escola Superior de Tecnologia de Tomar.
- d) O Decreto-Lei 96/96 (Anexo I) criou o Instituto Politécnico de Tomar, com efeito a partir de Janeiro de 1997.

O Decreto-Lei 96/96, que regista esta perspectiva histórica do Instituto, também criou a actual Escola Superior de Tecnologia de Tomar e a Escola Superior de Gestão de Tomar. Estas Escolas e a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, criada pelo Decreto-Lei 264/99, constituem as unidades orgânicas de ensino que presentemente integram o Instituto Politécnico de Tomar.

1.2. Momentos de Cooperação

No percurso de desenvolvimento do IPT registam-se vários momentos de cooperação de entidades nacionais e estrangeiras.

O Departamento de Gestão do Território possui numerosos acordos de cooperação que estão devidamente referidos no capítulo 4.1 e que constam nos anexos.

1.3. Situação Estatutária

Os Estatutos do Instituto Politécnico de Tomar foram publicados em 23 de Janeiro de 1999 pelo Despacho Normativo 2/99 (Anexo I).

No dia 3 de Maio de 1999 tomou posse o primeiro Presidente eleito do IPT, Professor Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim.

Nas segundas eleições para Presidente do Instituto foi reeleito o actual Presidente, Professor Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim.

2. Composição Estrutural

2.1. Unidades Orgânicas de Ensino

O Instituto Politécnico de Tomar é composto por três Escolas:

- *Escola Superior de Tecnologia de Tomar*

Esta Escola, situada em Tomar, no *Campus* da Quinta do Contador e num edifício da Avenida Cândido Madureira, é constituída por nove Departamentos e três Áreas Interdepartamentais que ministram dez cursos bietápicos de licenciatura: *Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia do Ambiente, Tecnologia e Artes Gráficas, Conservação e Restauro, Engenharia Electrotécnica e de Computadores, Engenharia Informática, Gestão do Território e do Património Cultural, Artes Plásticas-Pintura e Fotografia*. Mais se ministram dois cursos de mestrado: *Gestão e Conservação da Natureza e Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre*, em colaboração com outras universidades.

O Director da Escola é o Professor Doutor Luís Miguel Merca Fernandes.

- ***Escola Superior de Gestão de Tomar***

Instalada em Tomar, no *Campus* da Quinta do Contador e num edifício da Avenida Cândido Madureira, esta Escola é constituída por cinco Departamentos e três Áreas Interdepartamentais que ministram seis cursos bietápicos de licenciatura: *Gestão de Empresas, Gestão Turística e Cultural, Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, Auditoria e Fiscalidade, Gestão de Comércio e Serviços e Administração Pública.*

O actual Director desta Escola é o Dr. Manuel Casimiro de Jesus Chantre.

- ***Escola Superior de Tecnologia de Abrantes***

Localizada em Abrantes, na Rua 17 de Agosto de 1808, esta Escola é constituída por quatro Departamentos e três Áreas Interdepartamentais que ministram quatro cursos bietápicos de licenciatura: *Comunicação Social, Engenharia Mecânica, Engenharia e Gestão Industrial e Tecnologias da Informação e Comunicação.*

O actual Director desta Escola é o Dr. Eugénio Pina de Almeida.

2.2. Outras Unidades

No Instituto Politécnico de Tomar estão ainda instaladas algumas unidades de investigação e prestação de serviços, como sejam o Centro de Estudos de Arte e Arqueologia, o Centro Europeu de Investigação da Pré-Histórica do Alto Ribatejo, o Centro de Estudos de Turismo e Cultura, o Centro de Estudos do Livro Tecnologia e Artes Gráficas e o Centro de Investigação em Tecnologias da Informação.

3. Organização Interna

3.1. Órgãos de Gestão

Os órgãos de gestão do IPT, de acordo com o artº 12º dos Estatutos, são os seguintes:

- a) Presidente;
- b) Conselho Geral;
- c) Conselho Administrativo.

3.2. Serviços

Os Serviços do IPT encontram-se consagrados no art.º 28º dos Estatutos e são os seguintes:

- a) Serviços Administrativos que compreendem os sectores de Assuntos Académicos, Administração Financeira e Patrimonial e Gestão de Recursos Humanos;
- b) Centro de Documentação e Arquivo (responsável pelos serviços da Biblioteca Central, da Biblioteca situada na Avenida Cândido Madureira, do Arquivo do IPT e da Biblioteca da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes);
- c) Centro de Pré-História (unidade de investigação em Pré-História e Arqueologia);
- d) Serviços de Acção Social Escolar;
- e) Serviços de Apoio à Gestão do Instituto que incluem o Gabinete de Apoio à Presidência, Gabinete de Estudos e Planeamento, Gabinete de Informática, Gabinete de Relações Internacionais, Gabinete Jurídico, Gabinete de Estudos Técnicos e Gabinete de Gestão de Espaços Comuns.

O Gabinete de Informática, além de ser responsável pela instalação, manutenção e gestão dos meios informáticos do IPT, que incluem os das suas unidades orgânicas, também apoia tecnicamente os docentes, alunos e funcionários das Escolas que utilizam o equipamento informático.

O Centro de Recursos Audiovisuais é outra unidade funcional do IPT que presta serviços de apoio pedagógico, científico e técnico às Escolas. Este Centro é responsável pelo equipamento audiovisual do IPT e dispõe de instalações próprias destinadas à produção de documentos audiovisuais e multimédia.

3.3. Modelo de Articulação Funcional

O Instituto Politécnico não dispõe ainda de quadros de pessoal aprovados. A articulação funcional entre os serviços do Instituto e as suas Escolas estão, no entanto, a funcionar do seguinte modo:

- Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Assuntos Académicos que inclui a Secção de Pessoal e Expediente;
- Divisão de Administração Financeira e Patrimonial que inclui as secções de Contabilidade e de Aprovisionamento.

Todos os outros Serviços mencionados no ponto 3.2. são de âmbito alargado às Escolas, prevendo-se a existência de estruturas de coordenação horizontal e vertical. Por exemplo, a elaboração dos horários das Escolas situadas em Tomar é da responsabilidade do Gabinete de Gestão de Espaços Comuns; através do Gabinete de Relações Internacionais, o IPT coordena a aplicação de programas internacionais de intercâmbio de docentes e alunos. O IPT também tem a seu cargo a divulgação dos cursos ministrados pelas Escolas, nomeadamente através da participação em eventos relacionados com educação e formação e a coordenação da elaboração dos relatórios de auto-avaliação dos cursos das várias Escolas.

Por iniciativa do Instituto, realizaram-se cursos de formação para os funcionários das várias Escolas e, ao abrigo de protocolos, docentes das três Escolas têm ministrado cursos de formação, como por exemplo aos funcionários dos municípios da Associação de Municípios do Médio Tejo e aos desempregados qualificados da região (FORDESQ).

O IPT, através do departamento de Gestão do Território, apoiou a realização de três programas integrados de formação profissional, com a duração dum ano cada, nas vertentes de “Sistemas de Desenvolvimento Local e Regional”, “Técnica de Gestão de Turismo e Lazer” e “Técnica de Valorização do Património Cultural e Natural”.

Actualmente, docentes de Matemática e Física de duas Escolas do IPT participam no desenvolvimento do projecto *Matemática e Física do Zero ao Infinito*

O Instituto Politécnico de Tomar possui três Auditórios, um com quatrocentos lugares, outro com cento e vinte e outro com oitenta, destinados a actividades de âmbito alargado a toda a instituição. Tem também um espaço amplo, com cerca de 300m², reservado para exposições ou outros eventos realizados pelas Escolas ou pelo Instituto.

4. Relações Institucionais

O Instituto Politécnico de Tomar tem desenvolvido relações de colaboração, ao abrigo de Protocolos, com várias entidades nacionais e estrangeiras, identificadas no Anexo II deste relatório.

II CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE TOMAR

1. Missão Institucional

A ESTT posicionou-se, desde a sua criação, numa perspectiva de preenchimento de algumas lacunas ao nível da formação superior em áreas fundamentais para o desenvolvimento do País, em particular da Região onde se insere. Daí a criação de Cursos que incluem as Artes, Ciências e Tecnologias, integradas num único programa educacional. Ao lado de Cursos ditos clássicos, como *Engenharia Civil* e *Engenharia Química*, foram criados Cursos inovadores em Portugal, como o de *Conservação e Restauro, Tecnologia e Artes Gráficas, Gestão do Território e do Património Cultural e Fotografia*.

Tendo por base o conjunto de atribuições inerentes a uma escola de ensino superior, o actual plano estratégico da ESTT visa dar cumprimento à missão e aos objectivos já enunciados, exigindo que a Escola se concentre em questões essenciais para a sua consolidação e para o seu desenvolvimento sustentado, designadamente:

- Intensificar a formação do pessoal docente nas áreas científicas consideradas estratégicas, mantendo um equilíbrio sustentado entre a leccionação e formação.
- Eleger e desenvolver áreas prioritárias de formação pós-graduada.
- Melhorar as condições aos alunos através da conclusão da ampliação da Biblioteca e implementação do *Campus Virtual*.
- Melhorar os espaços físicos com a conclusão das ampliações dos departamentos.
- Actualizar o equipamento existente nos vários laboratórios da ESTT.
- Fomentar a realização de eventos de carácter científico.
- Fomentar e desenvolver os Serviços ao Exterior.
- Intensificar as parcerias estratégicas, tanto a nível nacional, como internacional.
- Intensificar a divulgação da ESTT junto do seu público alvo procurando desta forma cativar os melhores alunos para os cursos que lecciona.

2. Memória Histórica

A Escola Superior de Tecnologia foi criada pelo Decreto-lei 513-T/79 como Escola Autónoma não integrada. Iniciou as suas funções em 26 de Outubro de 1982 com a tomada de posse da sua Comissão Instaladora, presidida pelo Professor Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim, sendo composta ainda pelo Dr. Júlio Dias das Neves e pela Dra. Maria do Rosário Mendes Godinho Passos Baeta Neves.

A Comissão Instaladora propôs ao Ministério a criação de seis Cursos que foram aprovados, e decidiu, por proposta do seu presidente, organizar a Escola em seis Departamentos, na reunião de 5 de Abril de 1983.

A Escola Superior de Tecnologia foi integrada no Instituto Politécnico de Santarém pelo Decreto-Lei 46/85 de 22 de Novembro. Seguidamente passou a denominar-se Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar por força do Decreto-Lei 304/94 de 19 de Dezembro. Por fim, o Decreto-Lei 96/96 (Anexo I) tornou-a de novo Escola Superior de Tecnologia integrada no actual Instituto Politécnico de Tomar.

Os Estatutos desta Escola foram publicados em 15 de Fevereiro de 2002, pelo Despacho nº 3590/2002 (Anexo I), e no dia 8 de Julho de 2002 tomou posse o seu primeiro Director eleito, o Professor Doutor Luís Miguel Merca Fernandes, actual Director da Escola.

O *Conselho Científico* foi criado em 1985 por despacho de 23 de Abril. O número dos seus membros foi aumentando com a entrada de professores para a Escola. Em 1991, por força do Regulamento Interno aprovado pelo próprio Conselho, o mesmo passou a funcionar em “Plenário” e em “Comissão Coordenadora do Conselho Científico”, esta última com poderes delegados. Actualmente, o Conselho Científico tem como Presidente o Professor Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim.

O *Conselho Pedagógico* foi criado em 1991 pelo Regulamento Interno, tendo-se realizado a primeira reunião em 26 de Fevereiro de 1992. A actual Presidente deste Conselho é a Professora Coordenadora Isabel Maria da Cruz Ferreira.

O Conselho *de Curso*, depois designado *Conselho de Departamento*, foi criado pelo Regulamento Interno, sendo constituído pelos Professores do Departamento e representante dos Assistentes. A este Conselho compete planear e coordenar as actividades científicas e pedagógicas de cada Departamento e providenciar a concretização dos planos

elaborados. Actualmente, o Conselho de Departamento é presidido pelo director do Departamento, Professor Coordenador Luiz Oosterbeek.

Neste momento, a Escola Superior de Tecnologia de Tomar tem todos os seus órgãos estatutários a funcionar em pleno, sendo constituída por nove Departamentos (Departamento de Arte, Arqueologia e Restauro, Departamento de Engenharia Civil, Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores, Departamento de Engenharia Química e do Ambiente, Departamento de Tecnologia e Artes Gráficas, Departamento de Engenharia Informática, Departamento de Gestão do Território, Departamento de Artes Plásticas-Pintura e Departamento de Fotografia) e três Áreas Interdepartamentais (Área de Matemática, Área de Física e Área de Desenho).

3 Percurso Institucional

3.1. Identificação dos Cursos Ministrados

Na Escola Superior de Tecnologia de Tomar são ministrados os cursos bietápicos de licenciatura em:

- *Engenharia Civil*
- *Engenharia Electrotécnica e de Computadores*
- *Conservação e Restauro*
- *Tecnologia e Artes Gráficas*
- *Engenharia Química*
- *Engenharia do Ambiente*
- *Engenharia Informática*
- *Artes Plásticas – Pintura*
- *Gestão do Território e do Património Cultural*
- *Fotografia*

Após diversas reestruturações, os quatro primeiros cursos desta lista sucederam, respectivamente, os cursos de bacharelato em *Construção Civil*, *Electricidade Industrial*, *Técnica de Arte e Arqueologia* e *Artes de Tecnologia Gráfica* que, com os cursos de *Tecnologia do Papel* e *Gestão de Empresas*, formaram o elenco inicial de cursos da ESTT, aprovado pela Portaria nº 861/83 de 29 de Agosto, publicada na I Série do Diário da República.

O curso de *Gestão de Empresas* passou a ser ministrado pela Escola Superior de Gestão de Tomar quando esta foi criada, em Janeiro de 1997.

O bacharelato em *Tecnologia do Papel* veio dar lugar à licenciatura bietápica em *Engenharia Química Industrial* que funcionou com dois ramos: *Tecnologia* e *Ambiente*. Em 2002, estes ramos deram origem às licenciaturas bietápicas em *Engenharia Química* e em *Engenharia do Ambiente*.

O curso de *Electricidade Industrial* não chegou a funcionar com esta designação. Começou a ser ministrado com o nome de *Engenharia Eléctrica Industrial*, hoje *Engenharia Electrotécnica e de Computadores*.

O curso de *Técnica de Arte e Arqueologia* foi substituído, em 1987/88, pelo Curso de Estudos Superiores Especializado (CESE) em *Arte, Arqueologia e Restauro* que, mais tarde, foi desdobrado no CESE em *Arte e Arqueologia* e no Bacharelato em *Tecnologia em Conservação e Restauro*. Este último deu lugar à licenciatura bietápica em *Conservação e Restauro* com três ramos no 2º Ciclo: *Tecnologia*, *Arte Lusíada* e *Arqueologia da Paisagem*.

Segue-se um quadro com a sequência cronológica da entrada em funcionamento dos cursos ministrados pela ESTT, como bacharelatos e como licenciaturas bietápicas, com os respectivos *numeri clausi* do ano em que começaram a funcionar.

Quadro 1 – Sequência cronológica da entrada em funcionamento dos cursos

Período	Cursos	Grau	Entrada em funcionamento	
			Ano	<i>Numerus clausus</i>
De 1986 a 1994	Construção Civil	Bacharelato	1986	30
	Tecnologia do Papel	Bacharelato	1986	25
	Gestão de Empresas	Bacharelato	1986	30
	Artes de Tecnologia Gráfica	Bacharelato	1987	25
	Tecnologia em Conservação e Restauro	Bacharelato	1989	30
	Engenharia Eléctrica Industrial	Bacharelato	1994	80
De 1995 a 1999	Engenharia Civil	Lic. Bietápica	1998	100
	Tecnologia e Artes Gráficas	Lic. Bietápica	1998	90
	Conservação e Restauro	Lic. Bietápica	1998	70
	Engenharia Química Industrial	Lic. Bietápica	1999	120
	Engenharia Electrotécnica	Lic. Bietápica	1999	110
	Engenharia Informática	Lic. Bietápica	1999	25
	Gestão do Território	Lic. Bietápica	1999	50
De 2000 a 2002	Artes Plásticas - Pintura	Lic. Bietápica	2001	20
	Fotografia	Bacharelato	2001	20
	Engenharia Química	Lic. Bietápica	2002	40
	Engenharia do Ambiente	Lic. Bietápica	2002	40
De 2003 a 2004	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	Lic. Bietápica	2004	41
	Gestão do Território e do Património Cultural	Lic. Bietápica	2004	35
	Fotografia	Lic. Bietápica	2004	27

3.2. Evolução Quantitativa da Frequência

Nos quadros seguintes encontram-se as frequências por curso, com a designação em 2003, desde o início das actividades lectivas da ESTT até ao ano lectivo de 2003/2004.

Quadro 2 – Evolução Quantitativa da Frequência (86-95)

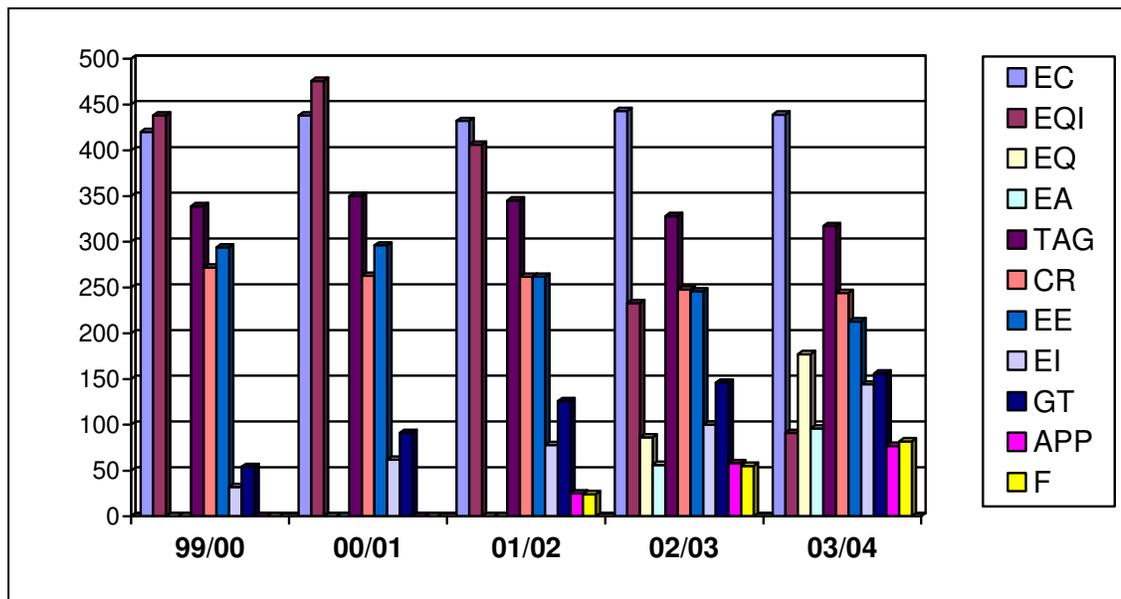
Cursos (Bacharelatos)	Número de alunos por ano									
	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96
Engenharia Civil	35	63	88	93	112	155	169	193	204	226
Eng. Química (Industrial)	30	51	70	71	84	95	95	101	154	207
Gestão de Empresas	35	63	88	111	126	160	178	217	197	201
Tecno. e Artes Gráficas	-	28	51	69	78	112	115	139	144	167
Conservação e Restauro	-	-	-	31	59	47	50	56	95	126
Eng. Electrotécnica	-	-	-	-	-	-	-	-	89	149
TOTAL	100	205	297	375	459	569	607	706	883	1076

Quadro 3 – Evolução Quantitativa da Frequência (96-03)

Cursos	Grau	Número de alunos por ano							
	Acad.	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04
Engenharia Civil	Bac.	264	298	292	309	317	307	319	320
	Lic.	-	-	71	111	121	125	124	119
Eng. Química Industrial	Bac.	276	322	337	346	327	281	180	91
	Lic.	-	-	-	92	149	125	53	-
Engenharia Química	Bac.	-	-	-	-	-	-	53	106
	Lic.	-	-	-	-	-	-	33	71
Engenharia do Ambiente	Bac.	-	-	-	-	-	-	31	70
	Lic.	-	-	-	-	-	-	25	26
Tecnologia e Artes Gráfica	Bac.	207	228	246	241	235	238	230	219
	Lic.	-	-	59	98	115	107	98	98
Conservação e Restauro	Bac.	156	196	183	165	135	139	156	167
	Lic.	-	-	61	107	128	123	92	77
Engenharia Electrotécnica	Bac.	225	267	258	247	231	196	210	166
	Lic.	-	-	-	47	65	66	36	47
Engenharia Informática	Bac.	-	-	-	32	62	78	100	132
	Lic.	-	-	-	-	-	-	-	12
Gestão do Território	Bac.	-	-	-	54	91	126	126	117
	Lic.	-	-	-	-	-	-	20	39
Artes Plásticas - Pintura	Bac.	-	-	-	-	-	25	58	77
Fotografia	Bac.	-	-	-	-	-	24	55	82
TOTAL		1171	1343	1507	1849	1976	1960	1999	2036

Segue-se a representação gráfica das somas, por curso, dos valores das frequências dos bacharelatos e das licenciaturas, nos últimos cinco anos.

Gráfico 1 - Evolução quantitativa da frequência(n.º alunos)



Relativamente aos últimos três anos, tem-se o seguinte registo do número de vagas, atribuído pelo Ministério, do número de candidatos, nas três fases, e do número de alunos matriculados no primeiro ano de cada curso da ESTT, também nas três fases. Observe-se que estes dados não incluem os ingressos especiais.

Quadro 4 – Vagas, Candidatos e Matriculados no 1º Ano (2001-2003)

Cursos	2001/2002			2002/2003			2003/2004		
	Vag.	Cand.	Matr.	Vag.	Cand.	Matr.	Vag.	Cand.	Matr.
Engenharia Civil	60	158	32	60	169	40	54	255	54
Eng. Química Indus.	80	102	24	-	-	-	-	-	-
Engenharia Química	-	-	-	40	203	25	38	189	35
Eng. do Ambiente	-	-	-	40	223	14	35	177	32
Tec. e Artes Gráficas	55	255	51	50	265	49	50	147	42
Cons. e Restauro	40	173	40	40	183	41	40	159	40
Eng. Electrotécnica	45	67	13	45	80	12	41	158	25
Eng. Informática	40	130	20	50	104	23	45	231	48
Gestão do Território	40	216	42	40	119	37	35	179	35
Artes Plásticas – Pint.	20	234	22	35	102	19	35	163	35
Fotografia	20	125	21	30	83	18	27	201	29
Total	400	1460	265	430	1531	278	400	1859	375

O total de indivíduos que pretenderam ingressar no 1º ano de algum curso ministrado na ESTT, nos últimos três anos, distribuídos pelas três fases, pode ser lido no próximo quadro. Nesta tabela também são indicados, no mesmo horizonte temporal, os ingressos especiais, os candidatos e os colocados em 1ª opção e, para facilitar o estudo, repete-se o total de vagas disponíveis.

Quadro 5 – Vagas, Candidatos e Ingressos na ESTT (2001-2003)

Ano Lectivo	Vagas (a)	Candidatos					Ingressos				
		1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	Total	Total 1ª Op.	Total 1ª Op. (b)	Total % (b)/(a)*100	Espec. (c)	Total (b)+(c)	
01/02	400	942	481	37	1460	266	154	265	66	68	333
02/03	430	956	549	26	1531	234	165	278	65	160	438
03/04	400	1183	656	20	1859	295	223	375	94	116	491

No último ano lectivo foram admitidos, no acesso normal, mais indivíduos do sexo masculino do que do sexo feminino (207 e 168 respectivamente). Nos dois anos anteriores aconteceu o contrário: em 01/02 ingressaram 115 homens e 150 mulheres; em 02/03 ingressaram 107 homens e 171 mulheres.

Na actual população estudantil da ESTT existem mais indivíduos do sexo masculino do que do feminino, embora no grupo etário mais jovem existam mais mulheres do que homens. Estas conclusões foram retiradas do quadro que se segue.

Quadro 6 – Distribuição dos Alunos da ESTT em função da Idade e do Sexo

Idade (anos) \ Sexo	18 - 20	21 - 23	24-26	27-29	30-34	35-44	Mais de 44	Total
	Masculino	187	375	240	136	101	52	20
Feminino	231	361	188	87	36	21	1	925
Total	418 (20%)	736 (36%)	428 (21%)	223 (11%)	137 (7%)	73 (4%)	21 (1%)	2036

Cerca de um quinto dos alunos da ESTT são trabalhadores-estudantes. O total de alunos que, este ano, frequentam a Escola, distribui-se do seguinte modo pelos diferentes anos curriculares e em função do estatuto:

Quadro 7 – Distribuição dos Alunos Matriculados por Ano Curricular (2003/2004)

Alunos		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
Trabalhadores-Estudantes	Mas.	93	50	50	52	34	279
	Fem.	29	24	29	41	27	150
	Total	122	74	79	93	61	429
Ordinários		622	364	286	195	140	1607
Total	Soma (a)	744	438	365	288	201	2036 (b)
	% (a/b*100)	36,5	21,5	17,9	14,1	10,0	100

Relativamente à proveniência dos alunos que frequentam a ESTT neste ano lectivo, destacamos os distritos de onde são oriundos mais de 50 alunos:

Quadro 8 – Distritos de Proveniência dos Alunos da ESTT

Aveiro	Braga	Coimbra	Leiria	Lisboa	Porto	Santarém	Viseu	Outros	Estrangeiro
76	57	132	176	294	55	666	52	319	209

Quanto ao nível de ensino atingido pelos pais dos alunos que frequentam a ESTT, podemos dizer que não é significativo o número de pais analfabetos (0,7%). Com o 1º ciclo do ensino básico existem 37% dos pais e com o 2º ciclo 18%. O número de pais que concluíram o 3º ciclo também é cerca de 18%, assim como os que têm o ensino secundário. Com formação de nível superior, existem 425 pais, ou seja, 11% do total. Refira-se que, em cada grau de ensino, o número de pais é praticamente igual ao número de mães com essa formação.

Podemos também caracterizar os pais dos alunos da ESTT quanto ao sector em que se integra a sua actividade profissional: 16% das mães e 14% dos pais trabalham no sector primário; 28% das mães e 39% dos pais trabalham no sector secundário; a maioria das mães (56%) e grande parte dos pais (47%) desenvolvem a sua actividade profissional no sector terciário.

3.3. Evolução Quantitativa do Corpo Docente, Técnico e Administrativo

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução quantitativa dos corpos docente, técnico e administrativo no horizonte temporal dos últimos cinco anos, isto é, de 2000 a 2004. Registe-se que o corpo docente conta com o apoio de 13 encarregados de trabalho.

Quadro 9 – Evolução Quantitativa do Corpo Docente

Categoria	Anos				
	2000	2001	2002	2003	2004
Prof. Coordenador	10	11	11	12	13
Prof. Coord. Equip.	6	5	7	5	4
Prof. Adjunto	26	32	30	35	37
Prof. Adjunto Equip.	26	26	26	25	23
Assistentes 1º e 2º Triénio	27	30	29	23	22
Assistentes Equip.	34	39	44	46	44
Totais	129	143	147	146	143

Quadro 10 – Evolução Quantitativa do Corpo Técnico e Administrativo

Categoria	Anos				
	2000	2001	2002	2003	2004
Técnico Superior	2	2	2	2	2
Técnico	3	4	4	5	5
Técnico Profissional	9	14	13	14	14
Administrativo	8	8	8	7	7
Operário	1	1	1	1	1
Auxiliar	1	1	1	1	1
Totais	24	30	29	30	30

3.4. Evolução Quantitativa dos Orçamentos de Despesa

A Escola não dispõe de autonomia financeira, pelo que o Orçamento Geral do Estado é atribuído ao IPT, que depois o distribui pelas suas unidades orgânicas.

Algumas despesas de funcionamento e de investimento são imputadas ao IPT, como por exemplo os serviços de segurança, licenças de software e ampliação de edifícios. Outras estão a cargo da ESTT que, este ano, terão de ser pagas com dinheiro da rubrica Receitas Próprias e do PIDDAC, uma vez que o OGE atribuído é todo gasto em pessoal.

A evolução quantitativa dos orçamentos de despesa da ESTT, nos últimos três anos, distribuídos por fontes de financiamento e pelas principais rubricas, encontra-se no seguinte quadro.

Quadro 11 - Orçamento de Despesa (em Euros) da ESTT

Ano	Fontes de Financiamento	Pessoal	Funcionamento	Investimento	Total
2002	OGE	4.735.883	117.051	840	4.853.774
	PIDDAC	0	0	0	0
	Receitas Próprias	35.977	129.001	180.490	345.468
	Total	4.771.860	246.052	181.330	5.199.242
2003	OGE	5.027.589	8.179	0	5.035.768
	PIDDAC	0	0	0	0
	Receitas Próprias	6.573	94.670	10.776	112.019
	Total	5.034.162	102.849	10.776	5.147.787
2004	OGE	5.154.297	0	0	5.154.297
	PIDDAC	0	0	186.000	186.000
	Receitas Próprias	35.230	124.607	26933	186.770
	Total	5.189.527	124.607	212.933	5.527.067

Relativamente aos últimos cinco anos, a distribuição do OGE da ESTT pelas principais rubricas é a seguinte:

Quadro 12 - Evolução Quantitativa e Distribuição do OGE (em Euros) da ESTT

Anos	Pessoal		Funcionamento		Investimento		Total
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
2000	3.985.328,00	99,6	3.334,00	0,1	10.849,00	0,3	3.999.511,00
2001	4.376.885,00	98,1	84.694,00	2	0	0	4.461.579,00
2002	4.735.883,00	97,6	117.051,00	2,4	840,00	0,01	4.853.774,00
2003	5.027.589,00	99,8	8.179,00	0,2	0	0	5.035.768,00
2004	5.154.297,00	100	0,00	0,0	0,00	0	5.154.297,00

4. Organização Interna Actual

4.1. Órgãos de Gestão Administrativa, científica, pedagógica e académica estatutariamente consagrados

Os órgãos de gestão administrativa, científica, pedagógica e académica consagrados nos estatutos da Escola Superior de Tecnologia de Tomar são os seguintes:

- a) Director
- b) Conselho Científico
- c) Conselho Pedagógico
- d) Conselho Consultivo

O *Director* é o órgão que superiormente representa, dirige e coordena a Escola.

O *Conselho Científico* é integrado pelo Director e pelos Professores da Escola, podendo ainda ser convidados Professores de outros estabelecimentos de ensino superior, investigadores ou individualidades de reconhecida competência em áreas no domínio de

actividade da Escola. Para além desta constituição plenária, o Conselho Científico reúne regularmente em Comissão Executiva, constituída pelo Presidente e Secretário do Conselho Científico, Director da Escola e Directores dos Departamentos e Área Interdepartamentais. As competências deste órgão constam nos estatutos da Escola Superior de Tecnologia de Tomar (Anexo I).

O *Conselho Pedagógico* é integrado pelo Director da Escola, Directores de Departamento, um Professor de cada Departamento e Área Interdepartamental eleitos entre os seus pares, um Assistente de cada Departamento e Área Interdepartamental eleito entre os seus pares e um aluno de cada curso, também eleito. As competências deste órgão constam nos estatutos da ESTT (Anexo I).

O *Conselho Consultivo* é constituído pelo Director da Escola e pelas secções deste conselho de cada Departamento. Estas secções são formadas por entidades convidadas pelos Departamentos e pelo respectivo Director. Ao Conselho Consultivo compete fomentar laços de cooperação entre a Escola e as autarquias locais, organizações profissionais, empresariais e culturais, fundações e outras relacionadas com a sua actividade.

Os actuais membros dos Conselhos Científico e Pedagógico da ESTT distribuem-se do seguinte modo:

Quadro 13 – Composição dos Conselhos Científico e Pedagógico

Conselhos	Membros	Número	%
Científico	Prof. Coordenadores	12	22
	Prof. Adjuntos	37	67
	Convidados (Prof. Catedráticos)	6	11
	Total	55	100
Pedagógico	Professores	20	51
	Assistentes	9	23
	Alunos	10	26
	Total	39	100

A Escola Superior de Tecnologia de Tomar, como unidade orgânica integrada no Instituto Politécnico de Tomar, tem personalidade jurídica e goza de autonomia científica e pedagógica.

Não dispõe de autonomia financeira e pode dizer-se que goza de uma autonomia administrativa mitigada.

4.2. Serviços Organizados

A Orgânica da Escola assenta nos Departamentos, constituídos por áreas científico-pedagógicas, que ministram um ou mais cursos, num domínio bem definido da actividade cultural ou profissional. Cada área é constituída por um grupo de disciplinas afins.

O ensino das matérias não específicas de um só Departamento está a cargo das Áreas Interdepartamentais.

Cada Departamento e Área Interdepartamental tem um Director e um Conselho de Departamento ou de Área Interdepartamental, respectivamente, cujas competências constam nos estatutos da ESTT (Anexo I).

Os docentes da Escola Superior de Tecnologia de Tomar estão, assim, afectos a um determinado Departamento ou Área Interdepartamental da Escola. De momento, estão distribuídos do seguinte modo:

Quadro 14 – Composição dos Departamentos e Áreas Interdepartamentais

Docentes Dep. e Áreas	Prof. Coordenadores	Prof. Adjuntos	Assistentes	Total
Dep. Arte, Arqueologia e Restauro	2	12	8	22
Dep. Fotografia	1	1	4	6
Dep. Tecnologia e Artes Gráficas	3	5	9	17
Dep. Artes Plásticas - Pintura	0	3	3	6
Dep. Eng. Electrotécnica e de Computadores	2	10	7	19
Dep. Engenharia Informática	2	0	7	9
Dep. Engenharia Química e do Ambiente	2	12	5	19
Dep. Engenharia Civil	1	7	6	14
Dep. Gestão do Território e do Património Cultural	2	5	8	15
Área Int. de Matemática	1	4	4	9
Área Int. de Física	0	1	3	4
Área Int. de Desenho	1	0	2	3
Total	17	60	66	143

Além dos docentes da ESTT, 8 docentes das outras escolas do Instituto Politécnico de Tomar leccionam uma ou duas disciplinas de cursos desta escola. Em contrapartida, também existem 8 docentes da ESTT que leccionam disciplinas na Escola Superior de Gestão de Tomar ou na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

4.3. Estruturas Informais

A coadjuvar o Director, em matérias predominantemente administrativas e financeiras, existe a Secretária da Escola que supervisiona directamente os Serviços Administrativos assim organizados:

- Recursos Humanos e Expediente – 3 funcionários
- Serviços Académicos – 3 funcionários
- Supervisiona indirectamente 10 funcionários colocados junto dos Departamentos e das Áreas Interdepartamentais.

5. Recursos Disponíveis

5.1. Recursos Materiais

5.1.1. Instalações da Escola

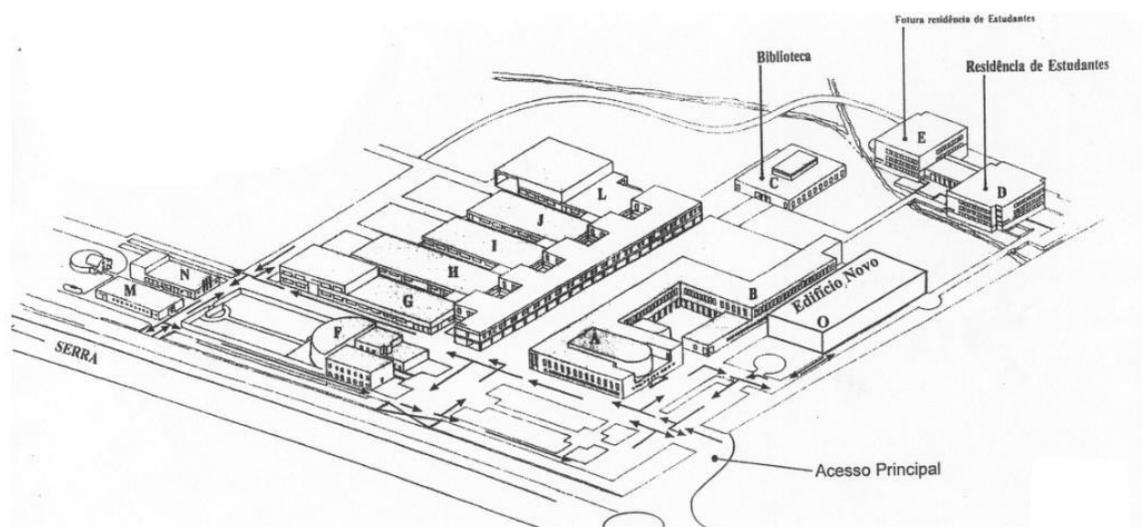


Figura n.º 1 - Campus da Quinta do Contador.

As instalações da ESTT localizam-se na Quinta do Contador, Tomar, inseridas num *campus* de 10 hectares (Figura 1), onde se encontram também instalados o IPT e a Escola Superior de Gestão de Tomar (ESGT).

A ESTT também ocupa um edifício no centro da cidade de Tomar, na Avenida Cândido Madureira, onde funciona o Departamento de Gestão do Território.

Os espaços do *campus* ocupados pela ESTT são os seguintes:

- Bloco A – Neste bloco funcionam os serviços administrativos da ESTT, assim como os do IPT e os da ESGT. Aqui existem também dois auditórios, um com 400 lugares e outro com 150, destinados a cerimónias oficiais ou eventos de natureza científica, e um laboratório de informática utilizados pela ESTT e pela ESGT.
- Bloco B – Neste bloco existem 16 salas de aula, situam-se os gabinetes dos docentes das Áreas Interdepartamentais de Matemática e Física que ocupam 9 dos 15 gabinetes disponíveis, um atelier de Pintura e Fotografia e uma sala de reuniões.
- Bloco G – Acolhe o Departamento de Arte, Arqueologia e Restauro e o Departamento de Fotografia. Este bloco possui 18 gabinetes para docentes, 1 sala de aulas e 19 laboratórios.
- Bloco H – Acolhe o Departamento de Tecnologias e Artes gráficas e o Departamento de Artes Plásticas-Pintura. Este bloco possui 16 gabinetes para docentes, 3 sala de aulas e 14 laboratórios.
- Bloco I – Acolhe o Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores e o Departamento de Engenharia Informática. Este bloco possui 19 gabinetes para docentes, 6 sala de aulas e 10 laboratórios.
- Bloco J – Acolhe o Departamento de Engenharia Química e do Ambiente. Este bloco possui 19 gabinetes para docentes, 1 sala de aulas e 10 laboratórios.
- Bloco L – Acolhe o Departamento de Engenharia Civil. Este bloco possui 20 gabinetes para docentes, 5 sala de aulas, um anfiteatro e 6 laboratórios.
- Bloco M – Acolhe o Centro de Pré-História e possui 2 salas de aula, 1 gabinete e 2 laboratórios.
- Bloco O – Possui 7 salas de aula, 2 laboratórios de informática e um auditório com 204 lugares partilhados com a ESGT.

Os blocos G, H, I, J e L são exclusivos da ESTT e cada um deles possui uma sala de reuniões e uma secretaria que servem de apoio aos Departamentos que os ocupam.

Os estudantes, docentes e funcionários da ESTT podem praticar várias modalidades desportivas na zona desportiva do *campus*, situada ao lado do Bloco N, equipada com um balneário e três campos multiusos.

A Associação de Estudantes da ESTT está instalada no Bloco B, onde desenvolve as suas actividades e disponibiliza diversos equipamentos de apoio aos estudantes: centro de cópias, bar, secção de desporto e departamento gráfico.

No *campus* existem também duas residências para estudantes, a Biblioteca Central do IPT e um edifício, construído recentemente ao lado do Bloco L, com um refeitório, um bar e um snack-bar para toda a comunidade do IPT.

Como já foi referido, o Departamento de Gestão do Território tem as suas instalações (salas de trabalho/gabinetes de docentes, serviços de secretariado, 6 salas de aula e 2 laboratórios de informática) num edifício localizado na Avenida Cândido Madureira, que partilha com o curso de Gestão Turística e Cultural da ESGT. Neste edifício também existe um refeitório, um bar, uma extensão da biblioteca central e um laboratório de arqueologia museográfica.

Salas de Aula:

Os alunos da ESTT têm aulas nas salas dos Blocos ocupados pelos Departamentos dos respectivos cursos e também nas salas de aula dos Blocos B e O que partilham com os colegas da ESGT. Os alunos de Gestão do Território têm as suas aulas no edifício da Av. Cândido Madureira.

Segue-se um quadro com o total de salas de aula utilizadas pela ESTT e pela ESGT, com indicação dos valores máximo e mínimo das respectivas capacidades:

Quadro 15 – Número e Capacidade das Salas de Aula da ESTT e da ESGT

Salas de Aula	Número	Capacidade
Com mesas e cadeiras	16	25 a 126 lugares
Anfiteatros	13	54 a 204 lugares
Com computadores	4	17 a 30 lugares

5.1.2. Equipamentos

5.1.2.1. Equipamento Documental e Bibliográfico

Os alunos, docentes e funcionários da ESTT têm acesso à Biblioteca Central do Instituto Politécnico de Tomar, situada no *campus* do IPT, de segunda-feira a sexta-feira entre as 9h e as 21h30 e aos sábados das 9 às 13horas. Excepcionalmente, nos períodos de avaliação deste ano, a Biblioteca esteve aberta até às 2 horas nos dias úteis.

Os utilizadores desta Biblioteca, 230 docentes, 3108 alunos e 115 pessoas da população exterior ao IPT, têm à sua disposição 24284 livros, 70 revistas, 43 CD's e ainda outras 311 publicações. Podem utilizar uma ampla sala de leitura geral, uma sala de audiovisuais, sala de reservados, sala de informática com 9 computadores, ligados à Internet, e sala para trabalhos de grupo ou individual.

No edifício do IPT situado na Avenida Cândido Madureira, também existe uma pequena biblioteca que visa dar apoio essencialmente aos cursos de *Gestão Turística e Cultural* e de *Gestão do Território e do Património Cultural*, com uma sala de leitura equipada com meios informáticos.

Os serviços das Bibliotecas são da responsabilidade do Centro de Documentação e Arquivo, uma unidade funcional do IPT, que disponibiliza, on-line, todo o espólio bibliográfico no site do IPT.

5.1.2.2. Equipamento Audiovisual

O Centro de Recursos Audiovisuais, uma unidade funcional do IPT, é responsável pelo seguinte material de apoio às actividades lectivas das Escolas:

Quadro 16 – Equipamento Audiovisual

Equipamento	Número	Equipamento	Número
Retroprojectores	36	Projectores de multimédia	4
Projectores de slides	8	Câmara de filmar	1
Projectores de opacos	3	Combo-TV-Vídeo	3

Em cada sala de aula existe um retroprojector. O restante equipamento audiovisual pode ser utilizado pelos docentes e alunos da ESTT após a respectiva requisição ao Centro de Recursos Audiovisuais.

Além deste equipamento, alguns Departamentos possuem os seus próprios projectores de multimédia e retroprojectores.

5.1.2.3. Equipamento Informático e de Comunicação

A instalação, manutenção e gestão dos meios informáticos do IPT, em particular da ESTT, são da responsabilidade do Gabinete de Informática, uma unidade funcional do IPT. Este Gabinete também apoia tecnicamente todos os utilizadores do equipamento informático, nomeadamente os alunos que utilizam as salas de aulas de informática, entre as 9:00 e as 17:30 quando não estão ocupadas com aulas, as outras salas de informática, utilizadas por todos os alunos das Escolas do IPT entre as 9:00 e as 22:00, a biblioteca e as residências.

Em cada gabinete de docentes há, pelo menos, um computador ligado à Internet e a várias impressoras de rede.

Cada funcionário dos serviços administrativos e dos serviços de secretariado dos Departamentos e Áreas Interdepartamentais, tem à sua disposição um computador ligado à Internet, impressora e telefone. Cada espaço de trabalho tem fax e fotocopiadora.

Segue-se um quadro com o número de PC's, todos ligados à Internet, de impressoras e de scanner's que estão à disposição dos docentes, funcionários e alunos da ESTT:

Quadro 17 – Equipamento Informático

Número Para		PC's		Impressoras		Scanner's	
		No <i>campus</i>	Na Av. C. Madureira	No <i>campus</i>	Na Av. C. Madureira	No <i>campus</i>	Na Av. C. Madureira
Docentes		100	4	34	1	6	0
Funcionários		33	1	17	1	0	0
Alunos	S. de Aulas	127	0	5	0	4	0
	S. de Inf.	19	30	2	4	2	2
	Biblioteca	9	0	2	0	0	0
	Residências	2	-	1	-	0	-
Total		290	35	61	6	12	2

Neste quadro não está incluído o equipamento informático que alguns Departamentos possuem em laboratórios, como por exemplo o de Informática, cuja gestão e manutenção é da responsabilidade dos respectivos Departamentos. De um modo geral, este equipamento é utilizado pelos docentes e alunos dos próprios Departamentos.

5.2. Recursos Humanos

Os recursos humanos da Escola Superior de Tecnologia de Tomar são constituídos pelo pessoal docente e pelo pessoal técnico e administrativo, para os quais ainda não existem quadros aprovados. Estes grupos de pessoal são caracterizados, em vários aspectos, nos quadros seguintes que se referem à situação verificada em Junho de 2004.

5.2.1. Pessoal Docente

Quadro 18 – Qualificação Académica e Regime de Prestação de Serviço

Qualificação Académica	Tempo		Totais
	Integral	Parcial	
Doutoramento	9	2	11
Mestrado	59	2	61
Licenciatura	55	10	65
Bacharelato	0	0	0
Outras	6	0	6
Totais	129	14	143

Quadro 19 – Categoria e Regime de Prestação de Serviço

Categoria	Tempo						Totais (a+b)
	Integral				Parcial		
	Dedicação Exclusiva	Sem dedic. exclusiva	Total		Total		
			(a)	%	(b)	%	
Prof. Coordenador	12	1	13	9	0	0	13
Prof. Coord. Equip.	0	1	1	1	3	2	4
Prof. Adjunto	35	2	37	26	0	0	37
Prof. Adjunto Equip.	10	4	14	10	9	6	23
Assistentes 1º e 2º Triénio	20	2	22	15	0	0	22
Assistentes Equip.	39	3	42	29	2	2	44
Totais	116 (81%)	13 (9%)	129 (90%)	90	14 (10%)	10	143

Quadro 20 – Docentes ETI por Categoria

Categoria	Nº de ETI	Categoria	Nº de ETI
Prof. Coordenador	13	Prof. Coord. Equip.	2,3
Prof. Adjunto	37	Prof. Adjunto Equip.	17,4
Assistentes 1º e 2º Triénio	22	Assistentes Equip	42,9
Total de docentes ETI: 134,6			

Quadro 21 – Distribuição por Categoria, Idade e Sexo

Categoria	Idade			Sexo	
	≤ 35	36 a 49	≥ 50	M	F
Prof. Coordenador	0	9	4	11	2
Prof. Coord. Equip.	0	3	1	4	0
Prof. Adjunto	7	26	4	21	16
Prof. Adjunto Equip.	3	16	4	19	4
Assistentes 1º e 2º Triénio	20	2	0	13	9
Assistentes Equip.	27	11	6	27	17
Totais	57	67	19	95	48

5.2.2. Pessoal Técnico e Administrativo

Quadro 22 – Categoria e Qualificação Académica

Categoria	Qualificação académica						Totais
	Mes.	Lic.	Bac.	12º	9º	6º	
Técnico Superior	1	1	0	0	0	0	2
Técnico	0	3	1	0	1	0	5
Técnico Profissional	0	2	1	10	1	0	14
Administrativo	0	1	0	2	4	0	7
Operário	0	0	0	0	1	0	1
Auxiliar	0	0	0	0	0	1	1
Totais	1	7	2	12	7	1	30

Quadro 23 – Distribuição por categoria, idade e sexo

Categoria	Idade			Sexo	
	≤ 35	36 a 49	≥ 50	M	F
Técnico Superior	0	2	0	1	1
Técnico	0	4	1	2	3
Técnico Profissional	7	7	0	5	9
Administrativo	3	4	0	1	6
Operário	0	1	0	1	0
Auxiliar	0	1	0	0	1
Totais	10	19	1	10	20

6. Recursos Financeiros

No Quadro 11, página 20, são identificadas as fontes de financiamento das despesas da ESTT e a sua distribuição pelas principais rubricas.

Relativamente ao ano de 2004, os valores percentuais das despesas de pessoal, funcionamento e investimento são:

- Despesas de pessoal: 93,9% (Fontes: a totalidade do OGE e Receitas Próprias)
- Despesas de funcionamento: 2,1% (Fonte: Receitas Próprias)
- Despesas de investimento: 3,4% (Fontes: PIDDAC e Receitas Próprias).

7. Outros Indicadores de Consistência Científica, Técnica e Pedagógica

7.1. Concessão de Graus Académicos

No quadro seguinte encontra-se a distribuição da concessão de graus académicos no horizonte temporal dos últimos três anos. Refira-se que o número de licenciados do ano lectivo 2003/2004 não inclui todos os licenciados na época especial. Adicionando o número de bacharéis com o de licenciados, em cada curso, obtêm-se os dados do gráfico 2.

Foram ainda atribuídos diplomas de pós-graduação, em colaboração com outras instituições de Ensino Superior, no âmbito do *Master em Aplicações Informáticas à Arqueologia e ao Património* (9 diplomas atribuídos pelo IPT em conjunto com a Universidade de Leiden - Holanda, Ferrara – Itália - e Visby - Suécia).

Quadro 24 - Graus Académicos Concedidos por Curso e por Ano

Curso	Número de Diplomados por Ano								
	2001/2002			2002/2003			2003/2004		
	Bac.	Lic.	Total	Bac.	Lic.	Total	Bac.	Lic.	Total
Engenharia Civil	44	2	46	45	17	62	26	23	49
Engenharia Química Industrial	40	39	79	50	44	94	53	-	53
Engenharia Química	-	-	-	-	-	-	-	14	14
Engenharia do Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Tecnologia e Artes Gráficas	41	41	82	40	31	71	35	40	75
Conservação e Restauro	34	90	124	28	32	60	31	27	58
Engenharia Electrotécnica	15	10	25	39	12	51	20	5	25
Engenharia Informática	-	-	-	9	-	9	6	-	6
Gestão do Território	20	-	20	18	-	18	20	18	38
Artes Plásticas - Pintura	-	-	-	-	-	-	17	-	17
Fotografia	-	-	-	-	-	-	7	-	7
Totais	194	182	376	229	136	365	215	135	350

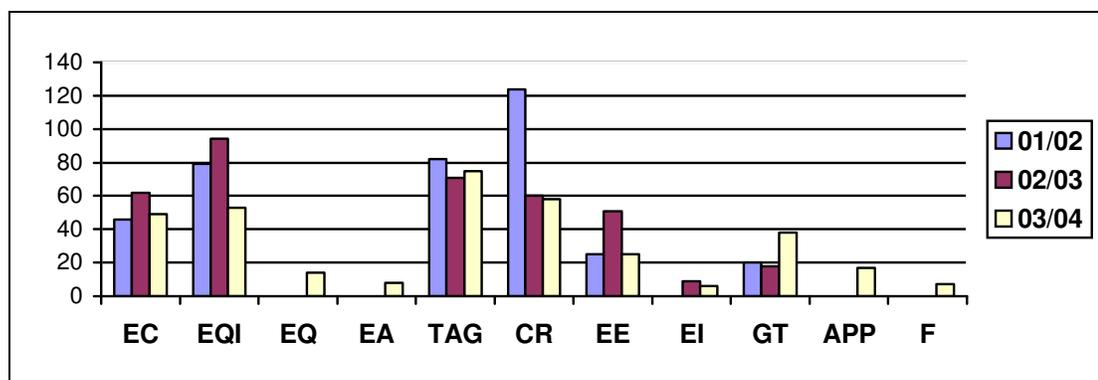


Gráfico 2 – Evolução da Concessão dos Graus Académicos

7.2. Atribuição de Certificados

Nos últimos três anos, os Departamentos e Áreas Interdepartamentais da ESTT organizaram seminários e outros eventos com o objectivo de desenvolver o conhecimento científico da sua comunidade escolar, em particular, e das personalidades, instituições e empresas que trouxeram do exterior novas visões e pensamentos, contribuindo assim para o enriquecimento do conteúdo dos eventos e dos debates desenvolvidos.

Seguem-se as designações de alguns encontros que atribuíram Certificados aos participantes:

- *I Jornadas de Engenharia Electrotécnica - Novos Desafios*, de 8 a 18 de Abril de 2002.
- *II Jornadas de Engenharia Electrotécnica – Tecnologia em Movimento*, de 20 a 22 de Abril de 2004.
- *Tomar Matemática 2003*, realizado em 9 de Maio de 2003.
- *2º Colóquio de Construção Civil – Reflexão pela Qualidade – Novos Desafios*, realizado nos dias 20 e 21 de Maio de 2004.
- *Ciclos de Conferências de Conservação e Restauro*, realizados em 2003 e 2004. Estes ciclos, organizados pelo Núcleo de Conservação e Restauro, têm sido constituídos por cerca de 10 palestras distribuídas pelo ano lectivo.
- *ARTEC – Simpósio sobre Artes Gráficas, Tecnologias e Ciências*, realizado anualmente numa semana da Primavera (em 2004 decorreu a 14ª edição).
- *MTPT 2003 – Mathematical Techniques and Problems in Telecommunications*, de 8 a 12 de Setembro de 2003.
- *I Jornadas de Gestão do Território – Desafio do século XXI (As Novas Tecnologias de Informação Aplicadas à Gestão do Território)*, em 27 de Maio de 2003.
- *II Jornadas de Gestão do Território – Comunidades Urbanas e Desenvolvimento Regional*, em 25 de Maio de 2004.
- 6º-7º-8º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia (2002/3/4)
- Campos de Trabalhos Internacional da Ribeira da Atalaia (2002/3/4)
- Iº Congresso Nacional de Aplicações Informáticas à Arqueologia (2003)

7.3. Projectos Desenvolvidos na Instituição e em Cooperação

A maioria dos projectos desenvolvidos na ESTT está directamente relacionada com a qualificação académica dos seus docentes. No total, contam-se 31 projectos de investigação, 34 de inovação e 45 de parceria que tiveram, ou ainda têm, a colaboração dos docentes da Escola nos últimos três anos. Na secção dos *Docentes* do parágrafo *Recursos afectos ao curso*, capítulo III, são identificados os projectos em que os docentes do curso em avaliação estão directamente envolvidos. A ESTT, através do Departamento de Gestão do Território, coordena diversos projectos de investigação científica de âmbito comunitário e internacional.

Entre os projectos desenvolvidos em parceria com outras instituições nacionais, destacamos os seguintes:

- Mestrado em *Gestão e Conservação da Natureza* (edição Tomar), organizado pelo Departamento de Gestão do Território e do Património Cultural em parceria com a Universidade do Algarve e a Universidade dos Açores.
- *TEMPOAR – territórios, mobilidade e povoamento no Alto Ribatejo*, projecto coordenado pelo Departamento de Gestão do Território e do Património Cultural e financiado pelo Ministério da Cultura.
- *Médio Tejo Digital*, promovido pela Comunidade Urbana do Médio Tejo, este projecto, em desenvolvimento, é coordenado e gerido pelo Departamento de Engenharia Informática da ESTT.
- *Tratamento de Efluentes por Plantas Macrófitas*, projecto desenvolvido em 2002 e 2003, co-financiado pelo Departamento de Engenharia Química e pela LECA Portugal, SA.
- Criação de um laboratório de Engenharia Civil em colaboração com a Associação de Serviços Técnicos para Apoio à Qualidade (ASTAQ).

7.4. Produção Científica

À semelhança dos projectos, também grande parte da produção científica dos docentes da ESTT deve-se à investigação desenvolvida no âmbito da sua qualificação académica. Das 16 publicações periódicas, 214 artigos científicos e 56 publicações de outra natureza, realizadas pelos docentes da ESTT nos últimos três anos, identifica-se a

produção científica dos docentes do curso em processo de avaliação na secção dos *Docentes* do parágrafo *Recursos afectos ao curso*, capítulo III.

8. Indicadores de Dinâmica de Formação Interna

Em 2003, foram atribuídas bolsas de doutoramento do PRODEP a 4 docentes da ESTT que estão, por isso, dispensados do serviço de docência. Além destes, existem outros docentes que, acumulando com as suas actividades lectivas e sem redução de carga horária, estão a investir na sua qualificação académica. Nestas condições, 21 estão a desenvolver trabalhos de Doutoramento, 28 estão a frequentar cursos de Mestrado e 1 está a preparar provas públicas para Professor Coordenador, de acordo com o seguinte quadro.

Quadro 25 – Dinâmica de qualificação do pessoal docente

Docentes	Início				Total
	2000	2001	2002	2003	
Em Doutoramento	7	2	11	5	25
Em Mestrado	8	6	12	2	28
Provas Públicas	0	0	1	0	1

Na secção dos *Docentes* do parágrafo *Recursos afectos ao curso*, capítulo III, são identificadas as áreas de investigação e as instituições onde os docentes do curso em avaliação estão a fazer mestrado ou doutoramento.

Quadro 26 – Dinâmica de qualificação do pessoal não docente

Não Docentes	Início		Total
	2002	2003	
Em Licenciatura	2	3	5

9. Indicadores de Internacionalização

9.1. Protocolos e Projectos

Os acordos e protocolos com instituições internacionais encontram-se no Anexo II, tal como indicado no capítulo I, parágrafo 4. Refira-se que, por a Escola não ter autonomia financeira, os protocolos são celebrados com o IPT.

No âmbito das actividades da ESTT, coordenados pelo IPT e em intercâmbio com outras instituições, estão a ser, ou foram, desenvolvidos os seguintes projectos internacionais, entre outros:

○ ISECMAR

Objectivo: Execução de kits didácticos para o Bacharelato de Telecomunicações do ISECMAR (República de Cabo Verde)

Parceiros: IPT – ESTT – Departamento de Engenharia Electrotécnica, Instituto Superior Técnico, Portugal Telecom.

○ Memories Looking into the future. Signs and spaces. EuroPreArt

Objectivos:

- Construir um novo site de pesquisa de Arte Pré Histórica
- Alargar o número de parceiros a trabalhar no projecto
- Criação de um sistema de informação Geográfica relativo a esta temática

Calendarização: Abril 2002/Março 2003

Coordenador: Doutor Luiz Oosterbeek

Parceiros: IPT(Portugal); Centro Universitário Europeu para os Bens Culturais(Ravello-Itália); Conselho Superior de Investigações Científicas(Madrid-Espanha); Universidade de Liège(Bélgica); Colégio Universitário de Visby(Suécia); Museu do Pinerolo(Itália); Associação Cultural «Colectivo Barbaón»(Espanha); Cooperativa Arqueológica «Le Orme dell'Uomo»(Itália); Universidade de Ferrara «Università degli studi di Ferrara»(Itália); Universidade de Dublin «University College Dublin»(Irlanda); Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo(Portugal); Arqueojovem(Portugal).

○ **SÓCRATES / ERASMUS**

Projecto: Mobilidade e ECTS

Actividade 1: Organização de mobilidade

Objectivos: Intercâmbio de estudantes e docentes

Actividade 2: Sistema Europeu de Transferência de Créditos – ECTS

Objectivos: Promoção do reconhecimento académico dos estudos completados no estrangeiro.

Calendarização: Anual

Coordenador: Doutor Luiz Oosterbeek

Parceiros: Universidade de Stuttgart (Alemanha); Hogeschool Voor Economisch en Grafisch Onderwijs(Bélgica); Universitat Rovira i Virgili(Espanha); Museum National d'Histoire Naturelle(França); Università degli Studi di Ferrara, Università degli Studi di Genova, Università degli Studi della Basilicata; Politecnico di Torino(Itália); Universiteit Leiden(Holanda); Hörgskolan På Gotland(Suécia).

○ **Programa Intensivo de Arte Pré-História Europeia**

Objectivos: Continuação e consolidação dos Programas Intensivos anteriormente leccionados no IPT, em articulação com vários graus de ensino e vários países.

Calendarização: Primavera 2003

Coordenador: Doutor Luiz Oosterbeek/Dra. Ana Cruz*

Parceiros: Università degli Studi di Ferrara(Itália); Vilnius Universitetas(Lituânia); Universitat Rovira i Virgili(Espanha); Université de Liège(Bélgica); Hoskolan På Gotland(Suécia); Rijksuniversiteit Leiden(Holanda); Museum National d'Histoire Naturelle(França; International Federation of Rock Art Organizations(Portugal); UISPP – Union International des Sciences Prehistoriques et protohistoriques.

○ **European Prehistoric Diversity**

Objectivos: Promover a convergência metodologica dos estudos da nova geração de investigadores

Coordenador: Doutor Luíz Oosterbeek

Parceiros: Università Degli Studi di Ferrara (Itália); Vilniaus Universitetas (Lituânia); Universitat Rovira i Virgili (Espanha); Université de Liège (Bélgica);

Hogskolan Pa Gotland (Visby); Rijksuniversiteit Leiden (Leiden); Musée National d' Histoire Naturelle(Paris); UISPP – Union Internationale des Sciences Prehistoriques et Protohistoriques (Gent).

○ **Herity – Heritage e Quality**

Objectivos: definição de critérios internacionais mínimos para a gestão de qualidade do Património Cultural, com base em objetivos claramente definidos.

Calendarização: Permanente

Coordenador: Itália

Coordenador no IPT: Doutor Luiz Oosterbeek

Parceiros: IPT; Inglaterra; Letónia, Hungria; Espanha e Canadá

9.2. Mobilidade de docentes e estudantes

Até 2003, estiveram envolvidos em programas de intercâmbio 47 estudantes da ESTT, 32 dos quais bolseiros ERASMUS, foram recebidos 36 estudantes e 26 docentes deslocaram-se ao estrangeiro.

Relativamente a 2004, ao abrigo de um intercâmbio com o Departamento de Gestão do Território foram recebidos, durante um mês, 10 estudantes da área de Arqueologia da Universidade de Trento, Itália. Apoiados pelo programa ERASMUS, registaram-se os seguintes casos de mobilidade:

Quadro 27 – Mobilidade de estudantes e docentes bolseiros ERASMUS

	Área de Estudo	Instituição/País	Nº de indivíduos	Tempo de permanência
Estudantes da ESTT	Geologia	Univ. Cagliari/Itália	4	3 meses
	Arqueologia	Univ. Ferrara/Itália	4	3 meses
	Design	ArteveldHogeschool/Bélgica	1	3 meses
	Engenharia	Univ. Basilicata/Itália	1	3 meses
	Arqueologia	Univ. Louvaina/Bélgica	2	3 meses
Estudantes recebidos	Engenharia	Univ. Basilicata/Itália	3	6 meses
Docentes da ESTT	Arqueologia	Univ. Ferrara/Itália	1	1 semana
	Geologia	Univ. Ferrara/Itália	1	1 semana
	Biologia	Univ. Ferrara/Itália	1	1 semana
	Arqueologia	Univ. Ljubljana/Eslovénia	1	1 semana

10. Indicadores de Relação com a Sociedade

- *Actividades e Serviços Prestados à Comunidade*

Na óptica do apoio ao desenvolvimento, a ESTT tem colaborado de forma estreita com diversas entidades, quer sob a forma de protocolos de cooperação, quer sob a forma de serviços prestados. Destacam-se as seguintes actividades:

- Consultoria em museologia e conservação e restauro
- Organização de museus e eco-museus
- Exposições didácticas
- Levantamentos topográficos especializados
- Peritagem em materiais e estações arqueológicas
- Peritagem em arte
- Serviços de conservação e restauro em cerâmica, pintura, mobiliário, talha dourada, escultura de obras de arte em pedra e policroma

- Fotografia geral
- Conservação e restauro de fotografias
- Pré-Impressão, Impressão e Acabamento de documentos gráficos
- Consultoria a empresas no âmbito da gestão da energia
- Produção de placas de circuito impresso
- Formação profissional
- Apoio à organização de Bibliotecas e arquivos municipais
- Apoio à organização de depósitos de materiais arqueológicos
- Projectos em CAD
- Elaboração de bases de dados
- Análises químicas a cimentos e águas
- Ensaio de resistência de embalagens
- Ensaio físicos e mecânicos a papel e cartão
- Realização de estudos e ensaios nas áreas de Engenharia Civil
- Consultoria técnica em Engenharia Civil
- Elaboração de Sistemas de Informação Geográfica
- Colaboração na elaboração de planos de ordenamento e desenvolvimento (PDM's, Cartas Escolares, Planos de Ordenamento Territorial)
- Elaboração de cartografia temática (geomorfologia, património, ambiente)
- Colaboração na revisão do plano de ordenamento do Parque Natural das Serras d'Aire e Candeeiros.

- ***Actividades de Formação***

No IPT funciona um Centro de Formação Contínua de Professores dos ensinos básico e secundário (FOCO), coordenado por um docente de Engenharia Informática. As acções de formação têm sido ministradas por docentes dos Departamentos de Engenharia Informática e de Engenharia Electrotécnica e de Computadores.

Em 2004 foram desenvolvidas as seguintes acções de formação:

- Técnicas de Pesquisa na Internet
- Introdução às Bases de Dados

Alguns docentes do Departamento de Engenharia Química têm ministrado diversas acções de formação em parceria com a Portucel e PT Inovação. Em 2004, funcionaram os seguintes cursos:

- Tecnologia de Produção de Pasta, destinado a Operadores Qualificados da Portucel.
- Descrição Geral do Processo de Produção de Papel, destinado a operadores estagiários.

11. Indicadores Relativos à Acção Social Escolar

Os alunos das escolas do IPT têm à sua disposição refeitórios, que servem almoços e jantares todo o ano, um snack-bar e bares administrados pelos Serviços de Acção Social do IPT. Em Tomar, existe um bar, um snack-bar e um refeitório no *campus* do IPT que serve, em média, 333 refeições por dia; no edifício da Av. Cândido Madureira existem um bar e um refeitório que serve 99 refeições diárias, em média.

Os Serviços de Acção Social também atribuem bolsas e alojamento aos alunos. Existem duas residências de estudantes no *campus* do IPT, uma para estudantes do sexo feminino com 129 camas e outra com 125 camas para estudantes do sexo masculino.

Os dados seguintes referem-se à evolução, nos últimos três anos, do número de alunos em residência de estudantes e de estudantes bolseiros da ESTT e, em particular, dos cursos de Engenharia Informática (E.I.) e Gestão do Território (G.T.).

Quadro 28 – Bolsiros e Alunos em Residência de Estudantes

	Bolsiros						Alunos em Residência de Estudantes					
	01/02		02/03		03/04		01/02		02/03		03/04	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Na ESTT	567	29	545	27	464	23	109	6	115	6	112	6
Em E.I.	23	29	23	23	21	16	1	1	3	3	3	2
Em G.T.	52	41	61	42	56	36	12	10	17	12	18	12

III - ANÁLISE DESCRITIVA DO CURSO E RESPECTIVO FUNCIONAMENTO

1. Evolução histórica

1.1. Descrição sumária do contexto em que o curso foi criado, com referência aos objectivos prosseguidos e aos estudos determinantes do seu lançamento.

O Departamento de Gestão do Território foi criado, no âmbito da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, para oferecer formação nas áreas das ciências do património, das ciências do território e do planeamento e ordenamento do território.

Deste a sua origem, assumiu duas vertentes principais de actuação:

- Por um lado a arqueologia, que constitui não apenas um ramo da licenciatura, mas também o núcleo fundador do próprio Departamento e de diversas iniciativas do IPT. Com efeito, desde 1987 que a ESTT ministra o ensino da arqueologia, através de cursos livres, de pós-graduação e, mais tarde, de licenciatura (em articulação com a Conservação e Restauro e a Gestão do Território). Logo em 1987, fora criado o Centro de Pré-História (então designado “Laboratório de Pré-História e Paleontologia”), unidade autónoma dos Departamentos e directamente dependente da Presidência do IPT.
- Por outro lado as vertentes de ambiente e planeamento, que se foram afirmando no quadro da intervenção do IPT em estudos e acompanhamentos de impactes ambientais, e que desde 2000 foram ganhando importância crescente. Em 2001 foram realizadas as primeiras jornadas europeias de Gestão do Território, e em 2003 e 2004 tiveram lugar jornadas nacionais nesse domínio.

O Departamento de Gestão do Território não deve ser olhado, por isso, fora da sua génese, nem para além de uma rede institucional muito ampla, que nos liga em primeiro lugar ao Centro de Pré-História e a outros departamentos das diversas escolas do IPT, mas que se alarga nos planos regional, nacional e internacional.

A nível regional, colaboramos com o Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo, estrutura que agrupa cerca de duas dezenas de entidades (autarquias e ONGs). A nível nacional, mantemos acordos de cooperação com diversos organismos, públicos e privados, no quadro dos quais, por exemplo, os nossos alunos desenvolvem os seus estágios. No plano internacional, temos acordos bilaterais com entidades de mais de 30 países, sendo coordenadores de importantes redes europeias nos domínios da arte rupestre e da gestão de qualidade do Património Cultural. Todos os anos, vários estudantes e docentes do IPT realizam parte das suas actividades académicas fora do País, ao mesmo tempo que recebemos diversos visitantes da Europa, Américas e Austrália.

Para além dos intercâmbios institucionais, a actividade de cada docente e investigador, mas também a acção do Núcleo de Estudantes de Gestão do Território e a Associação de Antigos Alunos de Arqueologia do IPT (com sede em Vila Nova da Barquinha).

O Departamento é, assim, um todo plural, que tem no seu centro os cursos que ministra, mas que funciona ao ritmo das dinâmicas de inserção social, como é timbre do Ensino Superior Politécnico.

Em 2004/2005, o Departamento iniciou uma nova fase da sua intervenção, tendo reestruturado a licenciatura (que passou a 4 anos, com a designação de Gestão do Território e do Património Cultural) e iniciado também, em colaboração com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, um Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre. Este Mestrado faz parte de uma rede internacional de excelência, aprovada pela Comissão Europeia no quadro do programa Erasmus Mundus. Sermos uma das 16 redes europeias de Mestrado, confere a todos nós uma grandes oportunidade e enormes responsabilidades.

A Licenciatura, o Mestrado, os diversos projectos regionais e internacionais, os interesses de cada docente, de cada aluno e de cada funcionário, formam uma rede de interesses e actividades diversas mas convergentes. Essa é a aposta deste departamento e, em particular, da Licenciatura em Gestão do Território e do Património Cultural.

A Licenciatura em Gestão do Território funciona na Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar desde o ano lectivo de 2000-2001, tendo sido proposta ao então Ministério da Educação em Janeiro de 2000.

A nível nacional, existiam então, como agora, diversas especialidades de formação específica, que intervêm no território. Contudo, essa pluralidade de especializações conduz

a uma menor versatilidade dos diplomados. Por essa razão, a intervenção no território é tarefa de amplas equipas, multi-disciplinares, e assim continuará a ser.

No entanto, a nova relação da sociedade com a gestão do território, consubstanciada nas directivas para a elaboração de Planos Directores Municipais, Planos Estratégicos e outros instrumentos afins, colocavam já a exigência de um novo tipo de especialistas. Se as equipas pluri-disciplinares eram a solução óbvia na fase de planeamento, já a implementação e monitorização dos planos careciam e carecem de um acompanhamento mais generalista.

As variáveis a tomar em conta neste domínio são três: as Ciências da Terra, particularmente a geologia e o universo de técnicas que a acompanham; as Ciências do Património e em particular a Arqueologia, como instrumento de avaliação Patrimonial do subsolo; o Planeamento, entendido na sua articulação com a Antropização do Território.

Existiam já, no quadro do IPT, os recursos de base para o desenvolvimento desta área de formação. Existia ainda, por parte do IPT, uma privilegiada relação com diversas autarquias, incluindo, pontualmente, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A criação da Licenciatura em Gestão do Território (portaria 695/99), especialmente vocacionada para o acompanhamento dos processos de antropização, assumia-se assim como vocacionada, principalmente, para o apoio ao desenvolvimento regional sustentável.

A Licenciatura contou, desde a sua criação, com quatro tipos de recursos adquiridos:

- Um corpo docente, devidamente qualificado, cobrindo todas as especialidades relevantes;
- Recursos laboratoriais e experiência pedagógica em todos os domínios essenciais designadamente em função das áreas já então constituídas no âmbito do I.P.T. (Conservação e Restauro, Arqueologia, Arte, Turismo Cultural, Física, Química, Engenharia Civil e outras);
- Uma rede nacional de contactos com empresas e autarquias, com as quais os nossos alunos poderiam estagiar;
- uma rede europeia, com parceiros em todos os países da União, e ainda em diversos países PECO (hoje na sua maioria já membros da União), que assegurava o necessário enquadramento nesta dimensão supra-nacional.

Neste quadro, a Licenciatura em Gestão do Território foi concebida como uma licenciatura bi-etápica, que compreendia um primeiro ciclo comum, de 3 anos, conferindo o grau de bacharel, e um segundo ciclo, de dois anos, que conferia o grau de licenciado, em dois ramos:

- ❖ Monitorização do Território ;
- ❖ Arqueologia da Paisagem (este último em articulação com a Licenciatura de Conservação e Restauro).

A Licenciatura em Gestão do Território visava formar técnicos qualificados para apoio à concepção e acompanhamento dos programas de gestão do território, designadamente nas vertentes dos planos directores e dos impactes ambientais e patrimoniais.

A Licenciatura respondia às necessidades de reordenamento do território, dotando os seus agentes, e em particular as autarquias, de recursos humanos preparados para trabalhar num domínio eminentemente pluridisciplinar. Respondia ainda aos requisitos de qualidade e competitividade, encarando a gestão do território de forma integrada, para o desenvolvimento sustentável e no quadro da integração europeia.

Ao nível do Bacharelato, foram desenvolvidas competências de acompanhamento dos programas de gestão do território, com equilibrada formação nas suas diversas vertentes, actuando os técnicos como elementos de apoio à coordenação interdisciplinar, na óptica do utilizador dos serviços.

Ao nível da Licenciatura (2º ciclo), estão em fase final de formação os primeiros técnicos superiores em duas áreas: património arqueológico (que constitui a esmagadora maioria do Património, que por natureza não se encontra, geralmente, visível) e monitorização do território (designadamente acompanhamento de PDMs e de Estudos de Impacte Ambiental e Patrimonial).

O facto de a presente avaliação decorrer antes da conclusão do primeiro curso de Licenciatura, diminui a possibilidade de monitorizar o impacto directo do curso no mercado profissional. No entanto, existem outros indicadores que serão, mais adiante, mencionados.

Naturalmente que um novo curso não poderia ser criado sem uma discussão com diversas entidades exteriores ao IPT. Em rigor, a necessidade de um curso com este perfil emergiu da experiência de acompanhamentos de impactes ambientais que, no final da

década de 1990, o IPT foi apoiando, especialmente no domínio da arqueologia. Nesse processo, foi possível contactar com diversos responsáveis pelo ordenamento do território, quer ao nível de organismos centrais de planeamento (especialmente Institutos públicos) e de planeamento e execução (como a ex-Junta Autónoma das Estradas), quer ao nível regional e municipal. Em diversos contextos foi-se constatando, com responsáveis daquelas entidades, que existia um fosso entre os quadros de especialização disciplinar e a massa crítica capaz de integrar tais especialidades e, nessa medida, prover a uma abordagem integrada e eficiente dos mesmos, sobretudo nas fases de planeamento (anterior às obras) e de monitorização (durante e após as obras). O bacharelato e os dois ramos da licenciatura visaram ajudar a colmatar esse fosso.

A actual reestruturação, aliás, seguiu a mesma metodologia, tendo sido ouvidos , entre outros:

- A Direcção Geral de Património da UNESCO, através do seu sub-director geral (Prof. M. Bouchenaki), que aceitou, aliás, deslocar-se a Tomar no corrente ano;
- A organização internacional HERITY (Heritage and Quality), sediada em Roma, que é responsável pela actual coordenação internacional de normas de gestão de qualidade do Património Cultural; esta entidade, cuja presidência é assegurada pelo Secretário de Cultura do Estado do Vaticano (Mons. Marchiesano) tendo como um dos vice-presidentes o Director do Departamento de Gestão do Território (Prof. Luiz Oosterbeek), tem como Secretário Coordenador o Prof. Maurizio Quagliuolo, docente convidado do IPT;
- A Unidade de Gestão do Território (“Land Management Unit”) da Comissão Europeia (Dr. Guido Schmuck);
- A União Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas (UNESCO), com sede na Bélgica, e cujo próximo Congresso Mundial será realizado em Lisboa, em 2006, pelo nosso Departamento de Gestão do Território (Prof. Jean Bourgeois);
- A Federação Internacional de Organizações de Arte Rupestre, com sede na Austrália (Dr. Hipolito Collado);
- Diversos departamentos de Arqueologia, Geografia e Arquitectura, igualmente envolvidos em processos de reestruturação, em Espanha (Santiago de Compostela, Tarragona), França (Paris, Marselha), Itália (Ferrara, Bari, Florença, Turim, Cagliari), Inglaterra (Oxford), Irlanda (Dublin), Holanda (Leiden), Bélgica (Ghent,

Liège), Suécia (Visby), Eslovénia (Ljubljana), Polónia (Cracóvia), Geórgia (Tibilissi), Uzbequistão (Tashkent), Brasil (Pelotas, Santa Maria, Rio de Janeiro, São Paulo);

- A Rede Europeia de Gestão do Território;
- A Associação Profissional de Arqueólogos;
- A Associação de Antigos Alunos de Arqueologia do IPT.

Na sua programação inicial, foi igualmente considerada a qualificação do corpo docente, assegurando não apenas a sua formação académica (28 % de Doutores, 39 % de Mestres, 28 % de Pós-Graduados, 5% de Licenciados), mas a sua ligação prática às áreas da Monitorização do Território: Promoção Ambiental, Cartografia Nacional, Gestão Autárquica, Estudos de Impacte Ambiental e Patrimonial, Programas Europeus.

Ao mesmo tempo que o curso era iniciado, o IPT aprofundou a sua ligação a projectos de cooperação, nacional e internacional, nos domínios associados às temáticas do mesmo. Em consequência, o IPT, e os seus alunos, participaram desde então em diversos projectos de acompanhamento de impactes ambientais (como o acompanhamento arqueológico da A23 ou da urbanização da Fonte da Moita/Moita, entre outros), de planeamento (como diversos PDMs ou o Plano do Parque Nacional das Serras de Aire e dos Candeeiros), de valorização cultural (como a realização de cadastros ou a organização de exposições, museus e programas pedagógicos) ou de internacionalização (com destaque para as áreas da Arte Pré-Histórica e da Gestão de Qualidade do Património Cultural, nas quais somos os coordenadores das respectivas redes europeias, com apoio da União Europeia).

1.2. Justificação científica, técnica e /ou profissional da designação do curso.

O processo de integração europeia tem acarretado um conjunto de alterações ao nível dos procedimentos, no que respeita à planificação e monitorização das intervenções sobre o território.

No âmbito das directivas comunitárias e da mais recente legislação nacional, o território é encarado como um sistema largamente constituído por recursos não renováveis

e carecido de uma gestão integrada, que proteja esses recursos, ambientais e culturais, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Os Planos de Coordenação Regional, os Planos Directores Municipais, os Planos Estratégicos de Cidade, os Estudos de Impacte Ambiental e Patrimonial, a revisão da legislação ambiental e da Lei de Bases do Património Cultural, a consagração do princípio do “poluidor pagador”, são instrumentos que se inserem neste novo quadro.

A designação de “Gestão do Território” decorreu deste contexto, traduzindo uma visão integrada do território, nas suas vertentes cultural, ambiental e de planeamento. Os formados na Licenciatura em Gestão do Território, de acordo com o já referido (pag. 49), iriam ocupar lugares de técnicos (bacharelato) e técnicos superiores (licenciatura) em autarquias, unidades de gestão territorial e empresas constituídas nos domínios da monitorização do território.

Esta formação não colidia com outras existentes no nosso País, pois era (é) a única Licenciatura em Portugal que se propõe formar quadros superiores no interface das vertentes ambiental e cultural do Território.

A designação “Gestão do Território” procede de uma concepção holística do espaço socio-cultural-económico (Território), privilegiando a dimensão pró-activa na intervenção sobre o mesmo (Gestão). A designação encontra paralelo na expressão “Landscape Management” e visa romper com a abordagem disciplinar oferecida por outras licenciaturas com as quais se recorta (Geografia, Gestão do Património, Ambiente, Arquitectura Paisagística, Arqueologia ou Engenharia do Território). No quadro da Gestão do Território, conquanto algumas destas disciplinas possam constituir ramos de especialidade (como são os casos da Arqueologia e da Monitorização), a formação é de base interdisciplinar mais ampla, correspondendo assim não apenas ao sentido da reorganização do Ensino Superior em diversos países (orientada para formações iniciais mais abrangentes e, por isso, flexíveis), mas também ao que pensamos ser uma das missões do Ensino Superior Politécnico: a de contribuir para a inovação em áreas de afirmação que, para alguns, emergem da “pós-modernidade”.

Ao optar por uma designação “não-clássica”, estivemos conscientes do risco de incompreensão do estatuto científico do curso, que aliás tem motivado uma oscilação na sua classificação disciplinar por parte do Ministério da tutela (tendo já estado associado a cursos de geografia, de planeamento, de economia e, até, de arquitectura). Os cursos de base não disciplinar convivem mal com uma estrutura ainda demasiado disciplinar e rígida,

como a que temos em Portugal. Foi, aliás, para possibilitar uma mais fácil compreensão da sua natureza transversal, que na recente reestruturação o curso mudou de designação (passando a chamar-se “Licenciatura em Gestão do Território e do Património Cultural”, já com uma estrutura plenamente decorrente dos acordos de Bolonha). Mas os resultados até esta data alcançados, justificam o esforço despendido.

1.3. Identificação dos momentos significativos de evolução da organização curricular do curso, desde o modelo original.

Como se referiu, a estrutura previu um curso de bacharelato, seguido de um segundo ciclo. Neste segundo ciclo, funcionaram as vertentes de pré-especialização em Arqueologia da Paisagem (cujas disciplinas eram, na generalidade, comuns à vertente em Arqueologia da Paisagem na Licenciatura em Conservação e Restauro, embora com diferenciação ao nível do Seminário, das opções e do estágio profissionalizante), e em Monitorização do Território, numa apreciável economia de meios e potenciação dos bacharelatos.

O elenco curricular inicial (Anexo IV) era coerente com esta estrutura, proporcionando no bacharelato uma formação generalista nas três áreas científicas do curso (Arqueologia e Ciências do Património, Ecologia e Ciências do Território, Planeamento e Ordenamento do Território) e nas áreas fundamentais (ciências exactas, língua estrangeira).

Logo no ano lectivo imediato foram introduzidas modificações menores, motivadas por um primeiro confronto com os alunos e suas dificuldades. Estas alterações (Anexo IV) foram assim motivadas pela dinâmica interna do curso, e não por factores externos. Alterava-se a sequência de algumas disciplinas dentro das mesmas áreas científicas, reforçava-se a formação básica fundamental no bacharelato e aprofundava-se a formação em Sistemas de Informação Geográfica no 2º ciclo. Ao mesmo tempo, alterava-se as condições de acesso (evitando pares de disciplinas pouco frequentes no Ensino Secundário).

O elenco curricular actualmente em curso de avaliação é, assim, o que resulta desta mini-reestruturação. No entanto, não seria lógico apreciar a evolução do curso, sobretudo quando ela precede a formação do primeiro ciclo de licenciados, sem tomar em conta a reestruturação aprovada em 2004. Não apenas por ela decorrer da avaliação interna do

curso na sua relação com o mercado, mas também por ela afectar a maior parte dos alunos que, actualmente, frequentam o curso.

A evolução da relação do curso e do departamento confirmou certos elementos essenciais. Por um lado a forte colocação no mercado de trabalho (um inquérito, realizado em finais de 2002, revelou uma taxa de empregabilidade de 94,5% entre os antigos alunos de Arqueologia da Paisagem; embora estes fossem ex-alunos do ramo da Licenciatura de Conservação e Restauro, disputavam, no essencial, o mesmo mercado de trabalho que os do ramo da Licenciatura em Gestão do Território), mas por outro uma insuficiente visibilidade pública da vertente cultural do curso, especialmente marcante no processo de selecção de novos alunos. Outro factor relevante, que pesava no quadro dos acordos de implementação do processo de Bolonha (infelizmente muito atrasado em Portugal, com grave prejuízo para a nossa competitividade), era a redução da duração da licenciatura para, pelo menos, quatro anos.

A avaliação dos resultados das colocações em 2003/2004 aprofundou uma realidade que já se ia percebendo.

Verificou-se nesse ano a clara inflexão na tendência anterior de afirmação do Curso de Gestão do Território. Esta inflexão registou-se na nota de entrada, mas sobretudo na percentagem de colocações (17 colocados em 35 vagas).

Para além das causas gerais (menor número absoluto de candidatos para as vagas disponíveis, etc.), registou-se um facto importante e inédito, que foi a classificação do curso, de forma um pouco absurda, na área científica de agricultura e recursos naturais. Esta classificação, elaborada pelo Ministério e acessível na internet (com um link na página da ESTA), deverá ter condicionado as candidaturas. Com efeito, sendo a designação de Gestão do Território uma designação não clássica (contrariamente a Direito, Medicina ou Arquitectura, por exemplo), a sua classificação é fundamental para o esclarecimento dos candidatos. Em anos anteriores, o Ministério “arrumara” o nosso curso com os Cursos de Geografia e de Planeamento. Conquanto tal classificação fosse discutível, ela era, no entanto, aceitável. Basta uma consulta aos nossos alunos para perceber que, na sua grande maioria, entendiam que o Curso de Gestão do Território seria um curso da grande área da Geografia. Não sendo correcta tal acepção, ela era, no entanto, articulável com o Curso.

A nova situação (que se prolongou, posteriormente, ao sermos sucessivamente unidos a cursos de economia ou gestão, com os quais pouco ou nada temos em comum) originou, desde logo, dois problemas. O primeiro foi a quebra de candidatos. Mas o segundo, bem mais grave, foi o facto de, com elevada probabilidade, os colocados esperarem entrar para uma área científica (agricultura e recursos naturais, economia ou outra) que muito pouco tem a ver com o curso e com as suas saídas profissionais.

Analisada a distribuição de resultados nos cursos da área em que foi classificado o Curso de Gestão do Território, verificamos que a percentagem de colocados foi de apenas 51,94%, ocupando o nosso curso uma posição média. No entanto, excluindo desta lista os cursos de Engenharia do Ambiente (facto legítimo, pois se trata de uma designação consolidada e que tem outro curso no IPT), a percentagem nacional de colocações fora apenas de 27,66%, ocupando o nosso curso uma posição elevada (a 5ª a nível nacional).

É igualmente útil verificar o comportamento das colocações entre os cursos de Ciências Sociais (onde tradicionalmente nos integrávamos, junto com a Geografia). Aí, a média nacional de colocações foi de 65,2%, com os cursos de Engenharia Geográfica sempre abaixo dos 40%, e os cursos de Geografia sempre acima dos 90%. O nosso curso ocupa uma posição, actualmente, pouco acima dos primeiros; no entanto, em anos anteriores, estava claramente no segundo grupo, ultrapassando mesmo alguns cursos de Geografia.

Finalmente, importa não ignorar que o nosso Curso é especialmente forte no domínio da Arqueologia e Património, facto que foi obliterado pela classificação Ministerial na área de agricultura em 2003. Este facto é especialmente relevante, considerando-se o comportamento dos cursos deste grupo, com 82,22% de vagas preenchidas a nível nacional, e médias bem mais elevadas que nas restantes áreas (que rondam, sempre, os 10 a 11 valores). O nosso curso ocupa uma posição anormalmente baixa neste conjunto, só compreensível pelo “acidente” da sua reclassificação científica.

1.4. Referência à eventual colaboração de outras entidades no desenvolvimento do curso.

Como foi já referido, toda a concepção e implementação do curso estão apoiadas numa rede muito estável de parcerias, a nível nacional e internacional. Estas parcerias reflectem-se nos planos da docência e da formação em estágios curriculares e extra-curriculares.

Ao nível regional, o curso e o departamento possuem amplo historial de colaboração com a CCDDR de Lisboa e Vale do Tejo, com a Comunidade Urbana do Médio Tejo (ex- Associação de Municípios), com o Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo (que integra cerca de 20 entidades, incluindo 8 autarquias). Este é o território privilegiado de “experimentação” dos nossos alunos, que são convidados a colaborar no desenvolvimento da região.

Ao nível nacional e internacional, a criação da Rede Europeia de Gestão do Território em 2001, a coordenação internacional do programa de monitorização de riscos naturais sobre o património (Projecto ArtRisk), a coordenação do Curso Intensivo Europeu de Gestão de Qualidade do Património (Herity) ou a implementação de projectos de gestão integrada do património no Uzbequistão ou na Tunísia (LandHeritage), são a expressão concreta desta estratégia. A totalidade dos nossos alunos, desde que o desejem, pode frequentar uma parte dos seus estudos noutra País da União Europeia (no âmbito dos acordos Erasmus-Sócrates, estabelecidos com Universidade de Espanha, França, Itália, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, Polónia, Lituânia, Turquia, Alemanha, Irlanda, Letónia, Hungria, Roménia. Alunos nossos estagiaram no Brasil, país com o qual temos diversos acordos de colaboração. Embora, por razões financeira, nunca se tenham concretizado intercâmbios de estudantes, temos ainda acordos de princípio com Universidades em África (Dakar), Canadá (Alberta), Estados Unidos da América (Columbia) e Austrália (Flynders).

2. Organização curricular actual

2.1. Referência ao processo seguido na sua elaboração, com identificação genérica dos diversos participantes, a título institucional, representativo ou pessoal.

No que respeita à organização curricular, já foram evidenciados no capítulo 16 todos os processos evolutivos seguidos na elaboração do curso assim como todas as entidades participantes, quer a título institucional quer pessoal. Foram também evidenciados neste capítulo aspectos relativos à descrição lógica, científica e pedagógica subjacentes à organização curricular do curso e às estratégias previstas para a sua realização.

2.2. Apresentação da solução curricular actual, com identificação das unidades que a integram, qualquer que seja a modalidade que revistam.

A estrutura curricular em avaliação (que cessou em 2003/2004) consta do Anexo IV.

O conteúdo programático sumário das disciplinas é o seguinte:

❖ Área de Arqueologia da Paisagem e Pré-História:

- *Pré-História*

Numa disciplina introdutória do Curso, o aluno será familiarizado com os quadros interpretativos que lhe possibilitem um melhor conhecimento do contexto em que se inserem as peças ou estruturas que venha, eventualmente, a intervir: do Paleolítico inferior à Idade do Ferro, com especial relevo para os contextos da Península Ibérica.

- *Cultura Material*

Modelos de aprovisionamento, elaboração, modificação e uso das matérias primas, ao longo do tempo. Reconhecimento cronológico dos artefactos, nos planos tipológico e tecnológico. Materiais e técnicas de construção.

- *Antropologia Cultural*

Conceitos. Sistemas sociais. Modelos de evolução biocultural. Expressão simbólica.

- *Desenho*

Importância do Desenho Técnico. Normas de Desenho. Material de Desenho e modo de utilização. Noções básicas de geometria. Desenho bidimensional e tridimensional. Introdução ao CAD. Princípios, métodos e problemáticas interpretativas e descritivas da reprodução gráfica. Desenho de artefactos, ecofactos e estratigrafias. Documentação gráfica para estudo e compreensão da gestão do território por sociedades pré-históricas e históricas.

- *Biogeografia e Ecologia Humana*

Análise das relações Homem-Ambiente, com particular atenção aos aspectos selectivos do ambiente e às adaptações humanas aos constrangimentos ambientais. Eco-etologia humana. Modelos de distribuição dos organismos no espaço e no tempo. Esta disciplina fará, no 3º ano, a síntese dos diversos campos de estudo em ciências da terra. Será particularmente aprofundada a biogeografia da Península Ibérica.

- *Técnicas e Métodos de Prospecção*

Principais técnicas e métodos actualmente utilizados para a caracterização de territórios, em diversas escalas. Reconhecimento aéreo e terrestre. Instrumentos de prospecção.

❖ Área de Ciências da Terra:

- *Geografia*

Análise da inter-relação entre o espaço natural e antropizado, designadamente na sua vertente económica, no âmbito de um dado território. Definição dos elementos caracterizadores da unidade e diversidade territoriais. Geografia Europeia e Peninsular.

- *Geologia*

Bases metodológicas da Geologia. Princípios e metodologia para o reconhecimento e estudo dos materiais da crosta terrestre. Génese e classificação dos minerais. As rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas. Introdução à exploração dos recursos minerais e seu impacte ambiental. Importância dos fenómenos e processos geológicos na evolução ambiental. Relação entre a actividade antrópica e os processos geológicos. Princípios de hidrologia e hidrogeologia. Análise de riscos naturais.

- *Cartografia e Topografia*

Utilização, gestão e compreensão das cartas topográficas e temáticas. Metodologias de levantamento cartográfico e topográfico, de representação e projecção, de fotogrametria. Princípios de utilização dos instrumentos e operações de medida. Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica.

- *Biologia e Ecologia*

Aspectos fundamentais da biologia animal e vegetal. Conhecimentos básicos em Ecologia geral. Análise das relações entre factores bióticos e abióticos no âmbito dos ecossistemas naturais. Estrutura, função e evolução dos ecossistemas naturais.

- *Geomorfologia*

Princípios, conceitos e métodos de estudo das principais características morfológicas do território. Introdução à geomorfologia estrutural, climática, quantitativa e aplicada.

- *Pedologia*

Análise dos solos para avaliação das potencialidades das áreas superficiais. Factores de formação do solo. Processos pedogenéticos. Classificação taxonómica dos solos. Técnicas de análise química dos solos.

- *Paleontologia*

Conceitos de evolução, espécie e origem da vida. Princípios de taxonomia. Processos de fossilização e de alteração pós-deposicional. Reconhecimento dos vestígios animais e humanos. Introdução á Paleontologia Humana.

- *Geografia Aplicada e Sociologia Urbana*

Métodos, conhecimentos e fundamentos da perspectiva geográfica na solução de problemas práticos, relativos à localização e distribuição das infra-estruturas na superfície terrestre, e

às dinâmicas regionais que elas potenciam, no contexto europeu. Problemáticas específicas da gestão de espaços urbanos.

- *Conservação do Património Natural*

Sua importância para o desenvolvimento regional sustentável. Consequências económicas e sociais da sua utilização. Metodologia e técnicas de gestão. Recursos renováveis e não renováveis.

- *Análises Laboratoriais*

Técnicas e métodos de análise laboratorial de artefactos e ecofactos. Correcta e adequada utilização dos aparelhos e instrumentos actualmente mais utilizados, nos diversos campos de investigação relacionados com o território.

❖ Área de Planeamento:

- *Gestão de Recursos Humanos*

Modelos de coordenação de equipas pluri-disciplinares, no domínio do planeamento e monitorização do território.

- *Planeamento e Ordenamento do Território*

Conceitos fundamentais de planeamento e ordenação do território. Problemáticas relativas à coordenação intra-regional e inter-regional, na sua relação com as condições morfo-climáticas de um ou mais territórios. Planeamento a nível Municipal.

- *Metodologia e Técnicas de Planificação*

Metodologia e técnicas adequadas a diferentes níveis de planificação, com vista à sua optimização nas escalas urbana, municipal, regional e inter-regional. Perspectiva interdisciplinar, combinando os interesses paisagísticos, ambientais, culturais e económicos, no quadro da legislação nacional e europeia vigentes.

- *Inventário e Catalogação*

Normas propedêuticas e definição de inventário e de catálogo. Registo de documentos e ordenação de arquivos. Organização física e codificada dos bens. Realização e significado dos ficheiros de catalogação. Princípios de selecção e ordenação de descritores.

- *Análise de Projectos*

Leitura e interpretação de projectos.

- *Direito de Ordenamento do Território*

Princípios fundamentais de direito público, designadamente no que se refere aos bens culturais e ambientais. Legislação territorial. Regime jurídico dos planos de ordenamento, designadamente no que se refere à conservação, protecção e gestão do património cultural e natural. Normas e convenções nacionais, europeias e internacionais.

❖ Área de História:

- *História Universal*

Através do estudo e compreensão dos factos e processos históricos, é possível entender a estreita relação Homem-Ambiente. A disciplina aprofunda a temática relacionada com o desenvolvimento dos sistemas sociais no espaço e no tempo, com particular destaque para as manifestações artísticas da Humanidade.

- *História de Portugal 1*

Formação do território. Da Fundação da nacionalidade ao século XVI, com particular destaque para a génese da Arte Lusíada.

- *História de Portugal 2*

Do século XVII à actualidade.

❖ Áreas Intra-Departamentais:

- *Inglês*

Formação linguística básica, para a fluidez de comunicação no contexto da integração europeia, e familiarização com o vocabulário técnico e jurídico no domínio específico da Licenciatura.

- *Elementos de Física e Química*

Introdução às abordagens microscópica e macroscópica na descrição do comportamento de um sistema. Métodos de investigação estrutural. Espectroscopia.

- *Informática*

Bases teórico-práticas para a utilização das diversas aplicações informáticas utilizadas no âmbito da Licenciatura, com os sistemas operativos mais generalizados.

- *Tratamento de Dados e Estatística*

Princípios matemáticos para elaboração de dados. Métodos quantitativos no tratamento de informação territorial. Métodos de elaboração e interpretação de bases de dados e folhas de cálculo informatizadas. Princípios de tratamento gráfico de dados.

- *Matemática*

Álgebra linear e geometria analítica. Análise matemática.

A estrutura curricular do segundo ciclo, ramos de Monitorização do Território e de Arqueologia da Paisagem consta do Anexo IV.

2.3. Eventualidade de diferenciação curricular para trabalhadores-estudantes.

Não se aplica.

2.4. Referência a casos de precedência.

Não se aplica nesta fase, embora o tema já tenha sido abordado em reuniões. Não havendo precedências em nenhum outro curso, optou-se por não as introduzir isoladamente no de Gestão do Território.

2.5. Antevisão do tempo de vigência vital da estrutura curricular e expectativas da sua evolução.

Como foi referido, a estrutura curricular em avaliação foi alterada, com a reestruturação curricular realizada em 2004.

A criação da Licenciatura bi-etápica em gestão do território, em 2000, constituiu uma aposta do Instituto Politécnico de Tomar em promover o ensino na área da gestão dos recursos territoriais, na articulação entre as vertentes ambiental, cultural e económica.

A evolução do recrutamento de candidatos, em comparação com as grandes áreas com as quais o curso possuiu afinidades, permitiu identificar as seguintes tendências:

- O grupo de cursos na área de Geografia desceu ligeiramente nas médias de acesso, reflectindo uma ligeira quebra na procura, mas mantém-se com médias superiores a 14;
- O grupo de disciplinas na área de Arqueologia e Património subiu as suas médias de acesso, regularmente superiores a 13;
- O grupo de disciplinas na área de Engenharia Geográfica e do Território desceu as suas médias, frequentemente negativas;
- O grupo de disciplinas na área de agronomia (com o qual temos menos afinidades, mas onde o Ministério nos integrou em 2003, apesar de nem nos enquadrarmos numa ESA) desceu drasticamente as suas médias, com diversos cursos sem candidatos.

Como foi referido, verificou-se que a designação do Curso induziu a frequentes confusões, quer por parte das entidades que divulgavam o curso (que o classificaram,

sucessivamente, envolvido nos cursos de Planeamento, de Geografia e de Agronomia), quer por parte dos próprios candidatos.

Por outro lado, importava não ignorar que a dinâmica externa do Departamento se manteve especialmente forte no domínio da Gestão do Património Cultural, facto atestado pela intervenção em diversos projectos internacionais (o Departamento coordena o programa Herity em Portugal e é responsável pela organização, em 2006, do Congresso Mundial de Arqueologia UISPP-UNESCO), europeus (coordenamos a base de dados europeia de arte rupestre – EuroPreArt, e os já mencionados projectos ArtRisk e Landheritage) e nacionais (acompanhamento de impactes ambientais na vertente patrimonial, Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo, etc.).

Ao cabo de cerca de 5 anos de experiência, e em particular no quadro da implementação em Portugal do processo de Bolonha, foi tempo de, em articulação com os acordos de Bolonha, rever o curso e prepará-lo para os próximos anos. Para o efeito, nos últimos meses foram realizadas discussões internas ao Departamento, mas igualmente envolvendo entidades externas, como empresas, entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Em termos gerais, concluiu-se que a reestruturação deveria seguir os seguintes eixos:

- reduzir a duração para 4 anos, ou seja 3+1, possibilitando a eventual futura passagem a ciclo único de 4 anos sem ulteriores reestruturações ou assumindo já um primeiro ciclo de 3 anos (como parece ser, agora, a opção do governo), e acompanhando, desde já, os nossos parceiros europeus na adaptação dos curricula (o que tem implicações sobretudo no âmbito do programa Sócrates-Erasmus);
- manter a possibilidade de uma diferenciação final da Licenciatura, reduzida a um mínimo de disciplinas, mas consolidando as duas especialidades “fortes” no Departamento, e com potencial de empregabilidade: Arqueologia e Planeamento; esta solução adequa-se quer à forma de licenciatura bi-etápica (restringindo o segundo ciclo ao 4º ano), quer à de licenciatura em percurso único de formação, sendo que a recente criação do Mestrado de Arqueologia, em parceria com a UTAD e uma rede Erasmus Mundus, oferece desde já uma continuidade de estudos no regime 3+2;

- alterar a designação do curso, clarificando o seu conteúdo e reforçando, em particular, a sua associação aos cursos de Humanidades;
- manter uma carga horária baixa;
- potenciar os recursos do Departamento, incluindo a sua extensa rede de relações trans-europeias e internacionais.

Desta forma, concretizou-se:

- a alteração da designação do curso para GESTÃO DO TERRITÓRIO E DO PATRIMÓNIO CULTURAL, por esta designação se adequar melhor à dinâmica do curso, ao seu conteúdo e ao mercado de trabalho;
- o funcionamento em regime de licenciatura bi-etápica, com diploma de bacharelato ao fim de três anos e de licenciatura no 4º. Esta solução foi a que se afigurou suficientemente flexível para assumir qualquer um dos modelos de Bolonha (3+2 ou 4+1). O curso terá dois ramos, apenas diferenciáveis no 4º ano, Ramo de Arqueologia e Ramo de Ambiente e Planeamento. Os alunos que concluem um ramo podem, mediante a frequência das disciplinas necessárias, concluir posteriormente o segundo, obtendo assim uma mais ampla qualificação para o mercado de trabalho;

O plano de estudos que consta do anexo IV, em que o curso é constituído por 8 semestres lectivos, com uma carga horária média de 27 horas, obedecendo ao seguinte fluxo:

- a) 1º ano: os alunos deverão familiarizar-se com todas as vertentes do curso e dominar as técnicas de base (técnicas de representação), bem como reciclar conhecimentos fundamentais (História, Matemática, Geografia); no termo deste ano deverão ser capazes de explicar os conceitos essenciais do curso;
- b) 2º ano: os alunos deverão aprofundar a vertente histórico-cultural, compreender a sua interacção com o ambiente e o território e dominar as técnicas de gestão, planeamento e ordenamento; no termo deste ano, deverão ser capazes de elaborar um inventário, ou de elaborar um relatório descritivo;
- c) 3º ano: os alunos aprofundarão a vertente de planeamento, bem como as tecnologias relevantes para a integração, um único sistema, das vertentes ambiental, cultural e económica; no termo do ano, os alunos deverão ser capazes de elaborar um projecto de intervenção;

- d) 4º ano: os alunos, durante o primeiro semestre, são introduzidos à lógica empresarial e da competitividade de projectos, ao mesmo tempo que se especializam num dos ramos do curso; no segundo semestre, realizam um estágio profissionalizante junto de uma entidade externa ao Instituto; no termo do curso, os novos licenciados deverão estar aptos para exercer as competências previstas.

3. Unidades curriculares

3.1. Caracterização das unidades curriculares

O plano de estudos do curso bi-etápico da licenciatura em Gestão do território, foi aprovado pela Portaria 1199/2001, de 16 de Outubro, aplicada a partir do ano lectivo 99/2000, sofrendo alteração com a portaria 150/2003 de 13 de Fevereiro (Anexo III), tendo como objectivo fundamental a formação de técnicos (bacharelato) e técnicos superiores (licenciatura) em autarquias, unidades de gestão territorial e empresas constituídas nos domínios da monitorização do território. O plano de estudos reflecte um equilíbrio adequado entre a formação científica e a orientação prática.

3.1.1 Plano curricular actual

O curso de Gestão do Território foi inicialmente proposto em 28/01/99 (Anexo III) e aprovado pela Portaria 495/99, que posteriormente foi alterado pela Portaria 1199/2001 de 16 de Outubro seguida da Portaria n.º 150/2003, de 13 de Fevereiro.

Com a Portaria 840/2004 de 14 de Julho o Curso bietápico de licenciatura, em avaliação, passou a denominar-se Gestão do Território e do Património Cultural, alterando também o plano de estudos (Anexo III).

Quadro 29 - 1.º ciclo; Grau - bacharel - 1.º ano

UNIDADES CURRICULARES	TIPO	Escolaridade (em horas semanais)				OBSERVAÇÕES
		AULAS	AULAS	AULAS	SEMINÁRIOS	
		T	T/P	P	E ESTÁGIOS	
História Universal	Anual	2	1			
Pré-História	Anual	1	2			
Elementos de Física e Química	Anual	1	2			
Matemática	Anual	1	2			
Inglês	Anual		2	2		
Informática	Anual		2			
Geologia	Anual	2		2		
Geografia	1.º semestre	2		2		
Desenho	2.º semestre		5			

Total de horas semestrais: 31

Quadro 30 - 1.º ciclo; Grau - bacharel - 2.º ano

UNIDADES CURRICULARES	TIPO	Escolaridade (em horas semanais)				OBSERVAÇÕES
		AULAS	AULAS	AULAS	SEMINÁRIOS	
		T	T/P	P	E ESTÁGIO	
Antropologia Cultural	Anual	2	1			
História de Portugal I	Anual	2	2			
Geomorfologia	1.º semestre	2		2		
Pedologia	1.º semestre	2	1			
Cartografia e Topografia	1.º semestre	2		4		
Estatística e Análise de Dados	1.º semestre	1	3			
Planeamento e Ordenamento do Território	2.º semestre	1		2		
Geografia Aplicada e Sociologia Urbana	2.º semestre		4			
Biologia e Ecologia	2.º semestre	2	3			
Cultura Material	2.º semestre		5			

Total de horas semestrais: 41

Quadro 31 - 1.º ciclo; Grau - bacharel - 3.º ano

UNIDADES CURRICULARES	TIPO	Escolaridade (em horas semanais)				OBSERVAÇÕES
		AULAS	AULAS	AULAS	SEMINÁRIOS	
		T	T/P	P	E ESTÁGIO	
Metodologia Técnicas Planificação	Anual	2		1		
Inventário e Catalogação	Anual		2			
História de Portugal II	Anual	2	1			
Arqueologia e Património Edificado	Anual	1	2			
Biogeografia e Ecologia Humana	1.º semestre	2	3			
Paleontologia	1.º semestre	1	2			
Análises Laboratoriais	1.º semestre		2	2		
Direito de Ordenamento Território	1.º semestre	2	1			
Gestão de Recursos Humanos	2.º semestre		2			
Análise de Projectos	2.º semestre		3			
Conservação do Património Natural	2.º semestre	2	2			
Técnicas e Métodos de Prospecção	2.º semestre	1		4		

Total de horas semestrais: 40

3.1.2. Enquadramento do currículo actual em áreas disciplinares

A natureza curricular das disciplinas leccionadas no Curso de Gestão do Território, organizam-se em três áreas disciplinares de cariz fulcral, com o contributo de outras áreas interdepartamentais e departamentos, conferindo desta forma a multi-disciplinaridade ao curso em anos iniciais. A seguir descreve-se a distribuição das disciplinas pelas referidas áreas:

- Área de Arqueologia e Ciências do Património

(Responsável Professor Doutor Luiz Oosterbeek)

- Pré-História (1º Ano)
- História de Portugal I (2º Ano)
- Cultura Material (2º Ano)
- História Universal (1º Ano)
- História de Portugal II (3º Ano)
- Arqueologia e Património Edificado (3º Ano)
- Antropologia Cultural (2º Ano)
- Técnicas e métodos de Prospecção (3º Ano)

- Área de Ecologia e Ciências do Território

(Responsável Professor Adjunto Pierluigi Rosina)

- Geologia (1º Ano)
- Paleontologia (3º Ano)
- Biologia e Ecologia (2º Ano)
- Geomorfologia (2º Ano)
- Inventário e Catalogação (3º Ano)
- Biogeografia e Ecologia Humana (3º Ano)
- Análises Laboratoriais (3º Ano)

- Área de Planeamento e Ordenamento do Território

(Responsável Professora Adjunta Rita Ferreira Anastácio)

- Geografia (1º Ano)
- Cartografia e Topografia (2º Ano)
- Metodologia e Técnicas de Planificação (3º Ano)
- Conservação do Património Natural (3º Ano)
- Geografia Aplicada e Sociologia Urbana (2º Ano)
- Planeamento e Ordenamento do Território (2º Ano)
- Análise de Projectos (3º Ano)

- Áreas Interdepartamentais e colaboração com outros departamentos

- Matemática (1º Ano)
- Elementos de Física e Química (1º Ano)
- Inglês (1º Ano)
- Informática (1º Ano)
- Desenho (1º Ano)
- Estatística e Análise de Dados (2º Ano)
- Gestão de Recursos Humanos (3º Ano)
- Direito de Ordenamento do Território (3º Ano)

3.1.3. Classificação curricular

De acordo com a classificação curricular todas as disciplinas do curso são de cariz obrigatório.

3.1.4. Regime de frequência

O regime de frequência está definido pelo regulamento académico da Escola (Anexo I) e é obrigatório apenas para as aulas práticas, havendo lugar a marcação de faltas excepto no caso de alunos que gozam do estatuto de trabalhador estudante.

3.2. Conteúdos e programas de realização do curso

Os conteúdos programáticos, trabalhos realizados, bibliografia e regime de avaliação encontram-se nos programas apresentados no Anexo V deste relatório.

Estratégias pedagógicas adoptadas pelo departamento:

- Aulas teóricas- Expositivas, suportadas quando necessário por meios audiovisuais e multimédia, desenvolvidas com recurso aos processos de ensino/aprendizagem mais adequados a cada unidade
- Aulas teórico-práticas- Têm como objectivo de consolidar os conhecimentos aprendidos nas aulas teóricas, com resolução de problemas e exercícios considerados adequados a cada unidade e tendo sempre em mente a sua aplicação a situações da vida real.
- Aulas práticas- Têm como objectivo de consolidar os conhecimentos aprendidos nas aulas teóricas, com resolução de problemas e exercícios considerados adequados a cada unidade e tendo sempre em mente a sua aplicação a situações da vida real.

No segundo ciclo realizam-se também:

- Seminário- Estratégias adoptadas pelo departamento com intuito de difundir a informação e capacidade de execução de trabalhos, perante possíveis futuras entidades empregadoras. Este tipo de estratégia pedagógica serve também como permuta de experiências entre entidades de Ensino Superior.

- Estágio- O estágio curricular tem como objectivo a inserção na vida activa dos licenciados do Curso de Gestão do Território.

No decorrer do bacharelato foram realizados diversos trabalhos, que podem ser consultados no departamento de Gestão do Território.

Os sistemas de informação utilizados durante o período temporal aqui avaliado, esteve vigente no funcionamento do curso de Gestão do Território o site www.ipt.pt/gt como veículo de informação aos alunos, no entanto este recurso encontrou-se temporariamente desactualizado devido à reestruturação. No âmbito de unidades curriculares em particular os docentes também disponibilizam o endereço electrónico para cedência de apontamentos, bibliografia on-line e esclarecimento de dúvidas.

Todos os docentes do Departamento têm no seu horário previsto o atendimento aos alunos, para melhorar esse mesmo atendimento os docentes estão à disposição dos alunos em horas a combinar, em particular para os alunos trabalhadores-estudantes.

3.3. Aproveitamento

Os quadros e gráficos que se seguem referem-se ao número de alunos inscritos, avaliados e ao seu aproveitamento no ano lectivo de 2003/2004.

Como critério de avaliação do aproveitamento adoptaram-se os seguintes indicadores percentuais:

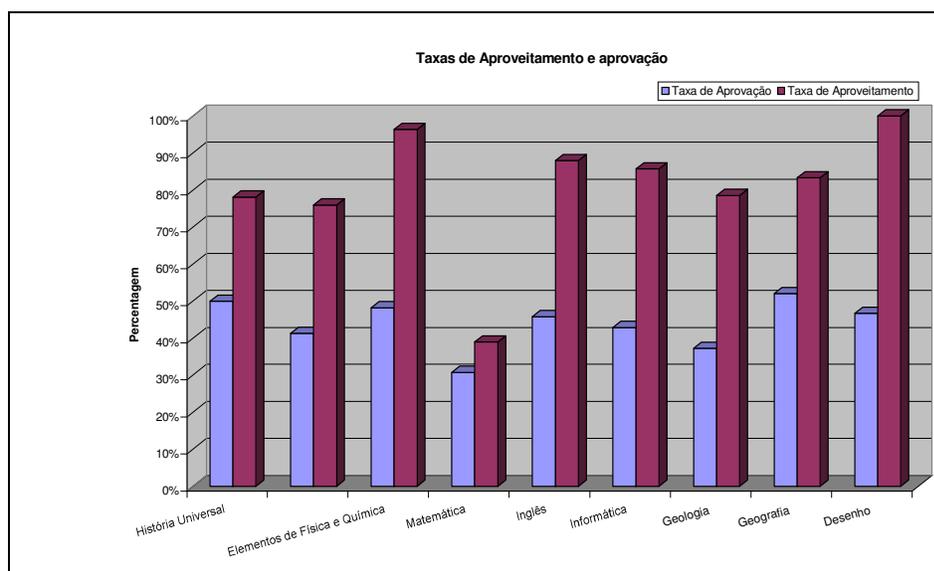
$$\text{Aprovações} = \left(\frac{n^{\circ} \text{ alunos aprovados}}{n^{\circ} \text{ alunos inscritos}} \right) \times 100$$

$$\text{Aproveitamento} = \left(\frac{n^{\circ} \text{ alunos aprovados}}{n^{\circ} \text{ alunos avaliados}} \right) \times 100$$

Quadro 32 - Análise das taxas de aprovação e aproveitamento do 1º Ano

ANO	DISCIPLINA	2003/2004				TAXA	
		INSCRITOS	TRAB. ESTUDANTE	AVALIADOS	APROVADOS	APROVAÇÃO	APROVEITAMENTO
		NÚMERO				(%)	(%)
1º ANO	História Universal	50	12	32	25	50%	78%
	Pré História	46	10	25	19	41%	76%
	Elementos de Física e Química	56	13	28	27	48%	96%
	Matemática	104	26	82	32	31%	39%
	Inglês	48	13	25	22	46%	88%
	Informática	42	9	21	18	43%	86%
	Geologia	59	10	28	22	37%	79%
	Geografia	48	10	30	25	52%	83%
	Desenho	45	10	21	21	47%	100%

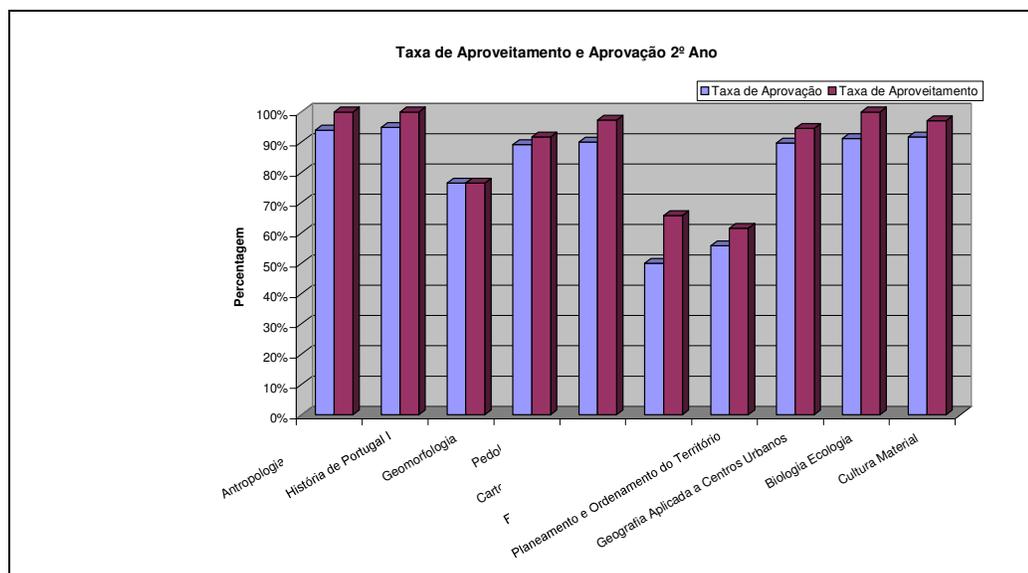
Gráfico 3 - Taxas de aprovação e aproveitamento do 1º Ano



Quadro 33 - Análise das taxas de aprovação e aproveitamento do 2º Ano

ANO	DISCIPLINA	2003/2004				TAXA	
		INSCRITOS	TRAB. ESTUDANTE	AVALIADOS	APROVADOS	APROVAÇÃO	APROVEITAM
		NÚMERO				(%)	(%)
2º ANO	Antropologia Cultural	33	13	31	31	94%	100%
	História de Portugal I	39	13	37	37	95%	100%
	Geomorfologia	34	11	34	26	76%	76%
	Pedologia	37	12	36	33	89%	92%
	Cartografia Topografia	40	13	37	36	90%	97%
	Estatística e Análise de Dados	50	15	38	25	50%	66%
	Planeamento e Ordenamento do Território	43	14	39	24	56%	62%
	Geografia Aplicada a Centros Urbanos	39	12	37	35	90%	95%
	Biologia Ecologia	34	13	31	31	91%	100%
	Cultura Material	36	13	34	33	92%	97%

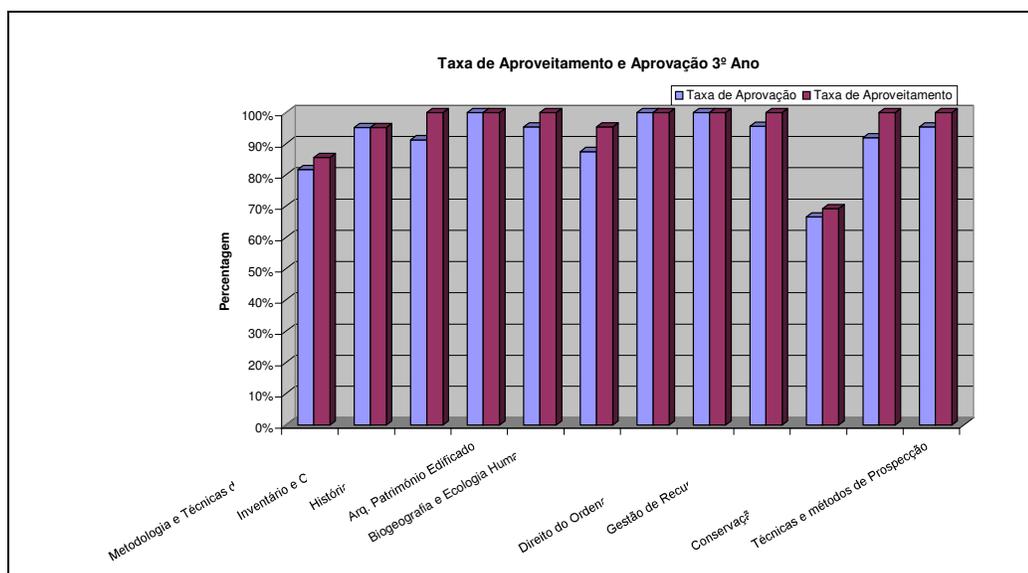
Gráfico 4 - Taxas de aprovação e aproveitamento do 2º Ano



Quadro 34 - Análise das taxas de aprovação e aproveitamento do 3º Ano

ANO	DISCIPLINA	2003/2004				TAXA	
		INSCRITOS	TRAB. ESTUDANTE	AVALIADOS	APROVADOS	APROVAÇÃO	APROVEITAMENTO
		NÚMERO				(%)	(%)
ONV 03	Metodologia e Técnicas de Planificação	22	7	21	18	82%	86%
	Inventário e Catalogação	21	6	21	20	95%	95%
	História de Portugal II	23	7	21	21	91%	100%
	Arq. Património Edificado	21	6	21	21	100%	100%
	Biogeografia e Ecologia Humana	22	6	21	21	95%	100%
	Paleontologia	24	7	22	21	88%	95%
	Análises Laboratoriais	21	5	21	21	100%	100%
	Direito do Ordenamento do Território	22	5	22	22	100%	100%
	Gestão de Recursos Humanos	23	5	22	22	96%	100%
	Análise de Projectos	27	8	26	18	67%	69%
	Conservação do Património Cultural	25	6	23	23	92%	100%
	Técnicas e métodos de Prospecção	22	5	21	21	95%	100%

Gráfico 5 - Taxas de aprovação e aproveitamento do 3º Ano



3.4. Número de aulas previstas e efectivamente leccionadas

Quadro 35 - Aulas previstas e aulas efectivamente realizadas por ano

AULAS PREVISTAS, AULAS DADAS E RESPECTIVA PERCENTAGEM, POR ANO										
ANO	DISCIPLINA	NUMERO						PERCENTAGEM %		
		AULAS PREVISTAS			AULAS REALIZADAS			T	TP	P
		T	TP	P	T	TP	P			
1º	História Universal	24	33		18	32		75%	97%	0%
	Pré-História	28	28		23	22		82%	79%	0%
	Elementos de Física e Química	14		14	14		11	100%	0%	79%
	Matemática	11	14		13	14		118%	100%	0%
	Inglês		57			53		0%	93%	0%
	Informática		26			25		0%	96%	0%
	Geologia	28		41	28		41	100%	0%	100%
	Geografia	11		13	11		11	100%	0%	85%
	Desenho		28			28		0%	100%	0%
2º	Antropologia Cultural	30	30		29	29		97%	97%	0%
	História de Portugal I	30	30		20	30		67%	100%	0%
	Geomorfologia	15		15	14		14	93%	0%	93%
	Pedologia	13	13		13	13		100%	100%	0%
	Cartografia e Topografia	28		30	27		24	96%	0%	80%
	Estatística e Análise de Dados	15	30		14	28		93%	93%	0%
	Planeamento Ordenamento do Território	13		15	12		14	92%	0%	93%
	Geografia Aplicada e Sociologia Urbana	14	15		13	14		93%	93%	0%
	Biologia e Ecologia	15	13		15	13		100%	100%	0%
	Cultura Material		42			41		0%	98%	0%
3º	Metodologia e Técnicas de Planificação	55		26	54		24	98%	0%	92%
	Inventário e Catalogação		26			25		0%	96%	0%
	História de Portugal II	30	30		29	29		97%	97%	0%
	Arqueologia e Património Edificado	30	30		29	30		97%	100%	0%
	Biogeografia e Ecologia Humana	15	15		14	15		93%	100%	0%
	Paleontologia	15	15		15	14		100%	93%	0%
	Análises Laboratoriais		15	15		15	15	0%	100%	100%
	Direito de Ordenamento do Território	15	15		14	14		93%	93%	0%
	Gestão de Recursos Humanos		15			15		0%	100%	0%
	Análise de Projectos		30			29		0%	97%	0%
	Conservação do Património Natural	14	15		13	14		93%	93%	0%
Técnicas Métodos Prospeção	14		28	14		28	100%	0%	100%	

Motivo das faltas

- História Universal T/P dia 29 de Outubro Abertura solene das aulas
- História Universal T dia 2 de Outubro atestado médico, dia 9 artº 66, dia 11 e 18 de Novembro atestado médico dia 8 e 15 de Janeiro atestado médico
- Pré-História T/P dia 7 de Outubro atestado médico, dia 21 greve dos alunos, dia 9 e 16 de Dezembro atestado médico, dia 5 e 13 de Janeiro atestado médico
- Pré-História T dia 1 e 8 de Outubro atestado médico, dia 29 abertura solene das aulas, dia 10 e 17 de Dezembro atestado médico, dia 7 e 14 de Janeiro atestado médico
- Inglês T/P dia 22 de Outubro reunião, dia 29 de Outubro abertura solene das aulas, dia 7 e 8 de Janeiro férias
- Informática T/P dia 21 de Outubro abertura solene das aulas

- Geografia P dia 14 artº 66 dia 21 de Outubro greve dos alunos
- Antropologia Cultural T/P dia 21 greve dos alunos, T dia 29 abertura solene de aulas
- História Portugal I T dia 29 abertura solene das aulas
- Planeamento Ordenamento Território T dia 8 de Março artº 66, aula P dia 18 de Maio artº 66
- Geografia Aplicada Sociologia Urbana T dia 17 + T/P dia 18 de Junho atestado médico
- Cultura Material T/P dia 17 de Maio artº 66
- Metodologias Técnicas Planificação P dia 23 de Outubro artº 66, dia 8 de Março artº 66, T dia 8 de Março artº 66
- Inventário Catalogação T/P dia 17 de Maio artº 66
- História Portugal II T dia 21 de Outubro greve dos alunos + T/P dia 29 abertura solene das aulas
- Arqueologia Património Edificado T dia 29 de Outubro abertura solene das aulas
- Análise Projectos T/P dia 14 de Abril artº 66
- Conservação Património Natural T dia 17 + T/P dia 18 de Junho atestado médico

3.5. Docentes que ministram as diferentes unidades curriculares

Nos quadros que se seguem indicam-se os docentes que ministram as diferentes unidades curriculares, com indicação das respectivas habilitações e categoria profissionais.

Quadro 36 - Docentes que ministram as unidades curriculares no 1º Ano

UNIDADES CURRICULARES	Docentes	Habilitações Académicas	Categoria Profissional
História Universal	Luiz Miguel Oosterbeek	Doutor	Professor Coordenador
	Alexandra Figueiredo	Pós-graduado	Assistente do 1º Triénio
Pré-História	Alexandra Figueiredo	Pós-graduado	Assistente do 1º Triénio
Elementos de Física e Química	Carla Alexandra Silva	Mestre	Eq. Assist. do 2º Triénio
Matemática	Lígia Henriques Godinho	Mestre	Profª. Adjunta
Inglês	Fátima Paiva	Licenciada	Eq. Profª. Adjunta
Informática	Nuno Madeira	Mestre	Prof. Coordenador
Geologia	Rui Pena dos Reis	Doutor	Eq. Prof. Coordenador
	Pierluigi Rosina	Licenciado	Eq. Prof. Adjunto
	José Gomes	-	Eq. Assist. do 1º Triénio
Geografia	Raquel Reis Gramaço	Licenciada	Eq. Assist. do 1º Triénio
Desenho	Carlos Machado	Licenciado	Eq. Assist. do 1º Triénio

Quadro 37 - Docentes que ministram as unidades curriculares no 2º Ano

UNIDADES CURRICULARES	Docentes	Habilitações Académicas	Categoria Profissional
Antropologia Cultural	Gonçalo Velho	Licenciado	Eq. Assist. do 1º Triénio
História de Portugal I	Silvério Figueiredo	Mestre	Eq. Assist. do 1º Triénio
Geomorfologia	Pierluigi Rosina	Licenciado	Eq. Prof. Adjunto
Pedologia	Carlos Craveiro	Mestre	Eq. Assist. do 1º Triénio
Cartografia e Topografia	António Rodrigues	Doutor	Eq. Prof. Adjunto
Estatística e Análise de Dados	Luis Miguel Grilo	Mestre	Prof. Coordenador
Planeamento e Ordenamento do Território	Rita Anastácio	Mestre	Profª. Adjunta
Geografia Aplicada e Sociologia Urbana	Raquel Reis Gramaço	Licenciada	Eq. Assist. do 1º Triénio
Biologia e Ecologia	José Alho	Licenciado	Eq. Prof. Adjunto
Cultura Material	Sara Cura	Mestre	Eq. Assist. do 1º Triénio
	Silvério Figueiredo		Eq. Assist. do 1º Triénio

Quadro 38 - Docentes que ministram as unidades curriculares no 3º Ano

UNIDADES CURRICULARES	Docentes	Habilitações Académicas	Categoria Profissional
Metodologia Técnicas Planificação	António Rodrigues	Doutor	Eq. Prof. Adjunto
Inventário e Catalogação	Sara Cura	Mestre	Eq. Assist. do 1º Triénio
História de Portugal II	Luiz Miguel Oosterbeek Gonçalo Velho	Doutor Licenciado	Professor Coordenador Eq. Assist. do 1º Triénio
Arqueologia e Património Edificado	Pierluigi Rosina	Licenciado	Eq. Prof. Adjunto
Biogeografia e Ecologia Humana	Luis Santos	Pós-graduado	Eq. Assist. do 1º Triénio
Paleontologia	Silvério Figueiredo	Mestre	Eq. Assist. do 1º Triénio
Análises Laboratoriais	Luis Santos	Pós-graduado	Eq. Assist. do 1º Triénio
Direito de Ordenamento Território	Janete Cravino	Mestre	Eq. Profª. Adjunta
Gestão de Recursos Humanos	Pedro Santos	Mestre	Prof. Adjunto
Análise de Projectos	Sérgio Paulo Nunes	Mestre	Assist. do 1º Triénio
Conservação do Património Natural	Raquel Reis Gramaço	Licenciada	Eq. Assist. do 1º Triénio
Técnicas e Métodos de Prospecção	José Gomes	-	Eq. Assist. do 1º Triénio

3.6. Ligações exteriores no apoio à realização da docência

O curso de Gestão do Território conta com o apoio diversas entidades para a realização de actividades relacionadas com a docência, de entre as quais se destacam o Centro de Investigação e Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo (CIIAR), Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo (PAAMT), Parque Natural das Serras D’Aire e Candeeiros, Centro Português de Geo-história e Pré-História e várias Câmaras Municipais. Na tipologia de apoio das diversas entidades citadas, as primeiras quatro intervêm de forma directa estando representadas por docentes, sendo que as últimas, intervêm esporadicamente em aulas teóricas ou Seminários apresentando casos de estudo. Dever-se-á evidenciar o facto de muitas destas entidades facilitarem a realização de estágios curriculares aos alunos do Curso de Gestão do Território, fruto do acompanhamento e formação dos mesmos.

4. Actividades associadas ao funcionamento do curso

4.1. Projectos desenvolvidos no âmbito de actividades de investigação

O Curso de Gestão do Território, desde sempre assumiu um papel de desenvolvimento científico, contando desta forma com a colaboração e experiência de várias entidades Internacionais no desenvolvimento de projectos. O quadro seguinte ilustra o desenvolvimento de projectos, com influência directa do Departamento de Gestão do Território e o estatuto assumido pela instituição. (A respectiva participação individual de cada docentes nos projectos referidos no quadro seguinte pode ser consultada no anexo VIII, ficha dos docentes).

Quadro 39 - Projectos desenvolvidos com a participação do Curso

Projecto	Parceiros	Estatuto do IPT	Coordenador	Financiamento
ArtRisk - Risk Control of Monuments, Art and Computer Applications for Landscape Organization	Centro Universitario Europeo per i Beni Culturali Centro Studi i Museo de Arte Preistorico Instituto de Estudios Prehistoricos ACINEP Institute for Eco-Museum Research Tulcea Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro University of Cambridge Universit� de Li�ge	Coordenador	Luiz Oosterbeek	Comissão Europeia (Cultura 2000)
EuroPreArt - Memories looking into the future: inventory, contextualization, preservation, accessibility	Centro Universitário Europeo para os Bens Culturais(Ravello-Itália); Conselho Superior de Investiga�es Científicas(Madrid-Espanha); Universidade de Li�ge(Bélgica); Universidade de Gotland (Suécia); Museu de Pinerolo(Itália); Associa�o Cultural Colectivo Barbaón(Espanha); Cooperativa Arqueológica Le Orme dell'Uomo (Itália); Universidade de Dublin(Irlanda); Centro Europeu de Investiga�o da Pr�-História do Alto Ribatejo(Portugal); Arqueojovem(Portugal).	Coordenador	Luiz Oosterbeek	Comissão Europeia (financiamento executado) e Centro Universitário Europeu para os Bens Culturais (edi�o de publica�o, no prelo)
Organiza�o do Congresso da UISPP em Portugal em 2006	Rede de investiga�o UNESCO, com investigadores em Afeganistão, Argélia, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bielorrússia, Bolívia, Brasil, Bulgária, Burquina	Coordenador	Luiz Oosterbeek	UNESCO, Funda�oes, diversos governos nacionais,

	Faso, Camarões, Canadá, Chile, China, Chipre, Congo-Brazzaville, Congo, Coreia, Cuba, Dinamarca, Dominica, Egípto, Equador, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Gâmbia, Gana, Grécia, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, Hungria, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Jordânia, Quênia, Laos, Letónia, Líbia, Luxemburgo, Madagáscar, Malásia, Malawi, Marrocos, México, Mónaco, Mongólia, Moçambique, Míamar, Namíbia, Nepal, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Oman, Uganda, Paquistão, Papua Nova Guiné, Países Baixos, Peru, Filipinas, Polónia, Portugal, Roménia, Reino Unido, Rússia, Ilhas Salomão, Senegal, Serra Leoa, Eslováquia, Eslovénia, Sudão, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Síria, Tanzânia, Chade, República Checa, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Venezuela, Vietname, Jugoslávia, Zâmbia, Zimbabué			empresas, Comissão Europeia,...
TEMPOAR – territórios, mobilidade e povoamento no Alto Ribatejo	Institut de Paléontologie Humaine (Paris) Universitat Rovira i Virgili (Tarragona) Universitá degli Studi di Ferrara (IT) Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)	Coordenador	Luiz Oosterbeek	Ministério da Cultura
Total Quality Cultural Heritage Management	Universitá degli Studi di Ferrara Universitá degli Studi di Bari University of Bucharest University of Brno University of Gotland Agricultural University of Latvia	Coordenador	Luiz Oosterbeek	Comissão Europeia (DGEAC)
Moment Past - Memories looking into the future: inventory, contextualization, preservation, accessibility	Centro Universitário Europeu para os Bens Culturais(Ravello-Itália); Conselho Superior de Investigações Científicas (Madrid-Espanha); Universidade de Liége (Bélgica); Universidade de Gotland (Suécia); Museu do Pinerolo(Itália); Associação Cultural Colectivo Barbaón (Espanha); Cooperativa Arqueológica Le Orme dell'Uomo (Itália); Colégio Universitário de Dublin(Irlanda); Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo(Portugal); Arqueojovem(Portugal); Universidade de Ferrara (Itália);	Coordenador	Luiz Oosterbeek e Alexandra Velho	Comissão Europeia (Cultura 2000)

	Universidade de Cagliari (Itália)			
EPOCH	Cerca de 150 Universidades, incluindo, em Portugal, o IPT e o Instituto Superior Técnico	Parceiro	Bristol University	Comissão Europeia (6th FWP)
Doutoramento Europeu em dinâmicas ambientais, humanas e comportamentais	Universidade de Ferrara Universidade de Tarragona Museu Nacional de História Natural de Paris Universidade de Cracóvia Academia das Ciências de Tibilissi	Parceiro	Carlo Peretto	Ministérios do Ensino Superior, da Ciência e da Cultura, de Itália
Quaternaire et Préhistoire (investigação sobre o Quaternário do Mediterrâneo e Mestrado Erasmus Mundus)	Universitá degli Studi di Ferrara Muséum National d'Histoire Naturelle Universitat Rovira i Virgili Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Parceiro	Carlo Peretto	Comissão Europeia (DGEAC)
Integratio - Places of cultural integration in tradition and perspective. From visiting to meeting: the Amalfi Coast (I), the Upper Ribatejo (P), the Golden Coast (E) and the Dobrogea Province (R)	Centro Universitario Europeo per i Beni Culturali Universidade de Barcelona Universidade de Bremen Institut Cercetari Eco-Muzeale Tulcea	Parceiro	F. Cetti Serbelloni	Comissão Europeia (Cultura 2000)
Union des Terres de Rivières	Universidades e autarquias de todos os países do Mediterrâneo (investigação de gestão territorial)	Parceiro	Richard Fenollo	Comissão Europeia (Interreg)
Herity – Heritage and Quality	Estado do Vaticano DRI-Ente Interregionale Associação Internacional de Qualidade Universidades de Brno (CZ), Santiago de Compostela (ES), Latvia (LV), Bari (IT), Atenas (GR), Tóquio (JP) Diversas outras entidades, públicas e privadas	Parceiro responsável por Portugal	Maurizio Quagliuolo	Estado italiano e diversas empresas (FIAT...)

4.2. Conferências, Colóquios, Encontros temáticos e Seminários

As conferências, Seminários, Colóquios e Encontros temáticos são encarados como elemento fundamental para a formação de alunos do curso de Gestão do Território, possibilitando a percepção de realidades distintas daquelas em prática no nosso território, bem como a de intervir activamente.

De entre os vários eventos realizados, destacam-se:

- Curso de arte pré-histórica, Mação, 19-23 de Julho de 2004. Em colaboração com a Câmara de Mação e com a UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- IIª Programma Intensivo "Dinamiche Ambientali, Umane e Comportamentali". Isernia (Itália), 28 de Junho – 9 de Julho de 2004. Em colaboração com a Universidade de Ferrara, de Tarragona e o Museu de História Natural de Paris.
- IIª Jornadas de Gestão do Território: “Comunidades urbanas e desenvolvimento regional.” Tomar, 25 de Maio de 2004.
- Seminário "Agricultura na cidade", Tomar, 9 de Maio de 2004. Em colaboração com o PAAMT (Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo).
- Seminário de Arte Pré-Histórica. Freixo de Espada à Cinta, 1-3 de Abril de 2004. Em colaboração com a UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Programma Intensivo "Dinamiche Ambientali, Umane e Comportamentali". Isernia (Itália), 28 de Julho – 8 de Agosto de 2003. Colaboração. Em colaboração com a Universidade de Ferrara, de Tarragona e o Museu de História Natural de Paris.
- 1ª Jornada de Gestão do Território: O desafio do Século XXI. Tomar, 27/05/03.
- Jornadas de Arqueologia e Desenvolvimento Local, Tramagal 10/04/03. Em colaboração com a associação CISTUS.
- 1º Congresso CAAP (Computer Application Archaeology Portugal), Tomar 4/04/03.

5. Desenvolvimento sequencial do curso (realizado no último ano escolar)

5.1 Licenciatura bi-etápica

A Licenciatura bi-etápica do curso de Gestão do Território, aprovada em simultâneo com o bacharelato (Portaria n.º 199/2001) está organizada em dois ramos (Anexo IV):

- Monitorização do Território;
- Arqueologia da Paisagem

Após a última reestruturação (Portaria n.º 840/2004) do Curso de Gestão do Território a designação dos ramos existentes sofreu alteração (Anexo IV):

- Ambiente e Planeamento;
- Arqueologia

5.1.1. Cursos de pós-graduação

Aplicações Informáticas à Arqueologia e ao Património (Anexo VI). Parte Escolar concluída no ano de 2003.

5.1.2. Cursos de Mestrado

Pós-graduação e Mestrado em Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre. 2004-2005, em colaboração com a UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Anexo VI).

Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza – edição de Tomar. 2003-2004, em colaboração com a Universidade do Algarve (Anexo VI).

5.2. Ligações protocolares

Quadro 40 - Ligações protocolares do Curso de Gestão do Território

Entidade	Âmbito
Programa ERASMUS (várias)	ERASMUS
Universidade de Ferrara (Itália)	Póst-graduações
Universidade de Lieden (Holanda)	Póst-graduações
Universidade de Visby (Suécia)	Póst-graduações
Universidade do Algarve	Mestrados
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Mestrados
Universidade de Ferrara (Itália)	Mestrados
Universidade de Tarragona (Espanha)	Mestrados
Museu Nacional de História Natural de Paris (França)	Mestrados
Universidade de Ferrara (Itália)	Programa de Doutoramento
Universidade de Tarragona (Espanha)	Programa de Doutoramento
Museu Nacional de História Natural de Paris (França)	Programa de Doutoramento
Universidade de Cracóvia (Polónia)	Programa de Doutoramento
Academia das Ciências de Tibilissi (Georgia)	Programa de Doutoramento
Câmara Municipal de Mação; Câmara Municipal Alcanena; Câmara Municipal de Golegã; Câmara Municipal do Seixal Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha; Câmara Municipal de Penafiel; Câmara Municipal de Águeda; Câmara Municipal de Castelo de Paiva; Câmara Municipal de Barcelos; Câmara Municipal de Coruche; Câmara Municipal de Benavente; Câmara Municipal de Abrantes; Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere; Câmara Municipal Guimarães; Câmara Municipal de Santarém; Câmara Municipal de Alvaiázere; Câmara Municipal de Tomar; Câmara Municipal Vila de Rei; Câmara Municipal de Ourém; Câmara Municipal de Sardoal; Câmara Municipal de Braga; Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha; Câmara Municipal de Leiria	Estágios curriculares
Parque Arqueológico Vale do Côa	Estágios curriculares

Museu Nacional de Arqueologia	Estágios curriculares
Parque Nacional de Serra d'Aire e Candeeiros	Estágios curriculares
Escola Profissional de Arqueologia de Freixo	Estágios curriculares
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa	Estágios curriculares
Centro Nacional de Arte Rupestre	Estágios curriculares
Associação Portuguesa de Arte Rupestre	Estágios curriculares
Centro Nacional de Arqueologia Sub-Aquática	Estágios curriculares
Centro Europeu para a Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo	Estágios curriculares
Museu do Instituto Geológico e Mineiro	Estágios curriculares
Instituto Português do Património Arquitectónico	Estágios curriculares
Universidade Federal de Pelotas	Estágios curriculares
IN-SITU (Empresa)	Estágios curriculares
HERA (Empresa de Estudos de Impacte Ambiental)	Estágios curriculares

6. Recursos afectos ao curso

6.1 Espaços

O Curso de Gestão do Território e do Património Cultural funciona na Avenida Cândido Madureira, onde se localizam os espaços referenciados no Quadro 41.

Quadro 41 - Espaços utilizados pelo curso de Gestão do Território

Espaços utilizados pelo curso	Capacidade	Recursos	área	Comentários
Secretariado GT		1PC, 1 Impressora, 2 ligações NET, Telefone	16m2	Todos os PC's possuem ligação à net
Gabinetes partilhados (a)	5	3PC's, 6 ligações NET, Telefone	22m2	Todos os PC's possuem ligação à net
Gabinetes partilhados (b)	4	4PC's, 6 ligações NET, Telefone	24m2	Todos os PC's possuem ligação à net
Gabinete, área de planeamento	1	1PC, 1, 2 ligações NET, Telefone	14m2	Todos os PC's possuem ligação à net
Gabinete, área de Ecologia	1	1PC, 1, 2 ligações NET, Telefone	14m2	Todos os PC's possuem ligação à net
Gabinete, área Arqueologia/Direcção	1	1PC, 1, 2 ligações NET, Telefone	15m2	Todos os PC's possuem ligação à net
Salas de Aula (2.7)	35	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	60m2	
Salas de Aula (2.6)	25	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	45m2	
Salas de Aula (2.5)	25	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	60m2	
Salas de Aula (2.3)	20	2 quadros, 13 PC's, 1 Impressora	40m2	Todos os PC's possuem ligação à net
Salas de Aula (2.2)	25	2 quadros, 16 PC's, 1 Scanner	45m2	Todos os PC's possuem ligação à net
Salas de Aula (1,2)	35	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	60m2	
Salas de Aula (1.4)	25	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	45m2	
Salas de Aula (1.1)	60	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção, Televisor	100m2	
Biblioteca	10	2 PC's	40m2	PC's possuem ligação à net

6.2. Recursos humanos

6.2.1. Docentes afectos ao Curso de Gestão do Território

Quadro 42 - Características do corpo docente do Curso de Gestão do Território

Docentes	Idade	Categoria Profissional	Regime	Habilitações Académicas	Tempo serviço no ensino superior (Anos)	Tempo serviço na categoria (Anos)	Carga Horária Média/Anual
Luiz Oosterbeek	43	Prof. Coordenador	Exclusividade	Doutor	18	5	7H
Rita Anastácio	29	Prof. Adjunta	Exclusividade	Mestre	5	3	11H
Alexandra Velho	28	Assistente 1º Triénio	Exclusividade	Pós-graduada	5	2	6,5H
Sérgio Nunes	33	Assistente 1º Triénio	Exclusividade	Mestre	2	1	12,5H
Pierluigi Rosina	36	Eq. Prof. Adjunto	Exclusividade	Licenciado	6	6	8H
António Rodrigues	33	Eq. Prof. Adjunto	Tempo Integral	Doutor	4	4	12H
Luis Santos	30	Eq. Assistente 1º Triénio	Exclusividade	Pós-graduado	4	3	11,5H
Silvério Figueiredo	33	Eq. Assistente 1º Triénio	Exclusividade	Mestre	4	4	11,5H
José Gomes	61	Eq. Assistente 1º Triénio	Exclusividade	-	3	3	9H
Gonçalo Velho	28	Eq. Assistente 1º Triénio	Exclusividade	Licenciado	4	4	7,5H
Raquel Gramaço	24	Eq. Assistente 1º Triénio	Exclusividade	Licenciado	1	1	12,5H
Rui Pena dos Reis	51	Eq. Prof. Coordenador	30%	Doutor	-	4	4H

Eugénia Cunha	41	Eq. Profª. Coordenadora	Colaboradora	Doutora	-	4	3H
Luís Raposo	48	Eq. Prof. Coordenador	30%	Licenciado	-	4	4H
José Alho	42	Eq. Prof. Adjunto	40% (6 meses)	Licenciado	-	3	5H
Ana Rosa Cruz	44	Eq. Profª. Adjunta	30%	Mestre	18	5	4H
Sara Raquel Cura	25	Eq. Assistente 1º Triénio	40%	Mestre	2	2	5H
Carlos Craveiro	43	Eq. Assistente 1º Triénio	20% (6 meses)	Mestre	5	5	3H
Nuno Madeira	43	Prof. Coordenador	Exclusividade	Mestre	17	5	Eng. Informática
Pedro Santos	51	Prof. Adjunto	Exclusividade	Mestre	5	4	Gestão de Recursos Humanos
Janete Cravino	30	Profª. Adjunta	Exclusividade	Mestre	3	3	Comunicação Social ESTA
Lígia Henriques	30	Profª. Adjunta	Exclusividade	Mestre	7	3	Área de Matemática
Carlos Machado	37	Eq. Assistente 1º Triénio	Exclusividade	Licenciado	6	6	Área de Desenho
Carla Silva	28	Eq. Assistente 2º Triénio	Exclusividade	Mestre	6	3	Área de Física
Luis Grilo	35	Prof. Adjunto	Exclusividade	Mestre	5	1	Área de Matemática
Fátima Paiva	42	Eq. Profª. Adjunta	30%	Licenciado	3	3	Línguas ESGT

Em negrito o nome dos docentes pertencentes ao Conselho do Departamento no Ano Académico 2003/2004

6.2.2. Pessoal não Docente

Quadro 43 - Caracterização do pessoal não docente afecto ao curso

Nome	Catarina Freire
Idade	27 anos
Habilitações académicas	Pós-graduada
Regime em que presta serviço	Exclusividade
Categoria profissional	Encarregada de Trabalhos
Tempo serviço semanal	35 H
Nome	Cláudia Fidalgo
Idade	26 anos
Habilitações académicas	Licenciada
Regime em que presta serviço	Exclusividade
Categoria profissional	Encarregada de Trabalhos
Tempo serviço semanal	35 H
Nome	Filipe Marques
Idade	27 anos
Habilitações académicas	Licenciado
Regime em que presta serviço	Exclusividade
Categoria profissional	Encarregada de Trabalhos
Tempo serviço semanal	35 H
Nome	Laurent Caron
Idade	34 anos
Habilitações académicas	Pós-graduado
Regime em que presta serviço	Exclusividade
Categoria profissional	Encarregado de Trabalhos
Tempo serviço semanal	35 H
Nome	Maria Adelaide M. Évora
Idade	39 anos
Habilitações académicas	Bacharelato
Regime em que presta serviço	exclusividade
Categoria profissional	Técnico-profissional Principal de Secretariado
Tempo serviço semanal	35 H

7. Indicadores de procura do curso (no horizonte temporal dos últimos três anos)

A evolução da procura do curso, no horizonte temporal dos últimos 3 anos, encontra-se representada no quadro 44; devendo ser evidenciados o aumento do número de vagas no ano de 2002/2003, de 40 para 50, seguido da diminuição para 35 vagas no ano de 2003/2004.

Quadro 44 - Número de vagas, número de candidatos, número de ingressos e relação vagas/ingressos, no curso.

N.º		N.º DE CANDIDATOS					N.º DE INGRESSOS					Acesso Normal / Ingressos Especiais
ANO LECTIVO	N.º DE VAGAS	1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	TOTAL	Total 1ª opção	M	F	TOTAL	Total 1ª opção	% RELAÇÃO VAGAS	
2001/02	40	158	58	8	224	31	20	22	42	19	105%	48
2002/03	50	96	107	9	212	32	6	31	37	19	74%	47
2003/04	35	110	79	3	192	20	19	16	35	13	100%	38

Quadro 44 (a) – Cálculo da atractividade e motivação.

	(1) Vagas	(2) Cand. 1º Op.	(3) Ing. 1º Op.	Atractividade (4)=(2) / (1)	Motivação (5)=(3) / (1)
2001/2002	40	31	19	0.775	0.475
2002/2003	50	32	19	0.640	0.380
2003/2004	35	20	13	0.571	0.371

O curso tem vindo a perder atractividade, e a motivação dos alunos é também decrescente, apesar do número de vagas ter diminuído.

O quadro seguinte apresenta, para o último ano lectivo de (2003/2004), para a totalidade dos alunos inscritos nos três anos, a distribuição da proveniência dos alunos por distritos.

Quadro 45 - Proveniência dos alunos

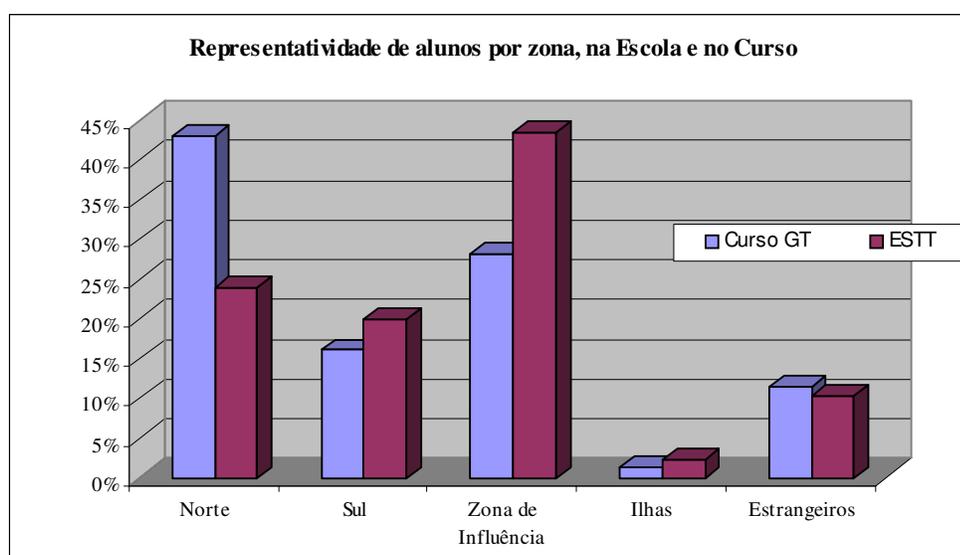
ANO LECTIVO:	2003/2004	
NA ESCOLA	DISTRITOS	NO CURSO
N.º ALUNOS		N.º ALUNOS
76	Aveiro	16
16	Beja	3
57	Braga	10
18	Bragança	3
47	Castelo Branco	6
132	Coimbra	13
38	Évora	6
16	Faro	1
24	Guarda	4
176	Leiria	7
294	Lisboa	10
42	Portalegre	1
55	Porto	8
666	Santarém	36
43	Setúbal	5
12	Viana do Castelo	0
15	Vila Real	3
52	Viseu	4
13	R. Autónoma Açores	0
35	R. Autónoma Madeira	2
209	Estrangeiros	18
2036	TOTAL	156

De acordo com o quadro 45 onde se apresenta o respectivo número de alunos por distrito, sentiu-se a necessidade de geograficamente unir determinados distritos em zonas, como tal foram então agregados os distritos da zona de influência (proximidade geográfica à localização da Escola), deixando os a norte, a sul, regiões autónomas e estrangeiros.

Quadro 46 - Proveniência de acordo com divisão em zonas

NA ESCOLA	Zonas	NO CURSO
%		%
24%	Norte	43%
20%	Sul	16%
43%	Zona de Influência	28%
2%	Ilhas	1%
10%	Estrangeiros	12%

Gráfico 6 - Proveniência de acordo com divisão por áreas



O resultado gráfico desta divisão denota que os distritos de maior proveniência de alunos para o Curso se encontra a norte da zona de influência com 43%, a zona de influência apresenta proveniências na ordem dos 28% e a zona sul apresenta menor representatividade de proveniência com apenas 16%. Estes valores apresentam padrões distintos dos observados para a Escola que é representada mormente por alunos provenientes da zona de influência; este resultado poderá significar um maior interesse na aplicação deste curso.

8. Indicadores de sucesso educativo no curso (no horizonte temporal dos últimos três anos)

8.1. Formula de cálculo da classificação final

O curso de Gestão do Território permite a obtenção dos graus de Bacharel e Licenciado sendo a respectiva classificação final obtida através da média aritmética de todas as disciplinas.

8.2. Número de anos para a conclusão do curso

Na tabela seguinte constam o número de alunos que terminaram o primeiro ciclo de estudos nos últimos três anos lectivos e respectivo número de anos que demoraram a concluí-lo.

Quadro 47 – *N.º de bacharéis formados , nos últimos 5 anos, e tempo de conclusão do curso*

ANO LECTIVO	Nº TOTAL DE BACHARÉIS QUE TERMINARAM O CURSO	Nº DE BACHAREIS QUE TERMINARAM O CURSO EM:			
		Nº DE ANOS			
		n	n + 1	n + 2	n ≥ + 3
		3	4	5	≥ 6
2001 - 2002	20	20	-		
2002 - 2003	18	9	9		
2003 - 2004	17	7	7	3	
TOTAL	55	36	16	3	0
<i>%</i>		65.45	29.09	5.45	

É de notar a elevada a percentagem de alunos que termina o curso no tempo adequado à sua conclusão.

9. Frequência actual do curso

Relativamente ao ano escolar em análise os requisitos de ingresso são:

- **Provas de Ingresso:**

Uma das seguintes provas:

02 Biologia

05 Economia

09 Geografia

13 História

- **Classificações Mínimas**

Nota de Candidatura: Recomendação do CCISP 01/99

Provas de Ingresso: Recomendação do CCISP96

- **Fórmula de Cálculo**

Média do secundário: 65%

Provas de ingresso: 35%

- **Preferência Regional**

Percentagem de vagas: 50%

Área de Influência: Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Santarém

Quadro 48 - Alunos colocados no Curso no horizonte temporal dos últimos três anos

	2001/2002		2002/2003		2003/2004	
	1ª Fase	2ª Fase	1ª Fase	2ª Fase	1ª Fase	2ª Fase
Vagas	40	7	40	10	35	23
Candidatos						
Candidatos	158	58	96	107	110	79
do Sexo Feminino	78	28	44	50	60	34
em 1ª Opção	16	15	13	21	8	16
Colocados						
Colocados	40	9	34	11	17	23
do Sexo Feminino	22	3	18	9	10	6
em 1ª Opção	14	5	13	6	8	5
Médias dos Colocados						
Nota de Candidatura	118.8	131.4	119.0	130.0	112.0	115.2
Provas de Ingresso	108.2	121.6	110.4	118.5	92.4	100.0
Notas do 12º Ano	125.8	140.0	123.8	137.3	123.5	122.6
Notas do 11º Ano	123.8	134.4	123.5	135.5	121.8	123.9
Nota de Candidatura do Último Colocado pelo Contingente Geral	115.8	125.3	96.9	124.3	88.3	109.0

Quadro 49 (a) – Número de aluno por ano no curso.

CURSO	GRAU ACADÉMICO	NÚMERO DE ALUNOS/ANO					TOTAL	
		(1)	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03		2003/04
Gestão do Território	B		54	91	126	126	117	514
	B+L		-	-	-	20	39	59
TOTAIS			54	91	126	146	156	573

(1) B - Bacharelato; B + L - Licenciatura Biotópica; L - Licenciatura

Quadro 49 (b) - Número de estudantes/trabalhadores por ano e por sexo, no curso.

ANO	NO CURSO			
	Nº ESTUDANTES TRABALHADORES	%	SEXO	
			M	F
1º	11	29%	10	1
2º	14	37%	9	5
3º	8	21%	6	2
4º	4	11%	2	2
5º	1	3%	1	0
TOTAIS	38	1	28	10

10. Indicadores relativos à inserção profissional de diplomados

Existem já sistemas de acompanhamento de alunos após o término do curso, no entanto, segundo informações da secretaria da Escola, todos os bacharéis do ano em avaliação prosseguiram o plano de estudos para o 2º ciclo da licenciatura bi-etápica.

Sistemas de acompanhamento:

- Associação de ex alunos de Gestão do Território
- UNIVA (Unidade Nacional de Inserção na vida activa)

2ª PARTE

Apreciação crítica

I - OBJECTIVOS

1. Considerações gerais

A criação da Licenciatura em Gestão do Território, especialmente direccionada para o acompanhamento dos processos de antropização, assumia-se assim como vocacionada, principalmente, para o apoio ao desenvolvimento regional sustentável.

A Licenciatura em Gestão do Território tinha como objectivos formar técnicos qualificados para apoio à concepção e acompanhamento dos programas de gestão do território, designadamente nas vertentes dos planos directores municipais (PDM's) e dos impactes ambientais e patrimoniais.

A Licenciatura respondia às necessidades de reordenamento do território, dotando os seus agentes, e em particular as autarquias, de recursos humanos preparados para trabalhar num domínio eminentemente pluridisciplinar. Respondia ainda aos requisitos de qualidade e competitividade, encarando a gestão do território de forma integrada, para o desenvolvimento sustentável e no quadro da integração europeia.

Ao nível do Bacharelato, foram desenvolvidas competências de acompanhamento dos programas de gestão do território, com equilibrada formação nas suas diversas vertentes, actuando os técnicos como elementos de apoio à coordenação interdisciplinar, na óptica do utilizador dos serviços.

Ao nível da Licenciatura (2º ciclo), estão em fase final de formação os primeiros técnicos superiores em duas áreas: património arqueológico (que constitui a esmagadora maioria do Património, que por natureza não se encontra, geralmente, visível) e monitorização do território (designadamente acompanhamento de PDM's e de Estudos de Impacte Ambiental e Patrimonial).

2. Organização do curso

2.1. Adequação dos objectivos definidos

Não foram realizados estudos específicos. No entanto, a necessidade de especialistas em Gestão do Território, como resposta ao desenvolvimento de novos métodos de gestão autárquicos implementados a nível nacional, criou as motivações necessárias para o lançamento do Curso.

A nível nacional, existiam então, como agora, diversas especialidades de formação que intervêm no território, no entanto de cariz específico. Contudo, essa pluralidade de especializações conduz a uma menor versatilidade dos diplomados. Por essa razão, a intervenção no território é tarefa de amplas equipas, multi-disciplinares, e assim continuará a ser.

Contudo, a nova relação da sociedade com a gestão do território, consubstanciada nas directivas para a elaboração de PDM's, Planos Estratégicos e outros instrumentos afins, colocavam já a exigência de um novo tipo de especialistas. Se as equipas pluri-disciplinares eram a solução óbvia na fase de planeamento, já a implementação e monitorização dos planos careciam e carecem de um acompanhamento mais generalista.

Devido à não existência de uma ordem profissional, ou associação o curso não se encontra acreditado. No entanto, aquando da reestruturação foram considerados pareceres favoráveis de várias organizações internacionais, das quais se destaca a Direcção Geral de Património da UNESCO.

Decorrente do quadro apresentado, pode-se dizer que os objectivos foram equacionados de forma aceitável.

Face ao futuro do Ensino Superior no espaço comunitário, a uma maior aproximação à área do património, realizou-se a reestruturação ainda em curso.

2.2. Base conceptual da organização curricular

Dado o cariz inovador do curso, este confere a única formação de nível superior direccionada para a formação de técnicos com capacidade de estabelecer o interface território - cultura.

O formato pluri-disciplinar do curso garante que os aspectos científicos e culturais lhe sejam implícitos, sendo que a licenciatura proporciona, para além do aspecto profissionalizante, várias experiências formativas ligadas às várias áreas de especialização.

O elenco curricular proporciona no bacharelato uma formação generalista em três áreas científicas fundamentais do curso; arqueologia e ciências do património, ecologia e ciências do território e planeamento e ordenamento do território.

Nas várias áreas existem unidades curriculares introdutórias, incluindo neste leque algumas transversais, como o caso da matemática e da física e química. Outras instrumentais como, análises laboratoriais e sistemas de informação geográfica (SIG) e outras mais relacionadas com aspectos práticos de actividade profissional.

A necessária coordenação horizontal das três áreas estruturantes do curso é desenvolvida ao nível de cada área, sendo que as disciplinas introdutórias foram inseridas nos períodos curriculares iniciais.

3.1. Metodologia de concepção curricular

No processo de concepção curricular, não existindo exemplos no território nacional, foram considerados cursos semelhantes no seio da União Europeia.

Foram realizadas várias reuniões, sejam internas, sejam com entidades externas onde se poderá evidenciar o presidente da CCRLVT. Este processo contou também com o parecer de vários especialistas estrangeiros.

3.2. Consistência científica dos conteúdos das unidades curriculares

Como principio orientador, verificou-se a necessidade de excluir algumas redundâncias programáticas que existiam no que se refere a alguns conhecimentos do ensino secundário.

O sentido de modernidade foi-lhe conferido através de conteúdos curriculares inovadores, utilizando novas tecnologias de gestão do território e um currículo capaz de proporcionar novos conhecimentos, técnicas e atitudes.

O plano curricular assenta numa sequencialidade lógica, embora não existam normas formais da sua operacionalização.

Entende-se que, genericamente, houve a preocupação de compatibilizar os conteúdos com as horas previstas para a sua realização.

3. Realização do curso

3.1. Estratégias de realização curricular

As unidades curriculares são estruturadas em disciplinas, com componente teórica, teórico-prática e prática, incluindo nestas últimas as laboratoriais. O departamento disponibiliza vários equipamentos multimédia, que são regularmente utilizados por alguns docentes. A maioria das disciplinas prevê a realização de trabalhos, individuais ou de grupo, obrigatórios e facultativos.

3.2. Metodologias de acção pedagógica

As práticas pedagógicas adoptadas foram da responsabilidade de cada docente.

Os alunos foram estimulados a utilizar sistemas de informação, seja no âmbito de algumas disciplinas, seja no de trabalhos específicos.

Devido às condições das instalações o equipamento didáctico, nomeadamente no que diz respeito ao acervo bibliográfico, não é ainda suficiente. A articulação com as três áreas básicas do curso foi uma preocupação do Departamento, desde o início do seu funcionamento, necessitando de um esforço por parte de todos os docentes para uma melhor ligação inter-disciplinar. Como demonstram os resultados dos inquéritos, os alunos consideram aceitável o apoio por parte do corpo docente.

3.3. Trabalho científico associado

Como referido nos capítulos anteriores, foram realizados e estão em realização vários projectos científicos e participações e organização de congressos de âmbito internacional, dos quais resultaram várias publicações científicas.

De acordo com as respostas obtidas nos questionários (10 docentes), nos últimos três anos contabilizaram-se 31 publicações periódicas, 38 artigos, 79 outros (4 livros, 55 comunicações, 18 relatórios científicos, 2 dissertações), como se pode verificar nas fichas dos docentes do anexo VIII.

Alguns alunos tiveram já oportunidade de publicar os trabalhos apresentados em congressos ou seminários realizados. No anexo VIII apresentam-se alguns exemplos de participação activa dos alunos de Gestão do Território em congressos/seminários.

4. Recursos disponíveis

4.1. Recursos humanos

DIMENSÃO E COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE

Na tabela seguinte sintetiza-se a qualificação académica do corpo docente afecto ao Bacharelato em Gestão do Território (BGT) da Escola Superior de Tecnologia de Tomar (ESTT).

Quadro 50 – Qualificação académica do corpo docente¹
afecto ao BGT da ESTT (2003-04)

Graus Académicos	Número	Percentagem
Doutoramento	4	16,00
Mestrado	12	48,00
Licenciatura	9	36,00
TOTAL	25	100,00

¹ Nesta tabela apenas estão considerados 25 docentes, uma vez que o docente José Gomes não tem qualquer grau académico.

Como se verifica, o corpo docente afecto ao curso não se pode considerar pouco qualificado, uma vez que 64% dos docentes envolvidos detém o grau de mestre ou doutor. Acresce que há um considerável número de docentes em processo de doutoramento e de mestrado. Apenas 36% dos docentes são licenciados, parte dos quais possui já pós-graduação (Mestrado não reconhecido em Portugal).

Em termos de categorias profissionais, a tabela seguinte esclarece pormenorizadamente a distribuição dos docentes por categorias, tendo também em atenção os graus académicos.

Quadro 50 (a) - Processos de formação Académica no Ano 2003/2004

Nome/Qualificação	Doutoramento	Mestrado	Área	Ano Conclusão previsto
Pierluigi Rosina	Universidade de Ferrara		Geologia	2004
Gonçalo Velho	Universidade do Porto		Arqueologia	2005
Silvério Figueiredo	Universidade de Salamanca		Paleontologia	2006

Quadro 51 – Distribuição dos docentes por categorias (2003-04)

Categorias	Graus Académicos			Outra Situação	Número	%
	D	M	L			
P. Coordenador	1	1			2	7,69
Eq. P. Coordenador	2		1		3	11,54
P. Adjunto		5			5	19,23
Eq. P. Adjunto	1	1	3		5	19,23
Ass. 2.º Triénio					0	0,00
Eq. Ass. 2.º triénio		1			1	3,85
Ass. 1.º triénio		1	1		2	7,69
Eq. Ass. do 1.º triénio		3	4	1	8	30,77
TOTAL	4	12	9	1	26	100,00%

Pode observar-se que a percentagem de professores (cerca de 58%) constitui a maioria do corpo docente. Quanto aos assistentes, representam cerca de 42% do corpo docente.

Quadro 52– Distribuição dos docentes de carreira por categorias (2003-04)

Categorias	Graus Académicos			Número	%
	D	M	L		
P. Coordenador	1	1		2	22,22
P. Adjunto		5		5	55,56
Ass. 2.º Triénio				0	0,00
Ass. 1.º triénio		1	1	2	22,22
TOTAL	1	7	1	9	100,00
	11,11%	77,78%	11,11%		

Observando a tabela anterior, pode constatar-se que apenas 34,6% são docentes de carreira. Esta é uma situação que tem preocupado os responsáveis e que se pretende alterar na medida das possibilidades existentes na escola e no país.

Contudo, tanto em termos de qualificação como de composição, a situação (embora ainda longe da ideal) é aceitável para um curso enquadrado na situação espaço-temporal em que este se encontra.

O regime de prestação de serviços consta da tabela que se segue:

Quadro 53– Regime de prestação de serviço docente (2003-04)

Categorias	D. Exclusiva	T. Integral	T. Parcial	Número	%
P. Coordenador	2			2	7,69
Eq. P. Coordenador			3	3	11,54
P. Adjunto	5			5	19,23
Eq. P. Adjunto	1	1	3	5	19,23
Ass. 2.º Triénio				0	0,00
Eq. Ass. 2.º triénio	1			1	3,85
Ass. 1.º triénio	2			2	7,69
Eq. Ass. do 1.º triénio	6		2	8	30,77
TOTAL	16	2	8	26	100,00%
	61,54%	7,69%	30,77%		

Verifica-se pois, que 61,54% do corpo docente se encontra em regime de dedicação exclusiva, 7,69% em regime de tempo integral e 30,77% em regime de tempo parcial. Registe-se, adicionalmente, que todos os docentes de carreira se encontram neste regime de prestação de serviço docente. Acresce, também, que todos os docentes em tempo parcial são equiparados.

Quanto à distribuição etária do corpo docente afecto ao BGT, construiu-se a seguinte tabela:

Quadro 54 – Distribuição do corpo docente afecto ao BGT (2003-04)

Categorias	Idades					
	<= 35	36-49	>= 50	Min.	Med.	Máx.
P. Coordenador		2		43,0	43,0	43,0
Eq. P. Coordenador		2	1	41,0	46,6	51,0
P. Adjunto	4		1	29,0	35,0	51,0
Eq. P. Adjunto	1	4		33,0	39,4	44,0
Ass. 2.º Triénio						
Eq. Ass. 2.º triénio	1			28,0	28,0	28,0
Ass. 1.º triénio	2			28,0	30,5	33,0
Eq. Ass. do 1.º triénio	5	2	1	24,0	35,1	61,0
TOTAL	13	10	3	26		
	50,00%	38,46%	11,54%			

Pode-se constatar que apenas 11,54% do corpo docente tem mais de 50 anos e que 50% está abaixo dos 35 anos. Em particular, tomando a média etária por categoria constata-se níveis bastante aceitáveis. Acresce que a média etária dos docentes de carreira é sempre mais baixa do que a dos docentes equiparados.

A assiduidade do corpo docente é elevada, como se pode confirmar tanto pelas respostas dos inquiridos aos alunos como pela opinião dos responsáveis.

Os protocolos de cooperação com outras entidades, celebrados para apoio à docência, funcionam devidamente e com perfeito respeito pelos dispositivos legais.

O PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Para além do pessoal em regime de exclusividade afecto ao BGT, não existe pessoal administrativo afecto ao curso.

Quadro 55 – Pessoal não docente do DGT

Nome	Idade	Habilitações	Regime	Categoria
Catarina Freire	27	Pós Graduada	Exclusividade	Encarregada de Trabalhos
Cláudia Fidalgo	26	Licenciada	Exclusividade	Encarregada de Trabalhos
Filipe Marques	27	Licenciado	Exclusividade	Encarregada de Trabalhos
Laurent Caron	34	Pós Graduado	Exclusividade	Encarregado de Trabalhos
Maria Adelaide M. Évora	39	Bacharelato	exclusividade	Técnico-profissional Principal de Secretariado

Reconhece-se que o bom funcionamento dos serviços, assim como a resposta atempada ao cumprimento das obrigações legais, deve-se ao empenhamento destes técnicos.

Quadro 56 – Distribuição etária do pessoal não docente do DGT

Idades	Número	Percentagem
<= 35 anos	4	80,0
36-49 anos	1	20,0
>= 50 anos	0	--
TOTAL	5	100,0

Como se vê, os colaboradores não docentes apresentam uma estrutura etária jovem com 80% do pessoal com idades inferiores a 35 anos.

Relativamente às qualificações académicas do pessoal não docente, 80% são licenciados e o restante te o grau de bacharel.

Durante o período em análise, os colaboradores não docentes não participaram em acções de formação. Face à importância de tal formação (qualificação, progressão na

carreira, etc.) para o pessoal não docente importa desenvolver mecanismos de criação de tais acções, quer no âmbito da escola quer do departamento.

O relacionamento entre os diversos corpos em presença (docentes, estudantes e pessoal não docente) é satisfatório.

Quadro 57– *Taxas de aprovação nas disciplinas (2003-2004)*

Ano	Aprovação			Aproveitamento		
	Min.	Méd.	Máx.	Min.	Méd.	Máx.
1.º ano	31,0%	44,0%	52,0%	39,0%	81,0%	100,0%
2.º ano	50,0%	82,3%	94,9%	61,5%	88,4%	100,0%
3.º ano	66,7%	91,8%	100,0%	69,2%	95,5%	100,0%

Quadro 58– Diferença Percentual entre Aproveitamento e Aprovação

1.º Ano		2.º Ano		3.º Ano	
História Universal	28%	Antropologia Cultural	6%	Metodologia e Técnicas de Planificação	4%
Pré História	35%	História de Portugal I	5%	Inventário e Catalogação	0%
Elementos de Física e Química	48%	Geomorfologia	0%	História de Portugal II	9%
Matemática	8%	Pedologia	2%	Arq. Património Edificado	0%
Inglês	42%	Cartografia Topografia	7%	Biogeografia e Ecologia Humana	5%
Informática	43%	Estatística e Análise de Dados	16%	Paleontologia	8%
Geologia	41%	Planeamento e Ordenamento do Território	6%	Análises Laboratoriais	0%
Geografia	31%	Geografia Aplicada a Centros Urbanos	5%	Direito do Ordenamento do Território	0%
Desenho	53%	Biologia Ecologia	9%	Gestão de Recursos Humanos	4%
	Média 37%	Cultura Material	5%	Análise de Projectos	3%
		Média 6%		Conservação do Património Cultural	8%
				Técnicas e métodos de Prospecção	5%
				Média 4%	

Conjugando os dados nas duas tabelas os aspectos mais relevantes são:

- Elevada discrepância entre disciplinas, que se pode observar na diferença entre os valores máximos e mínimos;
- O 1.º Ano parece ser o mais problemático para os alunos: taxas de aprovação mais baixas (mínimas e médias); médias mais elevadas nas diferenças percentuais entre os dois indicadores; maior concentração de alunos nas disciplinas;
- A disciplina de Matemática como a mais problemática: valores mais baixos nos dois indicadores; apesar de uma diferença percentual baixa entre os dois indicadores, essa diferença observa-se a níveis muito baixos;

Infelizmente, este é um aspecto bem conhecido no nosso país, com causas também sobejamente conhecidas. Não é contudo uma batalha (completamente) perdida na perspectiva do Departamento de Gestão do Território. Com o objectivo de alterar esta situação, e resultante do processo de reestruturação do curso foi criada uma nova disciplina – Matemática Aplicada à Gestão do Território – que procura compatibilizar e adequar os conhecimentos fundamentais na área da matemática com as necessidades fundamentais do curso. Repare-se que não se minimiza a importância da matemática ou os conhecimentos inerentes a essa disciplina (como se pode comprovar pelo programa). Procurou, isso sim, encontrar-se um docente (licenciado e mestre em matemática) que adoptasse uma perspectiva de integração dos conhecimentos a ministrar com as necessidades a suprimir. O que se alterou fundamentalmente foi o método de ensino.

- Elevadas taxas de aprovação no último ano, decorrente, também, do elevado número de momentos de avaliação.

4.2. Instalações

Quadro 59- *Espaços utilizados pelo Departamento de Gestão do Território*

Espaços utilizados pelo curso	Capacidade	Recursos²	Área
Biblioteca	10	2 PC's	40m2
Gabinete, área Arqueologia/Direcção	1	1PC, 1, 2 ligações NET, Telefone	15m2
Gabinete, área de Ecologia	1	1PC, 1, 2 ligações NET, Telefone	14m2
Gabinete, área de planeamento	1	1PC, 1, 2 ligações NET, Telefone	14m2
Gabinetes partilhados (a)	5	3PC's, 6 ligações NET, Telefone	22m2
Gabinetes partilhados (b)	4	4PC's, 6 ligações NET, Telefone	24m2
Salas de Aula (1,2)	35	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	60m2
Salas de Aula (1.1)	60	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção, Televisor	100m2
Salas de Aula (1.4)	25	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	45m2
Salas de Aula (2.2)	25	2 quadros, 16 PC's, 1 Scanner	45m2
Salas de Aula (2.3)	20	2 quadros, 13 PC's, 1 Impressora	40m2
Salas de Aula (2.5)	25	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	60m2
Salas de Aula (2.6)	25	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	45m2
Salas de Aula (2.7)	35	2 Quadros, retroprojector, Tela de projecção,	60m2
Secretariado GT		1PC, 1 Impressora, 2 ligações NET, Telefone	16m2

As instalações disponíveis para a realização do curso são insuficientes, tendo em atenção o número de alunos e a natureza das actividades curriculares. Entre essas instalações, contam-se gabinetes de professores, salas de estudo, laboratórios e espaços específicos adequados à natureza do curso.

Quanto às condições de arranjo, luz, arejamento e conforto das instalações, podem-se considerar genericamente pouco aceitáveis. A acessibilidade por parte de alunos e professores às instalações é aceitável, embora não exista acessibilidade para alunos com deficiências.

² Todos os PC's têm ligação à Internet.

4.3. Equipamentos

Os equipamentos disponíveis estão actualizados, e suficientes para um nível médio de utilização por parte dos docentes. No que diz respeito aos alunos e à natureza do curso, os equipamentos disponíveis são por vezes insuficientes, tal como muito do “*software*” disponível. Há, contudo, possibilidades de acesso livre à Internet.

No que concerne à biblioteca, não existe um plano sistemático para a sua actualização. O seu acervo é muito insuficiente em algumas áreas do curso, estando a sua actualização dependente dos pedidos individuais dos docentes e da verba financeira disponível.

4.4. Recursos financeiros

O quadro seguinte permite visualizar a origem e distribuição do orçamento, na escola e no curso.

Quadro 60 - Origem e distribuição do Orçamento, na Escola e no Curso

ORIGEM E DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO, NA ESCOLA E NO CURSO			
		<i>ESCOLA</i>	<i>AFECTADO AO CURSO DE GTPC</i>
OGE:	PESSOAL	5154297,00	402871,00
	FUNCIONAMENTO	0,00	0,00
	INVESTIMENTO	0,00	0,00
	PIDDAC	186000,00	25000,00
	RECEITAS PRÓPRIAS	116508,00	5000,00
	PROJECTOS COMUNITÁRIOS	0,00	0,00
	OUTRAS	0,00	0,00
	TOTAL	5456805,00	432871,00

O financiamento afecto ao curso permite que este funcione com níveis aceitáveis de qualidade. Contudo, existem áreas onde essas verbas são insuficientes. Refira-se, a título exemplificativo, deslocações a seminários e congressos e aquisição de novos equipamentos. O Departamento não dispõe, em resultado, de adequado recursos laboratoriais, apenas superando tal lacuna graças à combinação de recursos de outras unidades do IPT (Centro de Pré-História, salas de informática) com infra-estruturas

exteriores ao IPT (designadamente o Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo, sediado em Vila Nova de Barquinha).

5. Resultados obtidos

5.1. Inquéritos de opinião dos docentes afectos ao Curso

O corpo docente é constituído por 26 elementos, sendo que responderam apenas aos inquéritos 14, a representatividade da amostra é de 53,8%, não podendo ser considerada elevada. As taxas de resposta apresentadas reflectem, de algum modo, o fraco empenho da totalidade do corpo docente no processo de avaliação do curso.

Quadro 61 - Análise das respostas ao inquérito de opinião do corpo docente (Secção 1)

Q1	Elevado(a)	Suficiente	Baixo(a)
Preparação anterior dos alunos	0,00%	28,57%	71,43%
Apoio institucional ao trabalho	35,71%	50,00%	14,29%
Participação em reuniões de trabalho relativas ao curso	35,71%	50,00%	14,29%
Articulação interdisciplinar praticada no curso	28,57%	57,14%	14,29%
Permuta de experiências relativas ao curso com outras instituições públicas e privadas	21,43%	42,86%	35,71%
Espírito de equipa entre docentes do curso	35,71%	35,71%	28,57%
Expectativas de progressão em carreira que lhe são proporcionadas	28,57%	35,71%	35,71%
Grau de facilidades concebidas para participar em acções de formação	42,86%	28,57%	28,57%
Adequação dos espaços disponíveis (instalações) ao exercício das suas actividades no curso	35,71%	42,86%	21,43%
Disponibilidade do material didáctico necessário às suas actividades no curso	35,71%	42,86%	21,43%
Acessibilidade a bibliotecas específicas	28,57%	14,29%	57,14%
Acessibilidade a equipamentos e meios audio-visuais	28,57%	57,14%	14,29%
Acessibilidade a equipamentos e meios informáticos	42,86%	57,14%	0,00%
Grau de compatibilização, no seu horário de trabalho, das diferentes tarefas que integram a sua actividade no curso: preparação de aulas, leccionação, avaliação, etc.	57,14%	42,86%	0,00%

Dos resultados obtidos, evidenciaram-se os seguintes pontos:

Baixo(a)

- Preparação anterior dos alunos - 73;
- Acessibilidade a bibliotecas específicas - 57,14%.

Suficiente

- Apoio institucional ao trabalho - 50%;
- Participação em reuniões de trabalho relativas ao curso - 50%;
- Articulação interdisciplinar praticada no curso - 57,14%.

Os itens que apresentam valores mais **elevados** são:

- Acessibilidade a equipamentos e meios audio-visuais;
- Acessibilidade a equipamentos e meios informáticos;
- Grau de compatibilização, no seu horário de trabalho, das diferentes tarefas que integram a sua actividade no curso: preparação de aulas, leccionação, avaliação, etc.

Quadro 62 - Análise das respostas ao inquérito de opinião do corpo docente (Secção 2)

Q2	Adequado(a)	Inadequado(a)
Clarificação dos objectivos do curso	92,86%	7,14%
Composição disciplinar da estrutura curricular, face aos objectivos propostos	85,71%	14,29%
Regime de acesso dos alunos do curso	71,43%	28,57%
Regime de frequência praticado	92,86%	7,14%
Regime de avaliação praticado	100,00%	0,00%

No quadro anterior, os itens abordados são considerados, na sua generalidade, adequados. Contudo, o valor de 28,57% para o regime de acesso dos alunos ao curso

(inadequado) mereça referência e reflexão, principalmente se se relacionar este item com a preparação anterior dos alunos.

Quadro 63 - Análise das respostas ao inquérito de opinião do corpo docente (Secção 3)

Q3	Alta	Adequada	Baixa
Carga horária global do curso	14,29%	85,71%	0,00%
Carga horária das diferentes disciplinas do curso	7,14%	92,86%	0,00%
Carga horária das disciplinas que ministra	0,00%	92,86%	7,14%

As cargas horárias são consideradas adequadas. Tendo em conta o cariz das perguntas e o grupo alvo, a relevância dos resultados deve ser ponderada pelos resultados dos questionários aos alunos.

5.2. Inquéritos aos alunos

5.2.1. Análise Global

REPRESENTATIVIDADE

Quadro 64 – Representatividade dos Inquéritos

Representatividade dos Inquéritos			
	1.Inscritos	2. Respostas	(2)/(1)
Total	105	65	61,90%
1.º Ano	39	20	51,28%
2.º Ano	39	32	82,05%
3.º Ano	27	13	48,15%

A representatividade destes inquéritos é aceitável, embora a os valores do 3.º ano não sejam os mais desejáveis.

ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

Os elementos estatísticos que suportaram esta análise encontram-se em anexo, devidamente identificados.

5.2.1.1. Condições disponibilizadas aos alunos

- Segundo os valores do quadro A, mais de metade dos alunos inquiridos considera que as condições que lhes são disponibilizadas são suficientes;
- Não há discrepâncias relevantes entre os três anos;
- À medida que se inquirirem alunos mais antigos fica-se com a ideia que o seu grau de satisfação vai gradualmente aumentando;

Quadro 65 - Valores médios globais

	Elevado	Suficiente	Baixo
Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	13,95%	54,43%	31,62%
2	12,56%	56,75%	30,70%
3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Anexo x, Quadro 2

Quadro 66 – Coeficientes De Variação Globais

	Elevado	Suficiente	Baixo
Total	92,80%	28,29%	72,11%
1	110,43%	41,61%	86,44%
2	86,18%	27,29%	70,48%
3	115,90%	23,42%	65,40%

Fonte: Anexos x, Quadro 2

5.2.1.2. Organização e funcionamento do curso

- A maioria dos inquiridos encontra razões para entender que é adequada a organização e funcionamento do curso;
- Contudo, à medida que se avança na escolaridade, a tendência é para que os alunos pensem de forma distinta;

Quadro 67 – Valores Médios Globais

	Adequado/a	Inadequado/a
Total	74,72%	25,28%
1	81,64%	18,36%
2	75,10%	24,90%
3	64,62%	35,38%

Fonte: Anexos x, Quadro 2

Quadro 68 – Coeficientes De Variação Globais

	Adequado/a	Inadequado/a
Total	18,10%	53,49%
1	19,13%	85,06%
2	17,84%	53,82%
3	30,33%	55,38%

Fonte: Anexos x, Quadro 2

5.2.1.3. Expectativas iniciais e grau de satisfação

- Do ponto de vista global é legítimo pensar-se que cerca de 63% dos inquiridos entende que há suficiência entre a satisfação do curso face às suas exigências iniciais;
- À medida que se avança na escolaridade, a tendência é para que decresça o grau de satisfação dos alunos com o curso;

Quadro 69 – Valores Médios Globais

	Elevado	Suficiente	Baixo
Total	18,75%	63,28%	17,97%
1	25,00%	70,00%	5,00%
2	19,35%	61,29%	19,35%
3	7,69%	57,69%	34,62%

Fonte: Anexos x, Quadro 2

Quadro 70 – Coeficientes De Variação Globais

	Elevado	Suficiente	Baixo
Total	23,57%	15,71%	79,93%
1	56,57%	10,10%	141,42%
2	0,00%	29,77%	94,28%
3	0,00%	28,28%	47,14%

Fonte: Anexos x, Quadro 2

5.2.1.4. Opiniões pessoais: análise global e por ano escolar

Este ponto fará a análise às questões 3 e 4 do inquérito aos alunos.

QUESTÃO 3 – PONTOS POSITIVOS E PONTOS NEGATIVOS

Os aspectos que se referem de seguida são apenas aqueles que foram simultaneamente referidos por todos os anos. De seguida far-se-á uma análise mais fina por ano.

Embora existam opiniões que se anulam mutuamente, existem alguns aspectos claramente identificados³, dos quais se destacam os seguintes:

³ Ver Anexo x, onde estão explicitadas todas as respostas dadas pelos alunos.

Aspectos positivos:

- Docentes (relação, disponibilidade e apoio aos alunos)
- Componente prática do curso

Aspectos negativos:

- Condições do edifício
- Carga horária elevada
- Pouca informação ao nível do curso
- Poucas disciplinas práticas

No que se refere às respostas de cada ano, o quadro seguinte explicita as questões mais importantes por ordem decrescente de citação (só foram considerados aspectos com duas ou mais citações).

Quadro 71– Aspectos Positivos E Negativos

1.º Ano	
Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Competência dos docentes	Condições gerais do edifício
Apoio e disponibilidade dos docentes	Pouca componente prática (aulas e saídas de campo)
Boas expectativas de integração no mercado de trabalho	Carga horária elevada
Ligação do curso à vida real	Excesso de disciplinas de arqueologia
Convivência entre alunos e docentes	Impossibilidade de escolha livre do ramo (4. ano)
Articulação teórico-prática de algumas disciplinas	Pouca informação ao nível do curso
Reestruturação do curso	
2.º Ano	
Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Apoio e disponibilidade dos docentes	Poucas disciplinas práticas
Componente prática do curso	Carga horária excessiva
Apoio do departamento	Pouco tempo para estudar
	Falta de informação
3.º Ano	
Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Apoio e disponibilidade dos docentes	Poucas disciplinas práticas
	Excesso de trabalho no mesmo semestre
	O período de frequências

Fonte: Construído com informação constante nos Anexo x

QUESTÃO 4 – PORMENORIZANDO E ANALISANDO OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Apresentam-se de seguida os aspectos relevados pelos estudantes:

1.º Ano – Opiniões dos alunos

- Curso mal reestruturado, visto que desapareceram algumas disciplinas importantes (ex. Físico-Química, Direito e Ordenamento do Território – como é possível ordenar sem conhecer o quadro legal?); outras deveriam ser anuais e são semestrais; Parece haver mais equilíbrio entre as duas vertentes;
- Curso demasiado virado para a Arqueologia;
- O politécnico não oferece as mínimas condições para que os alunos peguem propinas iguais aos que estudam no politécnico novo;
- Necessidade de introduzir um estágio mais cedo no curso;
- A insistência Pré-história/Arqueologia no currículo do curso parece apenas para justificar o orçamento atribuído ao CPH; o edifício encontra-se degradado e sem acesso a pessoas com deficiências.

2.º Ano – Opiniões dos alunos

- Verificar a carga de trabalhos no 2.º semestre, quando no 1.º semestre não existe qualquer trabalho;
- Tentar mudar duas cadeiras para o 1.º semestre, eventualmente as mais técnicas, isto porque com a carga de trabalhos muitos alunos não vão compreender o que fizeram no trabalho;
- Penso que existe falta de coerência na organização do curso. Existem cadeiras que necessitariam de ser anuais e não semestrais, dado a sua utilidade prática, como por exemplo: Cartografia, Planeamento ou Geografia e algumas cadeiras directamente propostas para trabalhar em Autocad e Arcview; Outras cadeiras poderiam ser semestrais;
- O 2.º semestre é muito curto para a realização de, em alguns casos, dois trabalhos; se fosse apenas um trabalho teria sido de maior qualidade e mais aprofundado.

3.º Ano – Opiniões dos alunos

- Não é aceitável que as frequências sejam tão seguidas, era preferível haver menos uma época de exames, e os alunos terem tempo para se preparar, acho que este ponto é uma má imagem para o IPT.

5.2.2. Análise Temática

Neste ponto far-se-á uma análise por cada um dos temas que integra o inquérito lançado aos alunos. Importa identificar se o item em causa contribui positivamente o negativamente para a média temática.

O critério utilizado para o tema 1 e 3⁴ foi o seguinte:

- Se $X_{Suf.Ti} > \overline{X_{Suf.Tj}}$ \Rightarrow i contribui positivamente para a média do tema j ;
- Se $X_{Suf.Ti} < \overline{X_{Suf.Tj}}$ \Rightarrow i contribui negativamente para a média do tema j ;

Com $i = 1.1, 1.2, \dots, 1.12$ para $j = 1$;

Com $i = 2.11, 2.12$ para $j = 3$;

O critério utilizado para o tema 2⁵ foi o seguinte:

- Se $X_{adq.Ti} > \overline{X_{adq.Tj}}$ \Rightarrow i contribui positivamente para a média do tema j ;
- Se $X_{adq.Ti} < \overline{X_{adq.Tj}}$ \Rightarrow i contribui negativamente para a média do tema j ;

Com $i = 2.1, 2.2, \dots, 2.10$ para $j = 2$;

- $i =$ itens; $j =$ temas; suf. = suficiente; adq. = adequado; T = Total

5.2.2.1. Condições disponibilizadas aos alunos

Consideração sobre a média temática: conforme se referiu no ponto 1.1, mais de metade dos alunos inquiridos considera que as condições que lhes são disponibilizadas são suficientes.

⁴ Tema 1: Condições disponibilizadas aos alunos; Tema 3: Expectativas iniciais e grau de satisfação.

⁵ Tema 2: Organização e funcionamento do curso.

Quadro 72 – Preparação Anterior Vs. Média Temática

1.1. Preparação Anterior				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	6,15%	76,92%	16,92%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	5,00%	80,00%	15,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	6,25%	75,00%	18,75%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	7,69%	76,92%	15,38%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- Os alunos entendem que a sua preparação anterior é suficiente. Deve salientar-se, contudo, o relativo pessimismo dos alunos do 2.º ano. Parece lógico que seja no final do 1.º ano que façam uma avaliação mais reflectida da questão. Esta afirmação fundamenta-se no facto de se terem realizado os inquéritos aos alunos do 1.º ano em Setembro.

Quadro 73– Apoio Dos Professores Vs. Média Temática

1.2. Apoio dos professores				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	21,54%	75,38%	3,08%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	10,00%	90,00%	0,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	28,13%	65,63%	6,25%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	23,08%	76,92%	0,00%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 dos Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- A satisfação dos alunos vai aumentando à medida que progredem no seu percurso escolar.

Quadro 74 – Acessibilidade À Documentação Vs. Média Temática

1.3. Acessibilidade à documentação				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	18,75%	54,69%	26,56%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	15,00%	60,00%	25,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	16,13%	54,84%	29,03%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	30,77%	46,15%	23,08%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- A percentagem dos alunos que entende que é elevada a acessibilidade à informação aumenta à medida que avançam na escolaridade. O contrário no que se refere aqueles que entendem que essa acessibilidade é suficiente. Como se mantém relativamente constante o valor daqueles que entende que é baixa a acessibilidade à documentação ao longo dos anos, pode deduzir-se que há alguns alunos que à medida que avançam no seu percurso escolar conseguem desenvolver mecanismos próprios de acesso à documentação.

Quadro 75 – Disponibilidade De Locais De Trabalho Na Escola Vs. Média Temática

1.4. Disponibilidade locais de trabalho				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	0,00%	29,69%	70,31%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	0,00%	15,79%	84,21%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	0,00%	31,25%	68,75%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	0,00%	46,15%	53,85%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- Os dados mostram que, apesar de ser um ponto fraco, as percentagens de satisfação vão aumentando gradualmente.

Quadro 76 – Acesso A Equipamentos E Estúdios Vs. Média Temática

1.5. Acesso a equipamentos e estúdios				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	3,08%	32,31%	64,62%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	5,00%	25,00%	70,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	3,13%	31,25%	65,63%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	0,00%	46,15%	53,85%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- Os dados mostram que, apesar de ser um ponto fraco, as percentagens de satisfação vão aumentando gradualmente.

Quadro 77 – Acesso A Equipamentos E Meios Informáticos Vs. Média Temática

1.6. Acesso a equi. e meios informáticos				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	15,38%	50,77%	33,85%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	25,00%	55,00%	20,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	9,38%	43,75%	46,88%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	15,38%	61,54%	23,08%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- Os dados mostram que as percentagens de satisfação vão aumentando gradualmente.

Quadro 78 – Acesso A Equipamentos E Meios Audiovisuais Vs. Média Temática

1.7. Acesso a equi. e meios audiovisuais				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	3,13%	46,88%	50,00%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	5,00%	30,00%	65,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	3,23%	54,84%	41,94%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	0,00%	53,85%	46,15%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- Os dados mostram que as percentagens de satisfação vão aumentando lentamente.

Quadro 79 – Assiduidade Pessoal Às Aulas Vs. Média Temática

1.8. Assiduidade pessoal às aulas				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	26,15%	53,85%	20,00%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	40,00%	50,00%	10,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	18,75%	56,25%	25,00%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	23,08%	53,85%	23,08%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- Os alunos começam por frequentar as aulas, perdem algum interesse no segundo ano e voltam a sentir a necessidade de assistir às aulas no final do curso.

Quadro 80 – Assiduidade Dos Professores Vs. Média Temática

1.9. Assiduidade dos professores				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	42,19%	53,13%	4,69%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	47,37%	47,37%	5,26%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	34,38%	62,50%	3,13%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	53,85%	38,46%	7,69%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- A percentagem dos alunos que entendem que é elevada a assiduidade dos professores apresenta o seu valor mais alto no 3.º ano. Parece positivo que essa assiduidade se compatibilize com o último comentário do ponto anterior;
- Conclusões mais esclarecedoras sobre estes dois itens só seriam possíveis de obter através de respostas em função do grau de assiduidade dos alunos.

NOTA SUPLEMENTAR

Apesar de se considerar que este item (“Assiduidade dos Professores”) contribui negativamente para a média temática, deve merecer uma análise mais detalhada.

O facto de contribuir negativamente deve-se ao facto de apresentar um valor de 53,13% (suficiente – classificação tomada para comparação). Contudo, 42,19% dos alunos consideram que a assiduidade dos docentes é elevada e apenas 4,69% entendem que ela é baixa. Neste caso particular o valor de comparação – 53,13% é mais do que ultrapassado pelos outros que se acabaram de referir.

Acresce, ainda, que é o item a que os alunos atribuem o valor mais elevado na classificação “Elevado” e o segundo a que atribuem o valor mais baixo na classificação “Baixo”. Apenas o item “Apoio dos Professores” tem um valor mais baixo nessa classificação (3,08%), embora este item na classificação “Elevado” apenas tenha o valor de 21,54%.

Quadro 81 – Apoio Informativo Que Lhes É Facultado Vs. Média Temática

1.10. Apoio informativo facultado				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	12,31%	72,31%	15,38%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	5,00%	75,00%	20,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	18,75%	68,75%	12,50%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	7,69%	76,92%	15,38%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- É no 1.º e no 3.º ano que os alunos parecem requerer mais informação. Este facto parece indicar que este apoio se deve relacionar com as preocupações mais ou menos imediatas dos alunos. Por um lado integração num novo conceito educativo e por outro no futuro mercado de trabalho.

Quadro 82 – Apoio Logístico À Sua Vida Quotidiana Vs. Média Temática

1.11. Apoio logístico à vida escolar				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	3,13%	75,00%	21,88%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	5,00%	70,00%	25,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	3,23%	80,65%	16,13%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	0,00%	69,23%	30,77%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;

- Os dados mostram que, apesar de ser um ponto positivo, as percentagens de satisfação vão diminuindo gradualmente.

Quadro 83 – Apoio Social Disponível Vs. Média Temática

1.12. Apoio social disponível				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	7,69%	58,46%	33,85%	Total	13,29%	56,61%	30,09%
1	5,00%	55,00%	40,00%	1	13,95%	54,43%	31,62%
2	9,38%	56,25%	34,38%	2	12,56%	56,75%	30,70%
3	7,69%	69,23%	23,08%	3	14,10%	59,62%	26,28%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 3 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- Os dados mostram que as percentagens de satisfação vão aumentando gradualmente.

5.2.2.2. Organização e funcionamento do curso

Quadro 84 – Carga Horária Global Do Curso Vs. Média Temática

2.1. Carga horária global do Curso			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	60,94%	39,06%	Total	74,72%	25,28%
1	73,68%	26,32%	1	81,64%	18,36%
2	56,25%	43,75%	2	75,10%	24,90%
3	53,85%	46,15%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- À medida que os alunos avançam no seu percurso escolar a adequabilidade da carga horária é menor.

Quadro 85 – Dimensão Teorizante Do Curso Vs. Média Temática

2.2. Dimensão teorizante do curso			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	68,33%	31,67%	Total	74,72%	25,28%
1	60,00%	40,00%	1	81,64%	18,36%
2	71,88%	28,13%	2	75,10%	24,90%
3	69,23%	30,77%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- Sabendo-se da pouca simpatia que os alunos tem pela componente teórica do conhecimento (e que a componente prática do curso aumenta gradualmente ao longo dos anos), os valores do quadro indicam, apesar de tudo, que o curso se torna mais prático com o seu desenrolar;

Quadro 86 – Componente Prática Do Curso Vs. Média Temática

2.3. Componente prática do curso			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	53,13%	46,88%	Total	74,72%	25,28%
1	52,63%	47,37%	1	81,64%	18,36%
2	56,25%	43,75%	2	75,10%	24,90%
3	46,15%	53,85%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- Os valores apresentados não só confirmam a análise feita ao quadro anterior como indicam também que os alunos pretendem aprofundar ainda mais a componente prática do curso.

Quadro 87 – Grau De Exigência Dos Professores Vs. Média Temática

2.4. Grau de exigência dos professores			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	90,48%	9,52%	Total	74,72%	25,28%
1	94,44%	5,56%	1	81,64%	18,36%
2	90,63%	9,38%	2	75,10%	24,90%
3	84,62%	15,38%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- O grau de exigência dos professores torna-se menos adequado à medida que os alunos avançam no curso. Fica por se saber se se torna mais inadequado porque os professores se tornam mais exigentes e os alunos não gostam, ou se os alunos apreciam professores exigentes e estes tornam-se menos exigentes no final do curso.

Quadro 88 – Articulação Entre Matérias Vs. Média Temática

2.5. Articulação entre matérias			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	70,97%	29,03%	Total	74,72%	25,28%
1	76,47%	23,53%	1	81,64%	18,36%
2	68,75%	31,25%	2	75,10%	24,90%
3	69,23%	30,77%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- A articulação entre as matérias vai-se tornando gradualmente menos adequada, embora com pouco significado.

Quadro 89 – Ligação Do Curso À Vida Real Vs. Média Temática

2.6. Ligação do curso à vida real			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	66,10%	33,90%	Total	74,72%	25,28%
1	86,67%	13,33%	1	81,64%	18,36%
2	67,74%	32,26%	2	75,10%	24,90%
3	69,23%	30,77%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- No 1.º ano os alunos acham adequada a ligação do curso à vida real, alterando substancialmente a sua opinião à medida que decorre o curso.

Quadro 90– Atitude Pedagógica Dos Professores Vs. Média Temática

2.7. Atitude pedagógica dos professores			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	91,80%	8,20%	Total	74,72%	25,28%
1	100,00%	0,00%	1	81,64%	18,36%
2	90,32%	9,68%	2	75,10%	24,90%
3	84,62%	15,38%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- Embora desça progressivamente a adequação da atitude pedagógica dos docentes, o seu valor mais baixo é bastante acima do padrão de referência (84,62 > 74,72).

Quadro 91 – Preparação Científica Dos Professores Vs. Média Temática

2.8. Preparação científica dos professores			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	90,48%	9,52%	Total	74,72%	25,28%
1	88,89%	11,11%	1	81,64%	18,36%
2	90,63%	9,38%	2	75,10%	24,90%
3	92,31%	7,69%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- A preparação científica dos professores, já de si elevada, torna-se gradualmente mais adequada.

Quadro 92 – Regime De Frequência Praticado Vs. Média Temática

2.9. Regime de frequência praticado			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	72,13%	27,87%	Total	74,72%	25,28%
1	94,12%	5,88%	1	81,64%	18,36%
2	74,19%	25,81%	2	75,10%	24,90%
3	38,46%	61,54%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- A adequação do regime de frequência parece tornar-se cada vez menos adequado, decrescendo de forma muito acentuada.

Quadro 93 – Regime De Avaliação Adoptado Vs. Média Temática

2.10. Regime de avaliação adoptado			Média Temática		
	Adequado/a	Inadequado/a		Adequado/a	Inadequado/a
Total	82,81%	17,19%	Total	74,72%	25,28%
1	89,47%	10,53%	1	81,64%	18,36%
2	84,38%	15,63%	2	75,10%	24,90%
3	69,23%	30,77%	3	64,62%	35,38%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 4 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- A adequação do regime de avaliação parece tornar-se cada vez menos adequado, decrescendo de forma significativa. Embora contribuindo

positivamente o último valor de adequação (69,23%) é inferior ao padrão de referência (74,72%).

5.2.2.3. Expectativas iniciais e grau de satisfação

Quadro 94 – Grau De Satisfação Com O Curso Vs. Média Temática

2.11 Grau de satisfação com o Curso				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	21,88%	70,31%	7,81%	Total	18,75%	63,28%	17,97%
1	35,00%	65,00%	0,00%	1	25,00%	70,00%	5,00%
2	19,35%	74,19%	6,45%	2	19,35%	61,29%	19,35%
3	7,69%	69,23%	23,08%	3	7,69%	57,69%	34,62%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 5 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **positivamente** para a média temática;
- O Grau de satisfação com o curso decai gradualmente.

Quadro 95 – Expectativas Iniciais O Curso Vs. Média Temática

2.12 Expectativas iniciais				Média Temática			
	Elevado	Suficiente	Baixo		Elevado	Suficiente	Baixo
Total	15,63%	56,25%	28,13%	Total	18,75%	63,28%	17,97%
1	15,00%	75,00%	10,00%	1	25,00%	70,00%	5,00%
2	19,35%	48,39%	32,26%	2	19,35%	61,29%	19,35%
3	7,69%	46,15%	46,15%	3	7,69%	57,69%	34,62%

Fonte: Construído com informação constante nos Quadros 2 e 5 do Anexo x

Comentários:

- Este é um item que contribui **negativamente** para a média temática;
- O Grau de degradam-se à medida que o curso avança.

5.2.3. Conclusões

5.2.3.1. Condições disponibilizadas aos alunos

Quadro 96 - Contribuição para a média temática (condições disponibilizadas)

Contribuição para a Média Temática			
Positiva	Ano para Ano	Negativa	Ano para Ano
1.1. Preparação anterior	↑	1.3. Acessibilidade à documentação	↑
1.2. Apoio dos professores	↑	1.4. Disponibilidade locais de trabalho	↑
1.10. Apoio informativo facultado	↑↓	1.5. Acesso a equipamentos e estúdios	↑
1.11. Apoio logístico à vida escolar	↓	1.6. Acesso a equipamentos e meios informáticos	↑
1.12. Apoio social disponível	↑	1.7. Acesso a equipamentos e meios audiovisuais	↑↓
		1.8. Assiduidade pessoal às aulas	↓↑
		1.9. Assiduidade dos professores	↑

ASPECTOS QUE DEVEM MERECER ATENÇÃO PRIORITÁRIA:

- Os itens que contribuem negativamente e que, simultaneamente, aprofundam gradualmente as suas insuficiências:
 1. Acesso a equipamentos e meios audiovisuais
- Os itens que contribuem negativamente:
 1. Acessibilidade à documentação
 2. Disponibilidade locais de trabalho
 3. Acesso a equipamentos e estúdios
 4. Acesso a equipamentos e meios informáticos
 5. Acesso a equipamentos e meios audiovisuais
 6. Assiduidade pessoal às aulas

7. Assiduidade dos professores (este item só por aspectos formais se encontra aqui)
- Os itens positivos que gradualmente diminuem as suas potencialidades:
 1. Apoio informativo facultado

ASPECTOS POSITIVOS

- Os itens positivos que gradualmente aumentam as suas potencialidades:
 1. Preparação anterior
 2. Apoio dos professores
 3. Apoio social disponível
 4. Assiduidade dos professores
- Os itens negativos que mostram possibilidades de melhorar:
 1. Acessibilidade à documentação
 2. Disponibilidade locais de trabalho
 3. Acesso a equipamentos e estúdios
 4. Acesso a equipamentos e meios informáticos
 5. Assiduidade pessoal às aulas

5.2.3.2. Organização e funcionamento do curso

Quadro 97 - Contribuição para a média temática (organização do curso)

Contribuição para a Média Temática			
Positiva	Ano para Ano	Negativa	Ano para Ano
2.4. Grau de exigência dos prof.	↓	2.1 Carga horária global do curso	↓
2.7. Atitude pedagógica dos prof.	↓	2.2. Dimensão teorizante do curso	↑ →
2.8. Preparação científica dos prof.	↑	2.3. Componente prática do curso	↑ ↓
2.10. Regime de avaliação adoptado	↓	2.4. Articulação entre matérias	↓
		2.6. Ligação do curso à vida real	↓ ↑
		2.9. Regime de frequência praticado	↓

ASPECTOS QUE DEVEM MERECER ATENÇÃO PRIORITÁRIA:

- Os itens que contribuem negativamente e que, simultaneamente, aprofundam gradualmente as suas insuficiências:
 1. Carga horária global do curso
 2. Componente prática do curso
 3. Articulação entre matérias
 4. Regime de frequência praticado
- Os itens que contribuem negativamente:
 1. Carga horária global do Curso
 2. Dimensão teorizante do curso

3. Componente prática do curso
 4. Articulação entre matérias
 5. Ligação do curso à vida real
 6. Regime de frequência praticado
- Os itens positivos que gradualmente diminuem as suas potencialidades:
1. Grau de exigência dos prof.
 2. Atitude pedagógica dos prof.
 3. Regime de avaliação adoptado

ASPECTOS POSITIVOS

- Os itens positivos que gradualmente aumentam as suas potencialidades:
1. Preparação científica dos prof.
- Os itens negativos que mostram possibilidades de melhorar:
1. Ligação do curso à vida real

5.2.3.3. expectativas iniciais e grau de satisfação

Quadro 98 : *Contribuição para a média temática (expectativas iniciais)*

Contribuição para a Média Temática			
Positiva	Ano para Ano	Negativa	Ano para Ano
2.11 Grau de satisfação com o Curso	↓	2.12 Expectativas iniciais	↓

ASPECTOS QUE DEVEM MERECER ATENÇÃO PRIORITÁRIA:

- Os itens que contribuem negativamente e que, simultaneamente, aprofundam gradualmente as suas insuficiências:
1. Expectativas iniciais
- Os itens que contribuem negativamente:

1. Expectativas iniciais

- Os itens positivos que gradualmente diminuem as suas potencialidades:

1. Grau de satisfação com o Curso

5.2.4. Medidas a adoptar

Para finalizar esta análise, explicitam-se um conjunto de medidas no que diz respeito a cada um dos temas em análise.

5.2.4.1. Condições disponibilizadas aos alunos

Em resultado da análise do ponto 3.1 foram identificados os seguintes itens prioritários:

- Acesso a equipamentos e meios audiovisuais
- Acessibilidade à documentação
- Disponibilidade locais de trabalho
- Acesso a equipamentos e estúdios
- Acesso a equipamentos e meios informáticos
- Acesso a equipamentos e meios audiovisuais

No que se refere a estes aspectos, a mudança de instalações prevista para breve (provavelmente já terá ocorrido aquando da visita de V. Ex.as) poderá vir a alterar a situação presente. Espera-se que algumas das insuficiências identificadas possam ser ultrapassadas, tal qual aconteceu nos restantes cursos que estão instalados no complexo central do Instituto.

- Assiduidade pessoal às aulas

Alguns aspectos relacionados com a assiduidade dos alunos poderá ser causada pela pouca motivação decorrente das instalações e condições de trabalho actuais.

Como tal, pensa-se ser possível aumentar essa assiduidade pela mudança de instalações.

Contudo, no que a este aspecto se refere, outras medidas devem ser equacionadas no sentido de aumentar a assiduidade dos alunos, nomeadamente onde ela é menor, isto é, ao longo do segundo ano.

Deve ser possível desenvolver-se um trabalho de sensibilização que permita aos alunos interiorizarem a importância da assiduidade nesse ano intercalar, até como forma de melhorar os seus níveis de desempenho na parte final do seu curso. Para tal, devem contribuir activamente todos os elementos do corpo docente.

- Apoio informativo facultado

É imperativo desenvolver sistematicamente momentos de informação sobre todos os aspectos relacionados com o curso e com a sua interacção com todos os órgãos da escola

5.2.4.2. Organização e funcionamento do curso

Em resultado da análise do ponto 3.2 foram identificados os seguintes itens prioritários:

- Carga horária global do curso
- Componente prática do curso
- Articulação entre matérias
- Dimensão teorizante do curso
- Ligação do curso à vida real

A presente reestruturação do curso pode vir a ter reflexos positivos em alguns destes aspectos. Outros, como por exemplo a melhoria de articulação entre matérias, está a ser equacionado nas reuniões departamentais e de área científica que decorrem ao longo do ano.

- Regime de frequência praticado
- Regime de avaliação adoptado
- Grau de exigência dos professores

- Atitude pedagógica dos professores

No que concerne ao regime de frequência e de avaliação praticado, estes não diferem da generalidade das instituições de ensino superior portuguesas – avaliação contínua e avaliação através de trabalhos e frequência.

Como tal, no que aos supra citados se refere e aos dois restantes é vontade do departamento recolher elementos adicionais que permitam compreender adequadamente as opiniões expressas pelos alunos, de modo a melhor poder consubstanciar medidas consequentes se tal se mostrar necessário.

5.2.4.3. Expectativas iniciais e grau de satisfação

Em resultado da análise do ponto 3.3 foram identificados os seguintes itens prioritários:

- Expectativas iniciais
- Grau de satisfação com o Curso

O departamento entende que podem ser minimizadas estas insuficiências com a mudança de instalações e a reestruturação do curso.

6. Ambiente de Trabalho

A coordenação curricular é tratada em reuniões para o efeito, embora de periodicidade reduzida. Os problemas relacionados com o funcionamento do curso não são frequentes. Ocasionalmente, quando ocorrem, a sua solução não oferece dificuldades merecedoras de explicitação.

Quanto ao apoio institucional dado aos docentes no exercício das suas funções é considerado suficiente, embora os inquéritos sejam pouco representativos.

Tanto a organização dos horários, como a relação entre docentes e alunos e entre uns e outros com o pessoal não docente são aspectos considerados positivos.

7. Cultura de qualidade

O conceito de Gestão da Qualidade – encarado como cometimento institucional para a fixação de objectivos e padrões, para a avaliação da actividade desenvolvida relativamente a esses padrões e para a melhoria dessa actividade – não recebeu ainda a devida atenção.

O paradigma da implementação de uma abordagem explícita, consistente, continuada, abrangente e formal da gestão da qualidade está ainda muito distante. A busca desse paradigma exigirá uma combinação difícil de atingir de liderança, trabalho, energia, persistência e, também, recursos financeiros.

Tendo em conta as fragilidades que a instituição ainda revela, esta não se encontra ainda em condições para arrancar com um projecto de especificação e implementação de um sistema formal de garantia e melhoria da qualidade da escola e da LGTPC, abrangendo áreas tão diversas como o ensino, investigação, extensão, gestão ou procedimentos administrativos.

Tal projecto deverá ser rapidamente considerado exigindo o envolvimento de especialistas de gestão da qualidade, sistemas de informação e informática. Os aspectos a tratar deverão consubstanciar-se, nomeadamente, em estruturas orientadas para a apreciação e posterior incremento da qualidade do curso, registos formais e sistemáticos do primeiro emprego dos diplomados (e suas actualizações), registos das publicações e de actualização dos currículos do corpo docente.

8. Difusão e Imagem social do curso

Foram lançados inquéritos, nomeadamente:

- Aos antigos alunos: pela Associação dos Antigos Alunos;
- À sociedade civil: pelo Departamento de Gestão do Território;

Espera-se poder fornecer a V. Ex.as os resultados logo que tal se efectivem.

II - METODOLOGIA

1. Recolha de opiniões

Durante o processo de elaboração do relatório de auto avaliação existiu a necessidade de recolha de opiniões dos intervenientes no processo educativo.

Tendo consciência da importância de uma participação tão alargada quanto possível neste processo, foi elaborada uma sessão de esclarecimento que contou com a participação da comissão interna de avaliação do curso de Gestão do Território, alunos (representados por todos os anos), docentes e funcionários; esta sessão permitiu apresentar o processo em curso e salientar a necessidade da sua opinião e participação.

Os inquéritos lançados seguiram as linhas gerais de orientação sugeridas pelo guião de auto avaliação disponibilizado pela Adispor para os participantes no processo educativo.

1.1. Dos Docentes

Os inquéritos lançados aos docentes incluíram o inquérito de opinião dos docentes, a ficha pessoal do docente e ficha das disciplinas leccionadas que se encontram no Anexo IX e X.

1.2. Dos alunos

Os inquéritos aos alunos (Anexo IX) foram lançados individualmente a cada um dos anos do grau em avaliação.

1.3. Dos empregadores, antigos alunos e associações profissionais

Foram lançados dois inquéritos (*vide* ponto 8 do capítulo I Apreciação crítica)

III – CONCLUSÕES

1. Pontos fortes

- Existe uma boa e salutar convivência entre os diversos corpos do sistema de ensino: corpo docente, discente e não docente. Os estudantes dispõem do apoio adequado dos docentes na sua vida académica, tanto regular como informal. Neste momento também já existe informação on-line (sumários, programas, informações diversas, sebentas, exercícios, textos de apoio, etc.) colocada à disposição de todos os alunos no âmbito de cada disciplina do curso;
- Embora exista um défice relativamente ao corpo do pessoal não docente, é de qualidade o seu empenhamento no bom funcionamento dos serviços de apoio. Assinale-se como factor positivo a elevada formação e a baixa estrutura etária deste corpo;
- O corpo docente afecto ao BGT tem uma qualificação académica assinalável com elevados níveis de dedicação à escola. Acresce ainda que existem docentes em processo de formação (mestrados e doutoramentos), o que poderá vir a médio-prazo, a repercutir-se positivamente no desenrolar do curso e das actividades a ele associadas. De modo a obterem-se ganhos de eficácia nos aspectos supracitados, devem os responsáveis debruçar-se sobre a política e o incentivo de formação e desenvolvimento do corpo docente, bem como sobre as condições para a sua fixação à escola;
- A assiduidade do corpo docente é elevada, como se pode confirmar tanto pelas respostas dos inquéritos aos alunos como pela opinião dos responsáveis; os protocolos de cooperação com outras entidades, celebrados para apoio à docência, funcionam devidamente e com perfeito respeito pelos dispositivos legais.
- A participação do departamento em diversos projectos nacionais e internacionais de qualidade assinalável. Demonstra não só a qualidade científica dos seus membros como também a sua capacidade para fomentar parcerias, complementaridades e capacidade de liderança;

- O tempo médio até à conclusão do curso é baixo e é, por isso, um aspecto positivo que merece realce. Apenas cerca de 35% dos alunos não terminam o curso no tempo adequado à sua conclusão;

2. pontos fracos

- O processo de auto-avaliação foi pouco participado pela comunidade académica (veja-se, por exemplo, a fraca participação dos docentes nas respostas aos inquéritos ou o próprio envolvimento institucional), não existindo também tempo para uma discussão do documento com alunos, docentes, funcionários e entidades empregadoras. Tais aspectos reflectem-se, necessariamente, na dificuldade em apresentar-se um plano estruturado e calendarizado de medidas a adoptar para diminuir as fragilidades encontradas e melhorar, também, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- A organização do curso reflecte, por vezes, défices de articulação interdisciplinar e de coordenação interdepartamental; as constantes reestruturações (com objectivos também de respeito pelos requisitos legislativos) que o curso tem sido alvo podem não contribuir para ganhos de consistência que se repercutam na qualidade final dos diplomados; um curso que tem na sua designação “Gestão” parece ter no seu conteúdo algumas insuficiências curriculares nesta área específica do saber, tomadas devidamente em conta na última reestruturação;
- No que aos alunos diz respeito, salienta-se a sua fraca preparação inicial, que se repercute negativamente no seu percurso escolar. Acresce ainda que também não dispõem, na sua generalidade, de métodos de trabalho e de estudo conducentes com a frequência no ensino superior dificultando, desta forma, todo o processo de ensino-aprendizagem. Embora muitos destes aspectos encontrem raízes em questões ligadas à manutenção da procura, importa desenvolver uma reflexão profunda sobre a situação actual;
- O curso, até ao ano lectivo de 2003/2004, tem vindo a perder atractividade e a motivação dos alunos é também decrescente, apesar do número de vagas ter diminuído;

- As instalações e os equipamentos, designadamente o acervo bibliográfico de algumas áreas fundamentais do curso, não podem ser consideradas adequadas ao ensino, ao estudo e à investigação;
- É, ainda, pouco sustentável o relacionamento entre ensino e investigação no âmbito do BGT, nomeadamente nas áreas de ambiente e planeamento; tanto nesta como nas outras áreas, é necessário promover uma política geral de investigação, estabelecendo padrões quantitativos e qualitativos objectivos e promovendo a produção de documentos de trabalho, como passo prévio à submissão de artigos a revistas nacionais e internacionais de qualidade;
- O serviço docente é maioritariamente leccionado por docentes equiparados. O peso de docentes equiparados deverá tender a diminuir à medida que o curso vá ganhando consistência e sustentabilidade;
- Apesar da consciência da importância das questões da qualidade, ainda não existe um sistema para a garantia da qualidade, que se pretende enquadrado numa política orientada para a qualidade total.